

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



By the Labour of my Hands
**A Emancipação através do Trabalho: protagonistas
femininas na ficção de Anne Brontë**

Sónia Aires Lima

Dissertação orientada pela Prof.^a Doutora Adelaide Meira Serras,
especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em
Estudos de Cultura.

MESTRADO EM ESTUDOS INGLESES E AMERICANOS

Área de Especialização de Estudos da Cultura

2017

ÍNDICE

RESUMO	iii
ABSTRACT	v
AGRADECIMENTOS	vii
DEDICATÓRIA.....	ix
INTRODUÇÃO	1
PARTE I	
A ERA VITORIANA SOB UMA PERSPECTIVA FEMININA	9
CAPÍTULO I – A ERA VITORIANA SOB UMA PERSPECTIVA FEMININA	11
1.1. SOCIEDADE	23
1.2. CULTURA	33
1.3. EDUCAÇÃO	43
CAPÍTULO II – BREVE NOÇÃO DE GÊNERO NO SÉCULO XIX	53
CAPÍTULO III – A MULHER VITORIANA COMO TRABALHADORA DA CLASSE MÉDIA ..	71
PARTE II	
A EMANCIPAÇÃO ATRAVÉS DO TRABALHO:	
PROTAGONISTAS FEMININAS NA FICÇÃO DE ANNE BRONTË	85
TÁBUA CRONOLÓGICA	89
NOTA INTRODUTÓRIA.....	91
CAPÍTULO IV – BREVE NOTA BIOGRÁFICA DE ANNE BRONTË	99
CAPÍTULO V – AGNES GREY E O DEVER	115
CAPÍTULO VI – HELEN GRAHAM E A FUGA	131
NOTA CONCLUSIVA	147
BIBLIOGRAFIA	157

RESUMO

A presente dissertação pretende demonstrar, através de uma contextualização teórica fundamentada, como o trabalho e a conseqüente remuneração dele obtida, concedia a possibilidade de alguma independência à mulher da classe média do século XIX, embora frequentemente fosse inferior ao que seria considerado justo e raramente comparável em termos quantitativos à remuneração auferida por um homem.

Neste ensaio questiona-se se essa emancipação conduzia, de facto, a uma independência concreta e a uma consciencialização da condição feminina ou se, pelo contrário, o exercício de uma profissão constituía mais uma das condicionantes a que a mulher Vitoriana da classe média estava sujeita.

A dissertação está dividida em duas partes. Na primeira parte, composta por três capítulos, traça-se o enquadramento contextual da mulher Vitoriana da classe média, de acordo com três aspetos: sociedade, cultura e educação. Descreve-se a sua forma de vida, aborda-se a questão de Género e ainda especificamente o estatuto da mulher oitocentista de classe média como trabalhadora e o modo como essa era percebida através da análise de obras da época.

A segunda parte da dissertação, composta também por três capítulos, explora concretamente a questão da emancipação da mulher Vitoriana de classe média através do trabalho partindo das obras literárias *Agnes Grey* (1847) e *The Tenant of Wildfell Hall* (1848) de Anne Brontë que, quer pela sua especificidade devido às questões que abordam, quer pela experiência emprestada às mesmas pela sua autora, se afiguram obras incontornáveis numa dissertação desta natureza. As suas personagens principais constituem exemplos de situações distintas que levariam a mulher a procurar no trabalho a sua emancipação.

A segunda parte da presente dissertação inicia-se com uma breve biografia de Anne Brontë, recorrendo, de seguida, às referidas obras literárias para proceder à análise da circunstância cultural retratada, retirando daí ilações que contribuam para um melhor entendimento da época quando vista no feminino e baseado num valor que une o século XIX à atualidade – o Trabalho.

Palavras-chave: *mulher vitoriana; classe média; trabalho; emancipação; género; feminismo.*

ABSTRACT

The present dissertation aims to demonstrate, how labour – and its resulting salary – gave the nineteenth-century middle-class woman a measured possibility of some type of independence. Although frequently inferior to what was to be considered fair and rarely comparable to what a man would meet, it will be weighed bearing in mind its social impact. A theoretical frame of work will be drawn to support the present study.

This essay will also question whether women's emancipation led, in fact, to a tangible independence and to an awareness of their precarious situation, or whether a professional career was just another method for women to confine themselves.

This dissertation is divided in two parts. In the first part, composed by three chapters, a contextual framework of Victorian middle-class women will be presented, according to three main aspects: society, culture and education. Their way of life will be described; nineteenth-century notions of Gender will be approached, as well as how these notions were perceived through the analysis of Victorian literary works.

The second part of this essay, also composed by three chapters, specifically explores the middle-class women's emancipation through work in the Victorian Era. Thus, literary works by Anne Brontë – *Agnes Grey* (1847) and *The Tenant of Wildfell Hall* (1848) – are analysed, bearing in mind the issues they approach, as well as their borrowings on the author's own working experience. These are key works in this dissertation insofar Anne Brontë's female characters are significant examples, although in distinct situations, of women who use labour as a means to achieve their independence.

The second part of this study opens with an introductory note on the Brontë family. Its main purpose is to describe Anne Brontë's context in order to better understand the author's views on women's lives since, to this day very little is known about this writer. A brief biography of Anne Brontë is followed by a cultural analysis of Brontë's novels, *Agnes Grey* (1847) and *The Tenant of Wildfell Hall* (1848) which will enable us to draw a more clarified portrait of nineteenth-century notions of work and labour observed from a woman's perspective.

Keywords: *Victorian woman; middle-class work; emancipation; gender; feminism.*

AGRADECIMENTOS

Sinto que o meu primeiro agradecimento deve ser dirigido às duas mulheres que em muito contribuíram para definir a minha visão do mundo: a minha mãe e a minha avó. Sou-vos profundamente grata por me terem mostrado a força que uma mulher traz dentro de si tanto nos melhores, como nos piores momentos. Avó: recordo-te com uma saudade imensa e espero que, onde quer que estejas, te orgulhes por ver a mulher em que me tornei.

Olhando para todo este percurso vejo que são tantas as pessoas a quem devo agradecer!

Agradeço ao Jorge, o meu companheiro de vida que, apesar de todas as dificuldades decorrentes das características específicas da sua vida profissional, compreendeu a importância deste projeto e esteve sempre a meu lado para que o mesmo se pudesse cumprir.

Ao meu chefe, o senhor Almirante António Mendes Calado, Chefe do Estado-Maior da Armada, a quem sou grata pelo incentivo e pela constante valorização do meu esforço. Agradeço-lhe por me incitar a querer sempre ir mais além e a acreditar que é possível: "Não há segunda oportunidade para causar uma boa primeira impressão."

Aos meus amigos e amigas: Ana, Fernanda, José Carlos, Vanessa, Silene, Anna e Paulo que tantas vezes foram os pilares em que me apoiei, que ouviram os meus lamentos, que me animaram nos momentos de dúvida e que sempre, mas sempre me impeliram a continuar!

Agradeço à Professora Doutora Adelaide Meira Serras pela sua imensa paciência para comigo nos meus momentos de dúvida e pânico e, sobretudo, pelo carinho e pela generosa partilha de conhecimento. Foi, sem sombra de dúvida, uma honra tê-la conhecido e tê-la como minha orientadora neste, por vezes sinuoso, caminho.

Lembro ainda também as mulheres que, em todo o mundo, lutaram e tantas outras que lutam ainda hoje contra normas, preconceitos e violência que as impedem de ir mais além.

Cabe-nos a nós dar voz àquelas que não a têm.

Ao Gabriel:

Para que não esqueças o valor que reside no trabalho.
Se amares o que fazes, também por isso serás um homem feliz.
Mãe.

Every woman is a rebel, and usually in wild revolt against herself.

Oscar Wilde

INTRODUÇÃO

Muito tem sido escrito sobre a Era Vitoriana e sobre os Vitorianos ao longo dos anos. Tal como afirma A.N. Wilson (2003), os Vitorianos permanecem ainda connosco, tal é a dimensão do seu cunho histórico. É praticamente impossível não concordar com o autor uma vez que, quase dois séculos depois, se constata como este período suscita ainda muita curiosidade quer pelas suas características específicas, quer pelos acontecimentos que o marcaram.

Contudo, apesar de tudo o que foi já dito e escrito sobre os Vitorianos, nem sempre as mulheres Vitorianas foram consideradas como objeto de estudo académico relevante, nem do ponto de vista biográfico, nem das suas produções literárias, sob o pretexto da banalidade. Para os mais céticos, o quotidiano feminino representava algo pouco interessante para a análise de uma época com tanto mais por explorar. Porém, é importante compreender que a mulher Vitoriana foi também um produto desta Era, na medida em que a sua vida, os seus hábitos, o seu comportamento, i.e., tudo aquilo que ela deveria ser e parecer surgiu de padrões ditados por esta sociedade. Kathryn Gleadle (2001) sublinha a influência das ideologias patriarcais no modo de vida das mulheres Vitorianas. Todavia, se a sociedade se estava a modificar e, em certos quadrantes, a modernizar-se, consequentemente influenciando as mentalidades coevas, então porque não podia a mulher Vitoriana participar e usufruir também dessa evolução?

Na verdade, no que respeita à mulher da classe trabalhadora, verifica-se que ela participava ativamente na industrialização, principalmente, como trabalhadora fabril. Tanto ela, como os seus filhos constituíam mão de obra barata, paga com um salário inferior ao de um homem, mas trabalhando nas mesmas condições que ele. Durante este período, e idealmente, seria apenas o homem o sustento da família; no entanto, também devido aos baixos salários, às oscilações económicas e às dificuldades financeiras delas resultantes, era aceite pela sociedade que a mulher Vitoriana da classe trabalhadora pudesse trabalhar contribuindo para o orçamento familiar. À mulher Vitoriana da classe trabalhadora era permitido ter uma profissão na indústria, ou como artífice em ofícios especializados como os de modista, costureira, chapeleira, lojista, ou ainda, empregada doméstica.

Já a mulher Vitoriana da classe média via o seu universo de opções, em termos profissionais, ser bastante mais reduzido na medida em que não era socialmente bem-

visto que trabalhasse fora da sua casa, exercendo funções que não estivessem diretamente relacionadas com a felicidade e bem-estar da sua família. Ironicamente, no que diz respeito às mulheres casadas, muitos dos negócios geridos pelos maridos requeriam um ajudante ou aprendiz logo, algumas esposas Vitorianas de classe média mantinham, além de uma dinâmica atividade de gestão doméstica, uma profissão não remunerada como secretárias ou assistentes dos seus maridos nas mais variadas funções.

A sociedade Vitoriana era fundamentalmente uma sociedade patriarcal, cuja base do modelo familiar era representada pelo casamento e onde a figura dominante no plano social, político e económico era a figura masculina. Susie Steinbach (2013) destaca o papel importante da classe média na criação de um conjunto de normas que padronizava a mulher Vitoriana através do recurso a uma educação simplista que, predominantemente, a preparava somente para desempenhar o papel de “Anjo do Lar”. A expressão, “Anjo do Lar”, apresentada por Coventry Patmore (1858), traça o modelo da divindade doméstica que, mesmo depois de casar e se tornar mãe, se mantinha casta e perfeita. Era este o modelo que a mulher Vitoriana de classe média deveria seguir e cuja caracterização era mais tarde delineada por Virginia Woolf no seu ensaio de cariz feminista, *Professions for Women* (1931):

She was intensely sympathetic. She was immensely charming. She was utterly unselfish. She excelled in the difficult arts of family life. She sacrificed herself daily. If there was chicken, she took the leg; if there was a draught, she sat in it—in short, she was so constituted that she never had a mind or a wish of her own, but preferred to sympathize always with the minds and wishes of others.¹

Porém, esta limitação de aspirações futuras gerava também um descontentamento latente. Mulheres havia que desejavam mais do futuro e daquilo que o mundo tinha para lhes oferecer. Reacendia-se assim o debate do qual já Mary Wollstonecraft, no século XVIII, tinha feito parte: a *Woman Question*, isto é, qual o papel a desempenhar pela mulher nos diversos planos da sociedade Vitoriana, qual a esfera adequada e o motivo pelo qual era necessário restringir-se apenas a uma delas?

Assim, a presente dissertação pretende demonstrar, através de uma contextualização fundamentada, como o trabalho e a consequente remuneração dele obtida, embora frequentemente inferior ao que seria considerado justo e raramente comparável em termos quantitativos à auferida por um homem, dava a possibilidade à

¹ Bradshaw, David. Ed. *Virginia Woolf. Selected Essays*. Oxford: Oxford University Press, 2008, p.141.

mulher Vitoriana da classe média de ganhar alguma independência. Serão utilizadas para análise as obras literárias de Anne Brontë, *Agnes Grey* (1847) e *The Tenant of Wildfell Hall* (1848) por constituírem obras representativas do tema em análise.

Esta investigação foi dividida em duas partes, subdivididas em três capítulos cada uma. A Parte I contempla os seguintes capítulos: (1) A Era Vitoriana sob uma Perspetiva Feminina (2) Breve Noção de Género no Século XIX e (3) A Mulher Vitoriana como Trabalhadora da Classe Média. O objetivo principal desta primeira parte é a caracterização, ainda que breve, da Era Vitoriana sob a perspetiva da mulher de classe média, no contexto de análise dissertativa. No Capítulo I, abordarei o período Vitoriano com base em três vertentes: (1.1) Sociedade (1.2) Cultura e (1.3) Educação. Observaremos que a Era Vitoriana, se revelou sobretudo um período de transformação transversal que afetou não só o modo de vida da nação inglesa, mas que similarmente se repercutiu externamente, tanto nas colónias britânicas, como noutros países.

A nível social verificamos como a Revolução Industrial desempenhou um papel fundamental no crescimento e na expansão da classe média; segundo nota Linda Young em *Middle Class Culture in the Nineteenth Century: America, Australia and Britain* (2003), esta noção de “classe social”, *per se*, é um produto oitocentista consequente da divisão do trabalho sob a influência de processos de industrialização; urbanização; incremento da riqueza e da expansão do Cristianismo Evangélico.

Allison Twells refere em *British Women's History - A Documentary History From The Enlightenment To World War I* (2007) como a classe média Vitoriana se regia sob um código de conduta social próprio que, uma vez apenso ao universo feminino, se traduzia na ideologia das *separate spheres*. Esta ideologia, segundo a opinião de Kathryn Hughes (2014), surgia das diferenças naturais entre homens e mulheres. À mulher, considerada mais fraca fisicamente, porém, moralmente superior ao homem, estava reservada a esfera privada – o lar. Hughes (2014) chama também a atenção para um dos pretextos utilizados para negar o voto às mulheres: a grande influência que exerciam no lar. Twells (2007), refere como o conceito das *separate spheres* foi difundido pela classe média oitocentista como o modelo ideal para as relações entre homens e mulheres. Esta noção de universos distintos onde os sexos não se cruzavam e onde cada um deles atuava de forma própria não era algo novo; todavia, através da expansão do Cristianismo Evangélico, que estimulava o culto da domesticidade, a mulher foi incentivada a dedicar-se ao lar, abdicando do mundo exterior e centrando a sua atenção na família.

Quanto à vertente cultural associada à classe média, Linda Young (2003) classifica o período Vitoriano como a era da cultura *genteel*, definida pelo uso da boa educação, da polidez e do autodomínio. Segundo a autora, a *gentility*, embora, nos dias de hoje, possa ser sinónimo de um comportamento afetado, no século XIX, não só era a cultura adotada pela classe média como a definia simultaneamente, englobando os seus valores, as suas práticas e as suas crenças. *Gentility* imitava o estilo de vida da aristocracia, o que refletia a ambição de ascensão social, mas com a introdução do conceito do valor moral do trabalho como forma de vida. Também ligada ao modo de vida *genteel* e à sua vertente imitativa estava a importância dada aos objetos, como nota Nicola Humble (2010) – também eles eram símbolo de estatuto social; outrora estavam apenas disponíveis à aristocracia devido ao seu elevado custo, mas tornavam-se acessíveis também à classe média graças à produção em série e à utilização de materiais menos nobres. Graças ainda ao progresso científico e tecnológico, o período Vitoriano foi também o período dos novos inventos, incluindo os encontrados na cozinha da casa Vitoriana e cujo objetivo era facilitar a vida quotidiana.

A classe média Vitoriana apreciava a diversão revertendo a antiga noção de que só a aristocracia podia participar em momentos e atividades de lazer. Contudo, e também no âmbito cultural, as atividades de ócio pressupunham uma separação das áreas a serem usufruídas por homens e mulheres – as *separate spheres*. Enquanto aos homens estavam destinadas atividades ao ar livre e de âmbito político, como Matthew Arnold refere em *Culture and Anarchy* (1869), no capítulo, “Barbarians, Philistines and Populace”, à mulher – o “Anjo do Lar” eram recomendadas atividades mais recatadas, confinadas ao ambiente doméstico, que não exigissem um tão grande esforço físico ou mental.

Também na educação observamos vincadas diferenças. Joan Perkin (1993) declara que, na década de 1820, era normal a crença de que o cérebro feminino era inferior ao masculino em tamanho e em capacidade cognitiva. Logo, no século XIX, a educação não tinha como objetivo transformar a vida de uma mulher, mas sim metamorfoseá-la numa esposa e mãe, eficiente e dedicada. Para a maioria dos Vitorianos, educar uma mulher em matérias que não as aconselhadamente femininas, para além de debilitante para ela, poderia levar a mulher a pôr em causa a sua posição, frequentemente desvantajosa na sociedade patriarcal. Perkin (1993) sublinha as referidas diferenças educacionais ao afirmar que as crianças do sexo feminino de todas as classes eram educacionalmente mais pobres que as crianças do sexo masculino da sua própria classe.

No Capítulo II é elaborada uma abordagem à noção de Género no século XIX em que observamos que, ao longo da Era Vitoriana não é ainda correto falar de feminismo. Apesar do debate sobre os direitos (ou a falta dos mesmos) neste período, Alison Twells ressalva em *British Women's History - A Documentary History From The Enlightenment To World War I* (2007) que o termo “feminismo” surge apenas após a década de 1890; até aí, a designação correta para o debate em torno das questões relativas ao papel desempenhado pela mulher na sociedade é *The Woman Question*.

Durante este período, o debate sobre as questões de género surgia, principalmente, em virtude das limitações sentidas pela sociedade feminina que se via privada, entre outras coisas, de eleger os seus representantes políticos, definir os moldes da sua educação, ou escolher uma determinada profissão. As mulheres de classe média discordavam em especial das restrições legais a que estavam sujeitas depois do casamento e que as privavam de uma efetiva cidadania.

A campanha para reformular a lei do casamento foi também um movimento da mulher de classe média. Depois de casada, a mulher Vitoriana de classe média não existia para além do marido: a sua propriedade passava a ser dele, os filhos eram dele, o seu corpo e a sua vontade eram dele, tudo era dele. O movimento das mulheres de classe média pretendia ver alargada a todas as mulheres a proteção legal conferida à aristocracia que, em determinadas questões, como a propriedade ou o divórcio, tinham alguma vantagem, ainda que limitada.

Durante a Era Vitoriana também a preocupação com a sexualidade feminina ganhava maior destaque tornando-se alvo de preocupação por parte da comunidade médica masculina à medida que clitoridectomias iam sendo executadas como forma de eliminar variantes externas que, na opinião médica e de acordo com o descrito por Susan Kingsley Kent (1999), potenciavam a desobediência, o mau-humor ou o desagrado pelo marido. Neste capítulo observar-se-á como, à luz do pensamento de Michel Foucault em *The History of Sexuality* (1976), é possível considerar que, privar a mulher Vitoriana de conhecimento sobre o sexo e conceder-lhe uma educação pobre, era fundamentalmente uma forma de exercer poder sobre a mulher, controlando-a.

O Capítulo III, último da primeira parte, debruça-se sobre a questão da mulher Vitoriana como trabalhadora da classe média. Observaremos como a mulher de classe média casada, cujo objetivo fosse o de ter uma profissão e daí auferindo o seu próprio

rendimento, seria normalmente olhada com desconfiança pela sociedade Vitoriana. Esta atitude, considerada anormal para a época, constituía uma ameaça aos alicerces do patriarcado. Veremos que, de acordo com Joan Perkin (1993), a maioria das mulheres oitocentistas de classe média tinha apenas disponíveis três profissões consideradas respeitáveis, ainda que sobrelotadas e mal pagas: perceptora, professora numa pequena escola, ou dama de companhia de uma senhora idosa ou doente. Debruçar-nos-emos sobre a figura da perceptora que, além de se encontrar numa posição social ambígua, era uma mulher, frequentemente, com uma educação acima da média, mas a quem era oferecido um salário anual inferior ao que um homem auferia como professor ou tutor.

A Parte II desta dissertação centra-se na figura de Anne Brontë e nas suas duas obras literárias *Agnes Grey* (1847) e *The Tenant of Wildfell Hall* (1848), as únicas que publicou. Esta segunda parte encontra-se igualmente dividida em três capítulos precedidos por uma nota introdutória.

No Capítulo I é apresentada uma breve biografia de Anne Brontë, aí se descrevendo alguma da experiência profissional da própria Anne como perceptora. Juliet Barker descreve Anne em *The Brontës* (2010) como uma mulher consciente dos sacrifícios feitos pela família para que se mantivesse a estudar, acreditando que, conseqüentemente, era o seu dever obter uma educação que lhe permitisse ter uma profissão e ser independente e, se possível, ajudar a família.

No segundo capítulo é abordada a obra *Agnes Grey* (1847). Nesta obra, que relata o quotidiano e o crescimento pessoal de uma perceptora, observamos como a protagonista, cujo objetivo é dedicar-se a uma profissão, acaba por abraçar a mesma com entusiasmo apesar de todos os obstáculos com que é confrontada. Betty Jay (2007) afirma que nesta obra verificamos como a figura da perceptora é duplamente diminuída, em primeiro lugar na sua condição de mulher e, em segundo lugar, por ser uma mulher de classe média que se dedica a uma profissão. Abordaremos ainda a desvantagem legal em que se encontrava a perceptora que, privada de um contrato formal que definisse as funções, os direitos e os deveres inerentes à sua profissão, ficava a mercê da vontade dos seus patrões.

Tanto em *Agnes Grey* (1847), como em *The Tenant of Wildfell Hall* (1848) – obra analisada no Capítulo III - Anne Brontë demonstra preocupação com as injustiças infligidas à mulher da classe média em Oitocentos. Em *The Tenant of Wildfell Hall* (1848)

é apresentada ao leitor a história de Helen Graham, uma mulher que, sem quaisquer direitos e proteção legal, se vê presa num casamento degradante com um homem violento e dissoluto e toma a decisão de fugir numa tentativa de conseguir preservar o seu filho da influência nefasta do pai e das companhias deste. Nesta obra, o trabalho desempenha um papel fundamental. É através da venda da pintura que executa que Helen consegue sobreviver escondida com o seu filho em Wildfell Hall até regressar voluntariamente para junto de Arthur, o marido, movida pela sua convicção moral de que é seu dever cuidar dele nos seus últimos dias de vida.

Anne Brontë, a mais nova das célebres irmãs Brontë, foi frequentemente relegada para segundo plano em comparação com Charlotte e Emily. Porém, corroborando a opinião de Elizabeth Langland (1989) afigura-se necessário ver Anne Brontë por aquilo que ela própria representa, que se possa entender as suas preocupações com o quadro de valores morais, com a sua necessidade de contar a verdade quanto à condição das suas contemporâneas, nomeadamente com a injustiça a que estavam sujeitas, condição em que a própria Anne também se encontrava, afinal.

Há que reconhecer que Anne Brontë não é apenas o eco das suas irmãs, embora assim tenha sido considerada no passado. Esta afirmação reflete-se na primeira edição americana de *The Tenant of Wildfell Hall* (1848), publicada pela editora Harper and Collins como escrita por Acton Bell, “Author of *Wuthering Heights*”² ou mesmo, quando em *A Room of One’s Own* (1929), referindo-se à escrita das irmãs Brontë, Virginia Woolf omite a mais nova das três. Anne era dotada da sua própria personalidade e lançava a sua própria luz sobre as questões que considerava fundamentais, de entre as quais, o trabalho da mulher ocupava um papel central. Espero, assim, através da minha dissertação contribuir também para a redescoberta da escrita desta autora pela sua importância cultural, principalmente quanto às suas intervenções no debate sobre a *Woman Question*, pelo seu contributo para a denúncia e a tomada de consciência de aspetos que a sociedade oitocentista, voluntariamente ou não, mantinha num limbo ético.

² Bell, Acton. *The Tenant of Wildfell Hall*. New York: Harper and Collins, 1848, p.1.

PARTE I

A ERA VITORIANA SOB UMA PERSPETIVA FEMININA.

CAPÍTULO I

A ERA VITORIANA SOB UMA PERSPETIVA FEMININA



Figura 1 - *Girl playing with dolls, 1891*³. *The National Archives*.

³ De acordo com a página online de *The National Archives*, a fotografia contém uma legenda onde se pode ler: "Now I am mother."

You would have us encourage our sons to prove all things by their own experience, while our daughters must not even profit by the experience of others. Now I would have both so to benefit by the experience of others, and the precepts of a higher authority, that they should know beforehand to refuse the evil and choose the good, and require no experimental proofs to teach them the evil of transgression. I would not send a poor girl into the world, unarmed against her foes, and ignorant of the snares that beset her path: nor would I watch and guard her, till, deprived of self-respect and self-reliance, she lost the power, or the will, to watch and guard herself (...)

Anne Brontë

Este capítulo tem como objetivo uma breve abordagem à Era Vitoriana delineando algumas das características gerais da época. Servirá como base para uma abordagem específica da época, desta feita, sob a perspectiva feminina. A sociedade, a cultura e a educação traduzir-se-ão nas vertentes de análise naquela que representa uma tentativa de compreensão de como era a vida da mulher Vitoriana da classe média, em particular, na primeira metade do século XIX.

Assim, a Era Vitoriana pode ser formalmente delimitada entre 1837 – ano da coroação da Rainha Vitória e 1901 – ano da sua morte. Com base em obras que constituíram fontes para esta dissertação, é possível considerar que este foi sobretudo um período de marcada transformação tanto em termos políticos como económicos, culturais e científicos que, através de um aumento substancial da riqueza oriunda das colónias, conduziu a Grã-Bretanha ao cume do seu desenvolvimento.

Na obra *The Victorians* (2001), A.N. Wilson assegura que os Vitorianos permanecem ainda conosco. Esta asserção baseia-se possivelmente no facto de que, muitos dos aspetos da realidade criada nesta Era se mantêm presentes até aos dias de hoje. Datam, por exemplo, deste período invenções com as quais o Homem contemporâneo continua a conviver diariamente, como a fotografia cujo primeiro negativo de Henry Fox-Talbot data de 1835; o telefone (1876) de Alexander Graham Bell ou ainda a lâmpada (1879) de Thomas Edison.

A Revolução Industrial iniciada já no século XVIII e que atingiu o seu auge na Era Vitoriana, impulsionou a economia, a indústria e o comércio de um modo até então nunca experimentado. Nicholas Daly⁴, define-a como uma revolução na natureza da manufatura, nos transportes e nas comunicações. Daly afirma que poucos aspetos da vida Vitoriana escaparam à industrialização e também a natureza do Trabalho e a relação entre as classes sofreram uma nítida modificação nesta metamorfose. De forma idêntica se comportaria a tecnologia que avançou a partir desta Era de forma muito ativa e a mente Vitoriana ganhava assim ânimo renovado perante todas as possibilidades e novas descobertas científicas.

Em *The Victorian Frame of Mind* (1985), Walter E. Houghton refere um crítico, Sir Henry Holland, que em 1858 caracterizava a Era Vitoriana, não como a Era da

⁴Daly, Nicholas. “Technology”. *The Cambridge Companion to Victorian Culture*, Ed. by Francis O’Gorman. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 43.

democracia ou da indústria, mas sim como a “Era da Transição”. Houghton (1985) descreve:

By definition, an age of transition in which change is revolutionary has a dual aspect: destruction and reconstruction. As the old order of doctrines and institutions is being attacked or modified or discarded, a tone point and then another, a new order is being proposed or inaugurated.⁵

Segundo a *Norton Anthology of English Literature*, alguns académicos consideram assim três períodos distintos da Era Vitoriana:

O período *early Victorian* (1830–48) é marcado pela expansão da rede de caminhos de ferro. As décadas de 1830 e 40 ficam conhecidas como *Time of Troubles* expressão que estava diretamente relacionada com as sérias questões sociais resultantes da transformação profunda em que a sociedade Vitoriana havia mergulhado, como consequência da rápida industrialização. Depois destas alterações, a geografia humana não mais voltaria a ser o que fora antes. As cidades sofriam um aumento demográfico considerável à medida que aumentava o êxodo de trabalhadores das zonas rurais para as áreas industrializadas em busca de trabalho e melhores salários. No entanto, as condições laborais, de habitação e de vida eram, de um modo geral, deploráveis para a quase totalidade dos trabalhadores em que se incluíam mulheres e crianças. Segundo Wanda F. Neff (2010):

During these unsettled years had come the dramatic changes of the Industrial Revolution, with machine demanding the labour of women and children. Mothers and daughters, forced by the widespread misery of the times, snatched at any work they could get.⁶

Paralelamente, a literatura ensaística e de ficção deste período centrava-se na nova realidade urbana industrial e naqueles que dela eram um produto. Charles Dickens, por exemplo, um dos escritores que retratava as condições dos trabalhadores e dos pobres, de forma fidedigna, chamando a atenção da sociedade para esta nova verdade, fazia então refletir em *Oliver Twist* (1838):

London! —that great place! —nobody—not even Mr. Bumble—could ever find him there! He had often heard the old men in the workhouse too; say that no lad of spirit need want in London; and that there were ways of living in that vast city, which those who had been bred up in

⁵ Houghton, William E. *The Victorian frame of mind, 1830-1870*. New Haven and London: Yale University Press, 1963, p.3.

⁶ Neff, Wanda E. *Victorian Working Women: An historical and literary study of Women in industries and professions 1832-1850*. New York: Routledge, 2010, p.13.

country parts had no idea of. It was the very place for a homeless boy, who must die in the streets unless someone helped him.⁷

Durante o período *mid-Victorian* (1848–70), é chegado o momento da *Great Exhibition* (1851)⁸, em que Inglaterra demonstra ao mundo a sua grandeza e o modo como a industrialização impulsionava o crescimento e ritmo de mudança britânicos. É durante este período que se estabelece uma rede de transportes que incrementa as trocas comerciais pelo Império Britânico que se estende pelo mundo até à Austrália, abrangendo o Canadá e a Índia e retirando daí os respetivos dividendos.

No campo científico, as atenções dos Vitorianos centram-se no Homem e na necessidade progressiva de conhecer o seu passado. A origem da vida deixa de ser um tema puramente teológico passando a ser um tema alvo de estudo científico. Novas teorias de evolução que procuram fundamentar a criação do mundo e do homem são apresentadas por Sir Charles Lyell, advogado e geólogo escocês responsável pelo conceito de Uniformitarianismo⁹. Estas teorias desafiavam a convicção generalizada, contestando os cataclismos bíblicos e a criação do Homem por Deus. Sob grande controvérsia, Charles Darwin publica *The Origin of Species* (1859) e *The Descent of Man* (1871), obras em que apresenta a sua teoria evolucionista.

A nível político, A.N. Wilson (2001) salienta que, antes da Era Vitoriana, a democracia era apenas o sonho de alguns teóricos políticos. Depois dela tornou-se um objetivo que praticamente todos os países da Europa ambicionavam. Neste período era a atitude liberal que ganhava terreno após a derrota dos *Tories* em seis eleições consecutivas, tendo sido finalmente reconhecida a necessidade de repartir o poder numa coligação. Esta coligação admitia a importância da classe média que, em virtude do crescimento do comércio e do sector financeiro, se havia tornado mais forte. O então ministro das finanças, William Gladstone, reconhece essa importância ao eliminar alguns dos impostos específicos como, os *Tax on Knowledge*, impostos cobrados sobre publicidade, panfletos e jornais que, segundo os reformistas sociais impediam o trabalhador de aceder à informação e ao conhecimento. Esta iniciativa permitia também, para além da expansão do comércio, a expansão da imprensa. Romances e obras de outros

⁷ Dickens, Charles. *Oliver Twist; or The Parish Boy Progress*. New York: James Turney, Jr., 1838, p.39.

⁸ Segundo a British Library, a *Great Exhibition* teve lugar no *Crystal Palace* concretizando a visão do Príncipe Alberto – marido da Rainha Vitória, de ver representadas maravilhas da indústria de todo o mundo.

⁹ Segundo a Encyclopædia Britannica, o Uniformitarianismo afirma que todas as características geológicas da superfície terrestre são originadas através de processos físicos, químicos e biológicos durante longos períodos de tempo.

gêneros literários começaram a ser publicados em série. A leitura tornava-se, conseqüentemente, mais acessível levando a um aumento significativo da literacia.

A educação torna-se igualmente uma questão de grande importância no período Vitoriano. Em 1870, o *Forster's Education Act* estabelece o princípio da educação primária para todos, sob supervisão do estado e, em 1872, a Lei Educacional para a Escócia, Irlanda e Gales impõe o inglês como língua obrigatória, substituindo assim o gaélico.

No século XIX assiste-se igualmente ao relançar do ensino universitário baseado no modelo tradicional em que os conteúdos do saber residem nas humanidades e não nas ciências. De acordo com Bernard Lightman (2010), em 1882, Matthew Arnold, já no período *later Victorian*, defendia que o conhecimento científico era incapaz de colocar o homem em contacto com o seu senso de conduta e o seu senso de beleza. Arnold defendia que os princípios de conduta moral seriam fomentados pela literatura clássica, ao passo que uma educação baseada apenas no conhecimento científico seria sinónimo de uma educação empobrecida. As universidades, cuja frequência era apenas possível a alunos do sexo masculino pertencentes à Igreja Anglicana, são tidas como os *seat of universal learning* onde se reúnem as condições ideais para a aquisição de conhecimento.

Já a educação feminina era orientada para a domesticidade com o intuito, não de educar de acordo com a noção pedagógica atual, mas sim de preparar as jovens para a vida doméstica: como cuidadoras do lar, esposas e mães competentes. À mulher não era permitida a entrada e frequência de aulas no ensino universitário durante a maior parte do século XIX sendo que, apenas a partir de 1878 se verificou algum progresso em prol do ensino superior feminino. Somente após a Segunda Guerra Mundial, as mulheres viriam a frequentar e a formar-se em Oxford e Cambridge sem restrições.

O período *later Victorian* (1870 – 1901) foi, para muitos, apenas uma continuação dos anos anteriores, mas foi igualmente um momento de questionação da riqueza, da forma como foi gerada, por vezes, à custa do sofrimento de outrem.

A *Woman Question*, i.e., o debate levantado pela questão dos papéis desempenhados e dos direitos da mulher nomeadamente, da mulher da classe média, que durante todo o século, tinha suscitado sentimentos controversos e discussões acesas, ganhava uma nova dimensão. O novo liberalismo surgido no final de Oitocentos, além de

associar a sua ideologia às associações sindicais, alia-se também ao movimento sufragista que pretendia a extensão do direito de voto às mulheres.

Neste período, também o teatro e a literatura sofrem uma metamorfose com a apresentação ao público das obras de George Bernard Shaw e de Oscar Wilde. Apesar de inovadoras, as suas obras nem sempre foram bem aceites pelos críticos Vitorianos que consideraram, por exemplo, *The Picture of Dorian Gray* (1891), de Wilde, uma obra infame e imoral.

Note-se, portanto, que, a sociedade Vitoriana apesar de grandiosa em inúmeros aspetos como o empreendedorismo, o talento ou a perseverança, era em simultâneo moralista e puritana, embora frequentemente de modo superficial. Uma sociedade cuja capacidade de transmutação modificou um país e, em certa medida, o mundo, mas que sob o pretexto da moralidade condenava veementemente questões como o divórcio, o nascimento de filhos fora do matrimónio, a homossexualidade e o casamento em segundas núpcias.

Indulgente para com os seus membros do sexo masculino, abria-lhes todo um mundo novo de possibilidades, nomeadamente nas colónias. Por oposição, à mulher pouca liberdade era permitida. Guiada em primeiro lugar pelo pai, pelos irmãos, pelo marido e, em última instância, pelos filhos perdia o direito à propriedade individual depois de casada e todos os seus bens eram transferidos para o marido, a não ser que um acordo pré-nupcial ditasse o contrário ou o interessado assim o declarasse.

Ao longo do século XIX, particularmente durante a primeira metade do século, o papel principal da mulher Vitoriana da classe média era, sobretudo, o de esposa e mãe. A jovem Vitoriana preparava-se desde a infância para cumprir esse destino e, caso se desviasse dos padrões do que, à época, era social e moralmente aceitável, seria facilmente censurada e marginalizada.

Assim, um membro feminino da *working class*, trabalharia lado a lado com um homem nas mesmas ou em piores condições, auferindo um salário mais baixo, mas tão cedo não teria direito ao voto, nem a fazer ouvir a sua voz. Uma mulher da classe média vivendo uma situação conjugal difícil ou insatisfatória ver-se-ia obrigada a fugir ao seu marido e ter de trabalhar para sobreviver. Mesmo nessas condições poderia ser por ele expropriada dos frutos do seu trabalho. A Lei protegia o homem tomando

exceccionalmente o partido da mulher e, mesmo quando o fazia, a pena aplicada a um homem raras vezes era tão pesada quanto a atribuída a uma mulher.

Observando todo este contexto de profunda desigualdade, não obstante toda a evolução socioeconómica e todo o avanço tecnológico deste período, John Stuart Mill notava na obra *The Subjection of Women* (1869):

It is the sole case, now that negro slavery has been abolished, in which a human being in the plenitude of every faculty is delivered up to the tender mercies of another human being, in the hope forsooth that this other will use the power solely for the good of the person subjected to it. Marriage is the only actual bondage known to our law. There remain no legal slaves, except the mistress of every house.¹⁰

¹⁰ Mill, John Stuart. *The Subjection of Women*. London: Savill, Edwards and Co., 1869, p.147.

1.1. SOCIEDADE

(...) to please him, I had to violate my cherished predilections — my almost rooted principles in favour of a plain, dark, sober style of dress ; I must sparkle in costly jewels and deck myself out like a painted butterfly, just as I had, long since, determined I would never do — and this was no trifling sacrifice ; — in the second place, I was continually straining to satisfy his sanguine expectations and do honour to his choice, by my general conduct and deportment, and fearing to disappoint him by some awkward misdemeanour, or some trait of inexperienced ignorance about the customs of society, especially when I acted the part of hostess, which I was not unfrequently called upon to do ; and in the third place, as I intimated before, I was wearied of the throng and bustle, the restless hurry and ceaseless change of a life so alien to all my previous habits.

Anne Brontë

Na obra *British Women's History - A Documentary History From The Enlightenment To World War I* (2007), Alison Twells refere que E.P. Thompson criticava os estudos de época que omitiam os pobres, as guerras, os conflitos e os movimentos políticos. Comprometendo-se com o resgate daquilo que ficava ainda por dizer, Thompson lançava em *The Making of the English Working Class* (1963) uma nova perspectiva sobre as vidas daqueles que considerava historicamente marginalizados. Seria de esperar que surgissem as questões relacionadas com a sociedade e o quotidiano femininos; no entanto e segundo Twells, a experiência da mulher continuava, mesmo no século XX, a ser apontada como desinteressante. Linda Young (2003) salienta que seria a partir da década de 1970 através do (res)surgir do movimento feminista e do estímulo dado aos estudos sociais que a análise da vida das mulheres viria a adquirir um novo impulso coadjuvado também pelos registos deixados pela mão das próprias mulheres, na sua maioria membros da classe média do século XIX, alfabetizadas e letradas.

Em *Middle Class Culture in the Nineteenth Century: America, Australia and Britain* (2003), Young situa a origem do termo *middle-class* no início do século XIX posicionando-o ao centro entre a classe alta ou aristocracia e a classe trabalhadora – a *working class*. A noção de “classe social” é também ela um produto do século XIX, da Revolução Industrial, procedente da divisão do trabalho sob a influência de processos de industrialização; urbanização; incremento da riqueza e da expansão do Cristianismo Evangélico. Segundo a especialista em Estudos sobre as Mulheres, Susie Steinbach (2013):

The middle classes made up almost one quarter of the population by 1850, and between 1851 and 1871 the number of solidly middle-class families doubled.¹¹

Os membros da classe média estavam geralmente ligados ao comércio, à indústria, à religião, às profissões liberais ou ao serviço público. Sendo uma classe social estratificada, as profissões poderiam oscilar entre professor primário de uma aldeia, dono de uma grande fábrica, comerciante, juiz ou médico. O rendimento anual oscilava entre as £100 e as £300, excetuando uma pequena percentagem representada pela classe média alta que, ressalva Steinbach (2013), poderia ultrapassar este valor. Joan Perkin (1993) sublinha que numa sociedade onde a luta por atingir e preservar uma determinada posição

¹¹ Steinbach, Susie. *Women in England 1760-1914: A Social History*. London: Phoenix, 2013, p.43.

social se provava árdua devido às constantes oscilações da economia, o esforço por se manter na classe média representava um desafio permanente.

Ao longo de todo o século XIX, a questão feminina foi amplamente debatida angariando vozes favoráveis e desfavoráveis, tanto femininas como masculinas. Na obra *British Women in the Nineteenth Century* (2001) Kathryn Gleadle refere a influência que as ideologias patriarcais detinham sobre os padrões da vida das mulheres, bem como a celeuma que suscitava entre os seus críticos. A discussão abordava problemáticas relacionadas com o lugar da mulher na sociedade Vitoriana e com os papéis que esta deveria, ou não, desempenhar nos diversos planos. Susie Steinbach considera em *Women in England 1760-1914: A Social History* (2013) que, durante este período, a classe média foi a principal responsável pela criação de um conjunto de regras e normas que, ao ditar formas de conduta e comportamento, moldava, em simultâneo, a mulher Vitoriana através de uma educação que a preparava para ser esposa e mãe – o “Anjo do Lar”. Este termo, introduzido por Coventry Patmore no seu poema de 1854, descrevia o modelo da deusa doméstica que, mesmo depois de casar e se tornar mãe, mantinha a castidade.

Os códigos de conduta da classe média aplicados ao universo feminino e posteriormente traduzidos na ideologia das *separate spheres* recomendavam à mulher Vitoriana tudo o que poderia fazer sem comprometer a sua respeitabilidade. De acordo com Twells (2007), esta ideologia foi amplamente recomendada pela classe média, ao longo do século XIX, como o modelo ideal para as relações entre homens e mulheres. A ideia de universos de ação distintos onde os sexos não se cruzavam não era nova; contudo, através da expansão do Cristianismo Evangélico, que fomentava o culto da domesticidade, a sociedade incitava agora a mulher a cultivar a sua bondade e o seu altruísmo ao dedicar-se totalmente ao lar e à família, abdicando do mundo exterior, reservado ao homem. Kathryn Gleadle (2001) destaca que esta ideia das esferas separadas poderia não ser assim tão linear ou socialmente incapacitante e que a mulher Vitoriana desempenhava, por exemplo, um papel fundamental no consumo. Apesar disso, Joan Perkin (1993) afirma que no modelo de sociedade patriarcal britânico do século XIX, em particular no casamento, a figura masculina desempenhava o papel de figura social dominante, o protetor a ser obedecido. Para a mulher, o casamento significava o atingir da sua maioridade. É provável que, apesar das regras e restrições, para inúmeras mulheres o casamento representasse mesmo assim uma oportunidade de libertação, de ter um lar e família para gerir de acordo com a sua própria vontade, i.e., um recomeço. Perkin (1993)

descreve este modelo familiar como sinónimo, à época, da pedra basilar de uma sociedade civilizada.

Segundo a opinião corrente, tanto leiga como médica, a mulher era desprovida de paixão ou desejo, possivelmente cumprindo apenas os seus deveres dentro do matrimónio. Cabia à mulher Vitoriana de classe média manter-se passiva, regenerando a sociedade através do seu exemplo moralmente superior e submetendo-se aos deveres conjugais não por prazer, mas sim com o intento de contribuir para o bem-estar físico e mental do marido e de dar filhos ao reino. Um comportamento desviante deste padrão de conduta não seria bem aceite, como demonstra William Acton, médico ginecologista britânico, em *The Functions and Disorders of the Reproductive Organs* (1875). Nesta obra, Acton classificou as mulheres por categorias distinguindo entre esposa e amante; passiva e obediente; depravada e corrupta, reforçando a noção de que a mulher deveria permitir a relação sexual para bem da felicidade do marido, da família e da sociedade em geral:

Many of the best mothers, wives and managers of households, know little of or are careless about sexual gratification for herself. She submits to her husband's embraces but principally to gratify him. (...) No nervous or feeble young man, therefore, be deterred from marriage by an exaggerated notion of the arduous duties required from him.¹²

A mulher Vitoriana de classe média era também, de acordo com Steinbach (2013), a principal educadora dos filhos e, a não ser que pertencesse ao estrato mais elevado da classe média, teria apenas um ou dois criados. Este facto implicava que se confrontasse com um quotidiano preenchido de afazeres e, portanto, uma vida não tão indolente ou ociosa como frequentemente se crê.

O lar Vitoriano funcionava como espaço privado e familiar face à esfera pública. Porém, tal não se traduzia em privacidade para a esposa e mãe que deveria receber e entreter convidados assegurando uma, por vezes, demasiado intensa vida social, como descrevia Florence Nightingale em *Cassandra* (1852):

Women never have half an hour in all their lives (excepting before and after anybody is up in the house) that they can call their own without fear of offending or hurting someone. (...) So much for the satisfaction of the intellect. Yet for a married woman in society is even worse. A

¹² Twells, Alison. *British Women's History - A Documentary History from the Enlightenment to World War I*. London: I.B.Tauris & Co Ltd., 2007, p.33.

married woman was heard to wish that she could break a limb that she might have a little time to herself.¹³

Numa tentativa de superar a inexperience da mulher Vitoriana de classe média em lidar com a instabilidade da economia e a consequente necessidade de poupança doméstica, entre outras questões do foro familiar, surgiram os manuais de ajuda. Muitas destas mulheres, oriundas do meio rural, sentiam-se perdidas na gestão de um lar regido pela complexidade das normas Vitorianas. Nicola Humble (2010) salienta que a gestão doméstica parece ter sido uma questão exclusiva da classe média durante este período, uma vez que obras dirigidas à classe trabalhadora se focavam na solução de questões básicas e aquelas dirigidas à aristocracia não se debruçavam sobre este tipo de problemáticas. Manuais como o *Beeton's Book of Household Management* (1861), obra de Mrs. Isabella Beeton, com mais de 1.100 páginas com conselhos médicos, cuidados de higiene e instruções sobre tudo o que se relacionava com o conforto e a vida doméstica – onde na primeira página se poderia ler uma citação do poema *Paradise Lost* (1667) de John Milton: “Nothing lovelier can be found in a Woman, than to study household good”¹⁴ – instavam a mulher a gerir a sua casa de modo tão eficiente como o seu marido geria os seus negócios dando indicações de liderança sobre o pessoal doméstico e incidindo sobre os mais variados temas.

Já o trabalho remunerado fora de casa não era visto com bons olhos pela sociedade. Porém, muitos dos negócios geridos pelos maridos requeriam um ajudante ou aprendiz e assim, algumas esposas Vitorianas de classe média tinham de exercer não só, uma enérgica atividade de gestão doméstica, uma profissão paralela e não remunerada como secretárias ou assistentes dos seus maridos.

A caridade e a filantropia faziam igualmente parte das atividades destas mulheres que assim obtinham uma possibilidade de alargar a sua participação na sociedade. Através da filantropia, a mulher Vitoriana da classe média, organizava e participava em eventos cuja finalidade era a angariação de fundos para auxílio dos mais desfavorecidos, visitava os pobres nas prisões, nos orfanatos, nos hospitais e contribuía para minimizar o sofrimento dos indivíduos. Todavia, de acordo com Steinbach (2013), não exercia influência para modificar o que causava a mesma. A formação religiosa encorajava a mulher da classe média a dedicar-se à filantropia acreditando que, ao contactar com outras

¹³ Twells, Alison. *British Women's History - A Documentary History from the Enlightenment to World War I*. London: I.B.Tauris & Co Ltd., 2007, p.64.

¹⁴ Milton, John. *Paradise Lost*. London: John Bumpus, 1821, p.256.

mulheres, nomeadamente da classe trabalhadora, as boas práticas domésticas e, sobretudo, a conduta moral considerada corrente se disseminaria influenciando estas últimas nos seus comportamentos.

Outra das questões mais controversas deste período era a submissão financeira a que a mulher estava exposta, através do casamento. Segundo Perkin (1993), todos os pertences da esposa ou futura esposa passavam a ser controlados pelo marido e *pater familias* a quem os filhos pertenciam deixando a mulher de existir do ponto de vista legal. Muitas mulheres de classe média discordavam deste jugo financeiro e da subordinação jurídica ao homem (questão que será abordada no capítulo 2). Em 1869, John Stuart Mill defendia em *The Subjection of Women* que, vivendo desta forma, oprimidas pelas expectativas e pelas normas da sociedade, nunca se conheceriam a verdadeira natureza e as capacidades da mulher.

Todavia, Alison Twells (2007) salienta que a sociedade Vitoriana era já confrontada com um crescente desejo de independência e de emancipação da mulher que, quer por necessidade económica, quer por vontade própria, desejava ser livre. Este desejo de liberdade feminina, mal-aceite pelos Vitorianos, representava um obstáculo à tradicional família patriarcal: uma mulher que tivesse uma profissão e auferisse dela um rendimento apenas seu do qual não tivesse de abdicar, poderia, conseqüentemente, deixar de ter como objetivo o casamento e a maternidade. É possível crer que as *separate spheres* se tenham revelado um instrumento útil para manter a mulher dentro da sua esfera privada, num ambiente controlado alheio a delicadas questões sociais e políticas. Cumulativamente, a mulher que desejasse emancipar-se, era considerada um ser positivamente amargo e contranatura que, ao negar a sua predisposição natural, acabava por adoecer, como demonstrava Herbert Spencer, sociólogo e filósofo inglês, um dos defensores da Teoria da Evolução, em *The Principles of Ethics – Vol.I* (1892-93):

The not infrequent occurrence of hysteria and chlorosis shows that Women, in whom the reproductive function bears a longer ratio to the totality of the functions than it does in men are apt to suffer grave constitutional evils from that incompleteness of life which celibacy implies: grave evils to which there probably correspond smaller and unperceived evils in numerous cases (...)¹⁵

¹⁵ Twells, Alison. *British Women's History - A Documentary History from the Enlightenment to World War I*. London: I.B.Tauris & Co Ltd., 2007, p.36.

Contudo, assistimos a uma ambivalência de opiniões quanto à forma como a mulher Vitoriana de classe média é vista pela sociedade: como o “Anjo do Lar” e aquilo que ela seria na realidade, i.e., um indivíduo pleno, uma cidadã. Através da literatura do período Vitoriano, pela mão de autoras da classe média como Charlotte, Emily e Anne Brontë, George Eliot ou Elizabeth Barrett Browning são apresentadas ao leitor coevo ou posterior personagens femininas dotadas de personalidades fortes, retratadas como indivíduos com opinião própria que diferem do estereótipo de mero adereço masculino. Em *Lady Geraldine's Courtship* (1844) de Elizabeth Barret Browning pode observar-se a crítica espelhada na figura de Lady Geraldine que rejeita o ideal de passividade feminina tido como o mais desejável iniciando uma relação interclasse com Bertram, o poeta:

There's a lady, —an earl's daughter; she is proud and she is noble:
And she treads the crimson carpet, and she breathes the perfumed air;
And a kingly blood sends glances up her princely eye to trouble,
And the shadow of a monarch's crown is softened in her hair.

She has halls among the woodlands, she has castles by the breakers,
She has farms and she has manors, she can threaten and command,
And the palpitating engines snort in steam across her acres,
As they mark upon the blasted heaven the measure of her land.

There are none of England's daughters who can show a prouder presence;
Upon princely suitors praying, she has looked in her disdain:
She has sprung of English nobles, I was born of English peasants;
What was I that I should love her, —save for competence to pain!
(...)¹⁶

¹⁶ Browning, Elizabeth Barrett. *Lady Geraldine's Courtship*. New York: Charles Scribner and Company, 1870, p. 2-3.

1.2. CULTURA

At eighteen, Miss Murray was to emerge from the quiet obscurity of the schoolroom into the full blaze of the fashionable world — as much of it, at least, as could be had out of London; for her papa could not be persuaded to leave his rural pleasures and pursuits, even for a few weeks' residence in town. She was to make her debut on the third of January, at a magnificent ball, which her mamma proposed to give to all nobility and choice gentry of O- and its neighbourhood for twenty miles round. Of course, she looked forward to it with the wildest impatience, and the most extravagant anticipations of delight.

Anne Brontë

Num exercício de comparação, seria possível afirmar que, tal como um indivíduo, a cultura compõe-se de inúmeras características particulares que a definem como única e que, na impossibilidade de reviver um determinado período da história, é também da cultura que o indivíduo se serve – tal como de um instrumento de análise, para compreender como viviam e pensavam os membros de determinada sociedade. Neste contexto específico observamos como a cultura da Era Vitoriana é imortalizada por características que sobreviveram aos seus contemporâneos, algumas das quais se referem à perspectiva feminina da mulher Vitoriana de classe média.

O *Oxford English Dictionary* define “cultura” como: (1) “The arts and other manifestations of human intellectual achievement regarded collectively” (2) “The ideas, customs, and social behaviour of a particular people or society” (3) “The cultivation of bacteria, tissue cells, etc. in an artificial medium containing nutrient” e (4) “The cultivation of plants”. Nesta definição contemporânea observamos, perante as opções apresentadas, como a cultura assume diferentes contornos de acordo com o contexto em que é abordada.

Em *Culture and Society* (1958) Raymond Williams afirmava que o conceito de cultura, tal como hoje é conhecido através das definições que lhe foram sendo atribuídas, adquiriu contornos mais concretos e plurais durante o período da Revolução Industrial. Até aí, o significado de “cultura” prendia-se diretamente com o cultivo da terra, com o crescimento natural de algo, i.e., com o que é conhecido atualmente como a agricultura. Segundo Eagleton, após o Renascimento, o conceito de cultura ligar-se-ia também ao conceito de cultivo da mente e ao desenvolvimento intelectual humano. Todavia, será com a industrialização como relevou Raymond Williams, que cultura se focaliza nas várias manifestações dos coletivos. Para este autor é possível considerar três categorias na definição de cultura. Em primeiro lugar, a categoria do “ideal”, na qual a cultura representa um processo de transformação em busca do aperfeiçoamento humano, em termos de verdades e valores universais. Em segundo lugar, a categoria “documental” na qual encontramos descrito o trabalho artístico e intelectual e, por último, a categoria “social” que está diretamente relacionada com modos de vida expressos, não apenas na arte ou através de valores, mas também através das instituições e das atividades dos indivíduos numa sociedade. De acordo com Williams (1958), a análise de uma cultura deve ser feita com recurso a estas três definições que não devem ser dissociadas, sob pena de se perder a real aceção do conceito. O autor procura também demonstrar como a

cultura procura, através de um processo de seleção de objetos e documentos relevantes, escolher os seus testemunhos¹⁷, que prevalecem como o registo histórico de uma sociedade e dão sentido à cultura do presente. De modo inovador, o autor estabelece nesta obra uma relação entre cultura e sociedade ao declarar que é possível crer que todas as questões que agora se ligam ao significado de cultura são as mesmas refletidas nas alterações ocorridas na sociedade, na economia e na vida política.

Na esteira deste pensamento, Terry Eagleton descreve em *Culture* (2016) como a cultura é um aspeto multifacetado, passível de análise como uma forma do inconsciente social. Para Eagleton (2016) pode significar (1) trabalho artístico ou intelectual; (2) um processo de desenvolvimento espiritual ou intelectual - *bildung*¹⁸; (3) valores, crenças, símbolos e tradições comuns numa determinada sociedade, ou ainda, toda uma forma de vida. A cultura, tal como a atividade da qual deriva a sua origem etimológica, não é algo adquirido no imediato, mas sim um processo de construção ao longo do tempo e no qual a educação desempenha um papel fundamental.

Afastando-nos destas análises mais recentes do conceito de cultura e retrocedendo então até ao século XIX observamos como Matthew Arnold, filho de Thomas Arnold¹⁹, considerado o apóstolo da cultura, em parte devido às obras que escreveu, mas também pelo papel que desempenhou na reforma da educação, definiu em *Culture and Anarchy* (1869) o seu conceito de cultura, em termos idealistas, como o “estudo da perfeição”:

Culture is then properly described not as having its origin in curiosity, but as having its origin in the love of perfection; it is a *study of perfection*. It moves by the force, not merely or primarily of the scientific passion for pure knowledge, but also of the moral and social passion for doing good.²⁰

Segundo Luísa Leal de Faria (1996), para Arnold, a cultura é a conjugação dos valores intelectuais e morais cujo objetivo é o atingir da perfeição e à qual é atribuído um papel social ativo, uma vez que só a cultura, dotada e dotante de sensibilidades, permite ver a realidade como ela é. Na perspetiva de Matthew Arnold, a cultura deveria ser posta ao serviço das atividades sociais uma vez que se diferenciava do espírito mecânico,

¹⁷ O autor explica que num processo de seleção, num determinado período, as obras mais relevantes são naturalmente “escolhidas “pela sua ênfase e valor.

¹⁸ Refere-se a um processo de evolução e crescimento do indivíduo, tanto pessoal como cultural.

¹⁹ Thomas Arnold (1795-1842) educador, diretor da *Rugby School* e principal responsável pela reforma do ensino do século XIX que, baseado num conceito de “Cristianismo musculado”, consistia numa valorização dos estudos clássicos e na ética dos jogos de competição.

²⁰ Arnold, Matthew. Garrett, Jane. Ed. *Culture and Anarchy: An Essay in Political and Social Criticism*. Oxford World Classics. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 34.

materialista e do individualismo decorrente da industrialização que imperava na época. Desta perspectiva, cultura opõe-se a anarquia, que Arnold temia estar a emergir na nova democracia da época e que o autor acusava de falta de princípios e sentido de direção.

Comparativamente, em 1871, Edward B. Tylor publicava a obra *Primitive Culture: Researches into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Language, Art, and Custom* onde estabelecia os princípios da antropologia Vitoriana e onde, em simultâneo, associava a teoria evolucionista ao estudo da sociedade humana. Nesta obra, Tylor propunha logo no primeiro capítulo, uma nova definição de “cultura”:

Culture or civilization, taken in its wide ethnographic sense, is that complex whole which includes knowledge, belief, art, morals, law, custom, and any other capabilities and habits acquired by man as a member of society.²¹

Enquanto para Tylor, a cultura é algo intrínseco ao ser humano que vive em sociedade, a teoria de Arnold dava relevância às capacidades passíveis de serem aprendidas e que, a seu ver, eram uma forma de fazer melhorar a sociedade. Em ambas as noções, e ainda que de modos distintos, observamos que cultura e sociedade estão marcadamente interligadas e que, ao pensarmos na sociedade Vitoriana, pensamos quase involuntariamente, no conceito de cultura Vitoriana. Ralph Waldo Emerson descrevia em *English Traits* (1856) algumas das características que justificam a afirmação anterior:

The culture of the day, the thoughts and aims of men; are English thoughts and aims A nation considerable for a thousand years since Egbert, it has, in the last centuries, obtained the ascendant, and stamped the knowledge, activity, and power of mankind with its impress. Those who resist it do not feel it or obey it less.²²

Em *Middle Class Culture in the Nineteenth Century: America, Australia and Britain* (2003), Linda Young refere que o período Vitoriano foi a era da cultura *genteel*, das boas maneiras, da retidão e do autodomínio. A autora afirma que *gentility*, embora surja no contexto atual como um comportamento afetado e artificial, no século XIX, não só era a cultura da classe média como, simultaneamente, a definia ao englobar o conjunto de valores, práticas e crenças da mesma. *Gentility* seguia o modo de vida da aristocracia, porém com a introdução do conceito do valor moral do trabalho como forma de vida. Este

²¹ Tylor, Edward B. *Primitive Culture: Researches into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Language, Art, and Custom*. London: John Murray, 1873, p.1.

²² Emerson, Ralph Waldo. *English Traits*. London: G.Routledge and Co., 1856, p.20.

carater imitativo refletia uma ambição de ascensão social baseado na premissa clássica do *exemplum*.

Na sequência do pensamento de Matthew Arnold, Young (2003) declara que esta nova cultura que surgia em torno da classe média, renovando-a, permitia-lhe ter como objetivo tornar-se uma melhor classe social. A classe média reinventa-se assim culturalmente. Os seus membros tornavam-se agora mais respeitáveis através do *self-help*, princípio cunhado pelo autor escocês Samuel Smiles²³ na sua obra homónima de 1859, que sublinhava não só o valor do esforço e brio do indivíduo no trabalho como no aperfeiçoamento da apresentação e dos comportamentos formais em publico e em privado:

The spirit of self-help is the root of all genuine growth in the individual; and, exhibited in the lives of many; it constitutes the true source of national vigor and strength. Help from without is often enfeebling in its effects, but help from within invariably invigorates.²⁴

Pertencer à classe média pressupunha a participação em eventos e rituais e o permanente controlo tanto do corpo como das emoções. Este novo conceito de autocontrolo operava como um mecanismo para que aqueles que o praticavam pudessem viver melhor, tanto física como intelectual e emocionalmente, tornando mais simples a entrada em determinados círculos sociais e a aceitação dos pares. Segundo a ótica de Smiles (1859), a transformação da sociedade iniciava-se no interior de cada indivíduo:

Laws wisely administered will secure men in the enjoyment of the fruits of their labor, whether of mind or body, at a comparatively small personal sacrifice; but no laws, however stringent, can make the idle industrious, the thriftless provident, or the drunken sober. Such reforms can only be effected by means of individual action, economy, and self-denial; by better habits, rather than by greater rights.²⁵

Objetos, que outrora estavam apenas disponíveis à aristocracia devido ao seu custo elevado, tornavam-se agora acessíveis também à classe média uma vez que eram produzidos em série utilizando materiais mais baratos. Com o avanço da ciência e da tecnologia, o período Vitoriano foi também o período dos novos inventos, especialmente encontrados na cozinha da casa Vitoriana e cujo objetivo era facilitar a vida quotidiana.

²³As obras *Self-Help* (1859), *Character* (1871), *Thrift* (1875) e *Duty* (1880) caracterizavam os valores Vitorianos associados à ideologia do trabalho.

²⁴ Smiles, Samuel. *Self-Help; With Illustrations of Character, Conduct and Perseverance*. Nashville: A. H. Redford, 1873, p.17.

²⁵ Smiles, Samuel. *Self-Help; With Illustrations of Character, Conduct and Perseverance*. Nashville: A. H. Redford, 1873, p.18.

Linda Young (2013) salienta que o conhecimento enquanto meio fundamental para a cultura, aliado aos novos recursos disponíveis geravam o modo de vida *genteel*.

A nova classe média aspirava a uma cultura refinada e invertia a antiga tendência da diversão em que só a aristocracia participava. Anteriormente, a dicotomia trabalho-ócio não se verificava. Aqueles que trabalhavam não se divertiam e aqueles que se divertiam não trabalhavam. A aristocracia auferia as rendas do trabalho de terceiros e tinha disponível o tempo para se divertir – dois dos requisitos para a cultura refinada. Mas a nova classe média tinha a flexibilidade necessária para se adaptar às circunstâncias. Young (2003) menciona que, depois da classe média do período Vitoriano, não trabalhar passou a ser um sinónimo de má conduta.

Este envolvimento em atividades de lazer e cultura pressupunha uma separação das áreas a explorar pela classe média masculina e pela classe média feminina – as *separate spheres*. Aos homens estavam reservadas atividades ao ar livre e de âmbito político – a esfera pública, como a caça, o tiro e as profissões liberais, comerciais e o *public service*. À mulher “Anjo do Lar”, eram recomendadas atividades mais recatadas, confinadas ao ambiente doméstico, que não exigissem um tão grande esforço físico ou mental, tais como ocupar-se do lar, compor ou tocar música, desenho, pintura e trabalhos com agulha – costura e bordado. Nicola Humble (2010) nota que a cultura Vitoriana era também uma cultura doméstica - obcecada com objetos mais ou menos funcionais e decorativos e com o conforto. Ao lar era dado grande ênfase, que adquire gradualmente uma silhueta mais feminina quando comparado ao do lar do século XVIII, mais masculinizado²⁶. Humble (2010) menciona também a “escravatura” da mulher Vitoriana de classe média face à agulha e aos bordados que, segundo a autora, representava um instrumento de passividade forçada, de obrigatoriedade de contribuir também através da arte decorativa para o conforto e bem-estar alheios, tal como criticava Elizabeth Barrett Browning no poema *Aurora Leigh* (1857):

(...)
The works of women are symbolical.
We sew, sew prick our fingers, dull our sight,
Producing what? A pair of slippers, sir,
To put on when you're weary – or a stool
To stumble over and vex you... ‘curse that stool!’
Or else at best, a cushion, where you lean
And sleep, and dream of something we are not

²⁶ Humble (2010) refere “(...) the muffins and coffee that replace the ale and beef of the eighteenth century.”

But would be for your sake. Alas, alas!
This hurts most, this – that, after all, we are paid
The worth of our work perhaps. (...) ²⁷

No capítulo *Domestic Arts* (2010), Nicola Humble caracteriza o poema de Elizabeth Barrett Browning como o culminar de uma passagem por uma educação feminina vazia dada às mulheres de classe média e que contrasta com a educação que Aurora Leigh, porque deseja tornar-se poeta, secretamente providencia a si mesma. Salienta ainda que, sensivelmente a partir da segunda metade do século XIX, os trabalhos de costura e bordados passaram a representar uma tímida forma de poder feminino e de libertação uma vez que, gradualmente, passou a ser possível que a mulher de classe média fosse remunerada, ainda que a um nível insuficiente, pelo seu trabalho sem perder a sua respeitabilidade.

²⁷ Browning, Elizabeth Barrett. *Aurora Leigh*. New York: C. S. Francis and Co., 1857, p.16.

1.3. EDUCAÇÃO

‘Music, singing, drawing, French, Latin and German’ said she, ‘are no mean assemblage: many will be glad to have so much in one instructor (...)

Anne Brontë

Michel Foucault desenvolve em *Discipline and Punish: The Birth of the Prison* (1975)²⁸ uma noção de poder-conhecimento ao estabelecer uma relação muito próxima entre ambos. Nesta obra, Foucault afirma que os objetivos do poder e os objetivos do conhecimento não podem dissociar-se. Assim, sabendo, controlamos e controlando, sabemos. No contexto que abordarei em seguida, esta declaração de Foucault é demonstrativa de que modo a educação é um dos caminhos que conduz ao poder numa determinada sociedade.

Em 1792, Mary Wollstonecraft publicava uma das obras mais representativas da reivindicação de direitos justos para a mulher. Nos finais do século XVIII, *A Vindication for the Rights of Woman* tinha o propósito de chamar a atenção da sociedade para a situação precária da mulher, tanto em termos de poder sobre si mesma, como de igualdade. A autora criticava nesta obra afirmações como as de Jean-Jacques Rousseau que, no passado, havia declarado:

Thus, the whole education of women ought to relate to men. To please men, to be useful to them, to make herself loved and honored by them, to raise them when young, to care for them when grown, to counsel them, to console them, to make their lives agreeable and sweet – these are the duties of women at all times, and they ought to be taught from childhood.²⁹

Wollstonecraft, embora admitindo a superioridade da força física masculina, reclamava a igualdade de direitos e uma educação séria para a mulher. Para a autora, a educação reservada às mulheres na época, cujas singularidades limitadoras a preparavam apenas para servir e agradar, era a principal responsável pela posição fragilizada em que estas se encontravam transformando-as em meras figuras infantis, fontes de entretenimento sem valor real. Mais tarde, já no século XIX, algumas obras – escritas na sua maioria por homens, mas também por mulheres – continuariam a atestar a superioridade mental, intelectual, física e de carácter masculino em detrimento da feminina. Como salienta Joan Perkin em *Victorian Women* (1993), na década de 1820 era normal acreditar-se que o cérebro feminino era inferior ao masculino em tamanho e em capacidade cognitiva. A mulher era percebida como um ser frágil e inconstante necessitado de proteção contra os males do mundo e, ocasionalmente, de si mesma.

²⁸ Título original: *Surveiller et punir: Naissance de la prison* (1975)

²⁹ Rousseau, Jean-Jacques. Introduction. *Emile or On Education*. Translation and Notes by Alan Bloom. New York: Basic Books, 1979, p.365.

Contudo, a literatura da época reforçava paralelamente a noção de que caberia à mulher, particularmente, à mulher da classe média, o desempenho do papel de mãe e a educação dos filhos. Considerava-se a figura materna como a principal responsável pela transmissão dos valores morais, aquela que ensina a generosidade, os afetos e que induz os filhos a comportamentos moralmente adequados. Este conceito de educação maternal centrava-se sobretudo na educação moral e não tanto na educação formal; porém, permanece a ideia subliminar de que, quanto melhor for a educação da progenitora, tanto melhor será a educação dos filhos. John Stuart Mill defenderia em *The Subjection of Women* (1869) que uma mãe informada educaria crianças informadas. Todavia, a educação da classe média inglesa do século XIX acusava algumas lacunas. Matthew Arnold afirmaria: "The whole weight of the country rests upon the middle class, and the intelligence of the middle class is virtually non-existent"³⁰. A educação de uma mulher Vitoriana da classe média era ainda mais limitada.

Na Era Vitoriana, o valor investido pelas famílias de classe média na educação de uma menina era significativamente inferior quando comparado ao investido na educação de um menino, facto este que continua a verificar-se ainda atualmente em algumas sociedades. Até perto do fim do século XIX não existia qualquer carácter de obrigatoriedade na aprendizagem³¹. Havia uma maior predisposição para investir na educação de um rapaz que, tradicionalmente, seria o elemento de sustento da família – o designado futuro chefe de família.

A educação não servia para transformar a vida de uma mulher, mas sim para a converter numa esposa e mãe mais eficiente. Era dada ênfase à educação, mas não em excesso. Acreditava-se que a educação de uma mulher em matérias que não as tradicionais, para além de extenuante para o seu cérebro de menor competência, potenciador de infertilidade e masculinizador, traduzir-se-ia em sentimentos contraditórios levando-a a questionar a sua posição na sociedade e dando-lhe ideias acima da sua condição. Esta era uma questão transversal uma vez que, segundo Perkin (1993), as crianças do sexo feminino de todas as classes eram educacionalmente mais pobres que as crianças do sexo masculino da sua própria classe.

Nas classes mais altas, os rapazes tinham tutores e professores particulares, as meninas tinham uma ou várias amas e perceptoras. A classe média mais abastada educava

³⁰ Trilling, Lionel. *Matthew Arnold*. New York: Columbia University Press, 1949, p.229.

³¹ Só em 1870, o *Forster's Education Act* estabelece o princípio da educação primária universal.

as suas filhas em casa também com recurso a amas ou perceptoras, frequentemente mal-informadas e também elas o produto de uma educação incipiente e incapaz. Já a classe média mais modesta optava pelos serviços de uma ama e quando a criança completava o décimo ano de vida poderia optar por enviá-la para uma das *private day schools* até aos doze ou treze anos e, posteriormente, para uma *boarding school* até aos dezassete anos. Os preços destas escolas poderiam variar – das £25 até às £130 anuais, sendo que as mais baratas tinham frequentemente uma qualidade de ensino discutível. O método de ensino da época era identicamente desmotivante uma vez que se baseava na aprendizagem através do decorar e repetir palavra a palavra. Como descrevia Marion Kirkland Reid - influente escritora escocesa, tida como uma das fundadoras do Movimento Feminista e membro da *National Association for the Repeal of the Contagious Diseases Acts* - em *A Plea for Woman* (1843):

Now the education of girls, whatever facts it may teach them, does not tend to expand or develop their minds, but to cramp and confine them. Far from being encouraged to use their own faculties, any symptom of independent thought is quickly repressed.³²

Na classe média, durante a primeira metade do século XIX, era também dada ênfase a uma educação religiosa que inculcava nas jovens a subordinação e a humildade religiosa. Pretendia-se que desde cedo a mulher aceitasse a sua inferioridade perante o homem e se submetesse ao seu destino, tal como era o desígnio do Criador. Sarah Stickney Ellis, autora de inúmeras obras que abordavam a questão do papel da mulher na sociedade, defendia que cabia à mulher exercer a sua influência, no seu papel enquanto filha, esposa e mãe, para que a sociedade se tornasse melhor. Fundou a Rawdon House, uma escola para jovens raparigas onde eram aplicados os princípios de formação moral e de carácter descritos nas suas obras literárias. Ellis declarava em *The Mothers of England: Their influence and responsibility* (1843):

I know that woman is naturally and necessarily weak in comparison with man; and that her lot has been appointed thus by Him who alone knows what is best for us; but I would ask for her, in common kindness, that she should not be rendered weaker than is necessary by an education artificial, unhealthy and unnatural.³³

³² Reid, Marion Kirkland. *A Plea for Woman: Being a Vindication of the Importance and Extent of her natural Sphere of Action; with Remarks on Recent Works on the Subject*. London: W.Tait, 1843, p.197.

³³ Ellis, Sarah Stickney. *The Mothers of England: Their influence and responsibility*. London: Fisher, 1843, p.328.

Para Sarah Stickney Ellis, defensora do papel da mulher Vitoriana enquanto mãe e esposa, a educação da mulher, a ter algum valor, seria aquela que a prepararia para as suas funções futuras. Comparativamente, em *The Subjection of Women* (1869), John Stuart Mill comparava a situação da mulher inglesa à escravatura dos negros nas plantações de algodão ou ao recrutamento forçado nas fileiras da Armada. Segundo Mill, forçava-se a mulher a casar fechando-lhe todas as outras portas.

A partir de 1840 era já possível a frequência, não obrigatória, de uma das *public schools*³⁴. Enquanto os rapazes recebiam uma educação formal baseada nos estudos clássicos, na história, na geografia, na álgebra e na geometria, para as mulheres os conhecimentos transmitidos eram orientados para as tarefas domésticas e para as características femininas cuja finalidade era a de estar apta a tornar-se uma boa dona-de-casa. Quando em *Thoughts on the Education of Daughters* (1787) Mary Wollstonecraft salientava o facto de que dançar, tocar piano e harpa, estudar francês e italiano não eram o suficiente para a educação das jovens, nem fazia jus às suas mentes, a autora poderia estar a referir-se igualmente à educação das meninas Vitorianas de classe média de meados do século XIX. Reid (1843) referia-se à educação feminina inglesa como uma grande desvantagem, um sistema parcial e injusto. Se a mulher era realmente mais frágil em termos de intelecto necessitava de todas as vantagens que a educação lhe podia trazer. Porém, não era isso que se verificava:

The effect of the common system of female education is to produce a mechanical performance of duty, converting women into mere machines; so that all the good they do is towards others, their own minds all the while lying barren and unfruitful. (...) We confess we feel strongly the evil of the tendency of female education to produce a mere automaton – a subdued, passive tool, which the elements of society fashion outwardly, but which has no inward power to seize into means of growth, both moral and intellectual.³⁵

Além de todas as limitações pedagógicas já mencionadas, em muitas destas escolas as condições de acolhimento e de conforto eram praticamente nulas. As crianças eram mantidas sem uma alimentação adequada, sem agasalhos, expostas a doenças e alvo de negligência. Charlotte Brontë viria a retratar uma dessas escolas, a *Clergyman's*

³⁴ Recebem a designação *public* porque a educação formal era recebida fora de casa, embora se tratassem de escolas privadas.

³⁵ Reid, Marion Kirkland. *A Plea for Woman: Being a Vindication of the Importance and Extent of her natural Sphere of Action; with Remarks on Recent Works on the Subject*. London: W. Tait, 1843, p.198-199.

Daughters School, de inspiração Calvinista³⁶, que frequentou com as irmãs causando a morte a duas delas, Mary e Elizabeth, em *Jane Eyre* (1848), no colégio Lowood:

Our clothing was insufficient to protect us from the severe cold; we had no boots, the snow got into our shoes, and melted there; our ungloved hands became numbed and covered with chilblains, as were our feet. (...) Then the scanty supply of food was distressing: with the keen appetites of growing children, we had scarcely sufficient to keep alive a delicate invalid. From this deficiency of nourishment resulted an abuse which pressed hardly on the younger pupils: whenever the famished great girls had an opportunity they would coax or menace the little ones out of their portion.³⁷

Chegada ao fim a sua educação formal, a grande maioria das jovens de classe média regressava a casa para auxiliar nas tarefas domésticas. Porém, a partir das décadas de 1850 a 1860, o panorama transformar-se-ia. A sociedade masculina iniciaria lentamente o processo de rejeição da ideia de uma mulher ignorante e desinformada.

A industrialização instava a economia a modificar-se rapidamente de modo a acompanhar a evolução e a transição. Um elevado número de jovens partia agora para as colónias procurando fortuna e carreira. Para muitas das mulheres que ficavam era impossível arranjar um marido que lhes assegurasse o futuro e era preciso garantir a sua sobrevivência; para outras representava uma oportunidade de independência. Sem outra solução, essa emancipação chegaria através do trabalho. Na senda desta nova ideologia, novas *private day* e *boarding schools*, mais bem preparadas, surgiam também com o objetivo de instruir as jovens de forma mais transversal dando-lhes uma educação que efetivamente possibilitasse a entrada numa profissão. As poucas carreiras possíveis a uma mulher da classe média no século XIX eram as de perceptora, dama de companhia ou de professora numa escola privada. Em resultado da ideologia educacional da época, uma das questões mais inquietantes para assumir estas profissões era a falta de instrução. A profissão de perceptora, que muitas mulheres da classe média integravam, quer por necessidade, quer por vocação, implicava aquisição de conhecimentos específicos e aprofundados que a educação convencional da época não concedia. Em resposta a esta preocupação, em 1848 e 1849, foram fundadas a *Queen's College* e a *Bedford College* respetivamente, cujo intuito fundamental instigado pela *Governesses' Benevolent*

³⁶ Segundo definição do dicionário Merriam-Webster Online: “the theological system of Calvin and his followers marked by strong emphasis on the sovereignty of God, the depravity of humankind, and the doctrine of predestination.”

³⁷ Brontë, Charlotte. *Jane Eyre*. London: Arcturus Publishing Limited, 2010, p.63

*Institution*³⁸, era o de formar melhores profissionais. De acordo com Joan Perkin (1993), o movimento que promovia o ensino superior para as mulheres iniciou-se na década de 1860. Novas questões se levantavam quanto à educação superior. Para que as alunas pudessem assistir a aulas nas universidades e/ou prestar provas em situação de igualdade com os colegas do sexo masculino era necessário que fossem confrontadas com questões, por exemplo, no estudo dos Clássicos ou da Poesia que, à luz do pensamento Vitoriano, eram consideradas imorais. Perkin afirma ainda que também a Matemática, considerada uma disciplina masculina, gerava sérias dificuldades uma vez que parecia ser a matéria em que as alunas mais erravam e da qual, embora aplicando um enorme esforço, retiravam poucos dividendos. De acordo com a autora, temia-se que o esforço empregue no estudo desta disciplina levasse, durante a menstruação, a estudante à exaustão mental ou mesmo à infertilidade.

A *University of London* foi a primeira a conferir grau acadêmico a ambos os sexos em pé de igualdade em 1878 – exceto em Medicina. A partir de 1881, em Cambridge, e depois em 1884, em Oxford, as estudantes podiam assistir às aulas, no entanto não lhes era atribuído qualquer grau acadêmico. Apenas após a Segunda Guerra Mundial as mulheres passariam a frequentar estas universidades sem restrições.

John Stuart Mill explicava na obra *The Subjection of Women* (1869) como a Educação dada às mulheres as limitava e como as opiniões gerais acerca da natureza das mulheres são meramente empíricas diferindo de país para país ou de cultura para cultura. Segundo Mill (1869), os ingleses eram especialmente pobres em termos de experiência a julgar a natureza humana uma vez que eram, fundamentalmente, o produto da civilização e da disciplina suprimindo tudo aquilo que está em conflito com estes princípios. Noutros países e noutras culturas, a norma sobrepunha-se à natureza; no entanto, os traços individuais mantinham-se presentes. Já em Inglaterra, a norma parecia substituir por completo a natureza. Regressando à influência do pensamento de Foucault, privar uma mulher de educação era, assim, privá-la de poder. A norma optava deste modo, durante um longo período, por criar seres dependentes, forçados a entregar – de forma livre ou não – o controlo da sua existência nas mãos do patriarcado.

³⁸ De acordo com a British Library: “Founded in 1841, the Governesses’ Benevolent Institution was the first organisation to make significant improvements to governesses’ employment conditions. Their work ranged from establishing a governess registry and savings bank, to setting up a training college and the Asylum for Aged Governesses, for retired women who, without family or financial security, were unable to support themselves.”

CAPÍTULO II

BREVE NOÇÃO DE GÉNERO NO SÉCULO XIX



Figura 2 - *Matilda Alice Victoria Powles (1864-1952), mais tarde Lady de Frece, na pele de Vesta Tilley, Domínio público.*

(...) if a book is a good one, it is so whatever the sex of the author may be. All novels are or should be written both for men and women to read, and I am at loss to conceive how a man should permit himself to write anything that would be really disgraceful to a woman, or why a woman should be censured for writing anything that could be proper and becoming for a man.

Anne Brontë.

Robert E. Shoemaker define, em *Gender in English Society 1650-1850: The Emergence of Separate Spheres?* (1998), o estudo do gênero como uma categoria de análise histórica que surgiu, em primeiro lugar na década de 1970, nas obras de feministas americanas. Shoemaker salienta que a utilização mais poderosa do termo “gênero” ocorre em substituição do termo “sexo” como instrumento de caracterização entre os sexos, i.e., enquanto “sexo” assinala as especificidades físicas, “gênero” discute de que modo as diferenças entre homem e mulher podem ser interpretadas, numa tentativa de explicar a variável histórica que a biologia não consegue. Assim, o autor sublinha:

Gender is thus a “social category” imposed on a sexed body.³⁹

William E. Houghton descreve em *The Victorian Frame of Mind, 1830-1870* (1985) três concepções distintas da mulher ao longo deste período. Das três concepções propostas por Houghton, a mais conhecida é a de esposa submissa cujo principal, ou único propósito da sua existência é amar, honrar, obedecer e entreter o amo e senhor – o seu marido. No extremo imediatamente oposto está a *New Woman*, figura mais conhecida do fim de século, refletida na figura da *Princess Ida*⁴⁰. *Ida* representa a mulher que se rebela contra a escravidão social e legal a que é forçada ao voltar as costas à sociedade patriarcal ao recusar casar e preferir o ingresso numa universidade para mulheres. Esta é a mulher que exige mais cedências ao patriarcado: direitos iguais aos da sociedade masculina consubstanciados em educação; as mesmas oportunidades de emprego e remuneração; sufrágio e o acesso a cargos políticos. Entre ambas as concepções, o autor descreve uma terceira, caracterizada pela sua ambivalência oscilando entre o pensamento conservador e o radical, em que a mulher não pretende converter-se num homem, uma vez que é dotada da sua natureza própria e da sua função na vida, não inferior à masculina, apenas diferente. De acordo com Houghton (1985), nesta concepção feminina, o desafio que se colocava à *Woman Question* era a permanente análise de quais os estudos, as atividades ou as atitudes que poderiam, ou não, pôr em risco a sua feminilidade.

Susan Kingsley Kent (1999) afirma em *Gender and Power in Britain, 1640-1990*, que a ideologia liberal em vigor negava às mulheres a possibilidade de cidadania política contradizendo-se quando, simultaneamente, defendia o dismantelamento do poder da aristocracia e a emancipação da classe média, sem permitir, todavia, que essa

³⁹ Shoemaker, Robert E. *Gender in English Society 1650-1850: The Emergence of Separate Spheres?* New York: Routledge, 1998, p.1.

⁴⁰ Do poema *The Princess* (1847) de Alfred, Lord Tennyson (1809-1892) poeta laureado da época.

emancipação se estendesse às mulheres. Os argumentos liberais utilizados para a exclusão feminina do panorama político, social e económico baseavam-se nas características biológicas da mulher e nas alegadas diferenças de carácter intelectual e emocional entre os sexos. Kent (1999) chama a atenção para o modo como estes argumentos demonstram receio da intervenção da mulher na esfera pública e denota que a noção de feminilidade ou de natureza feminina estava, neste período, intimamente ligada à sexualidade. A conexão com a sexualidade era de tal modo forte, que a figura feminina passou a ser designada pela sociedade – masculina – como *The Sex*. Como notado por ativistas femininas da época, esta conotação abria precedentes ao abuso sexual da mulher, tanto da classe média como da classe trabalhadora.

A forma de olhar a mulher como modelo ético e moral em pleno processo de mudança provocada em boa parte, pela industrialização, revelava-se, denota Kent (1999), uma categorização demasiado limitada das reais experiências da mulher. Nesta ótica patriarcal, o homem era representativo da corrupção e do materialismo, mas pertencia à esfera pública, porque controlado e sistemático. A mulher, representada simultaneamente como uma natureza por explorar e “domesticar” era involuntariamente movida pelo seu impulso sexual gerado pela sua necessidade natural de se reproduzir.

Ao contrário do argumentado pela sociedade masculina, a mulher participava na cultura, como o ilustra o contributo das brilhantes escritoras deste período. Contribuía igualmente para a economia uma vez que, residindo na mulher a responsabilidade da gestão doméstica, era também sobre ela que caía a responsabilidade das aquisições. Inúmeras mulheres Vitorianas de classe média dedicavam-se à filantropia, uma das atividades permitidas e incentivadas dentro da esfera feminina, para participar em campanhas contra a escravatura, a favor da reforma da educação feminina ou com vista a melhorar as vidas dos menos afortunados. A mulher Vitoriana de classe média não se encontrava assim tão limitada apenas à reprodução e à manutenção da felicidade sexual do seu marido.

Segundo Susan Kingsley Kent (1999), a ideologia das *separate spheres*, forjada pelas vicissitudes da vida económica, política e social do século XVIII, delineou praticamente todos os aspetos da vida do século XIX e a sua origem reside na conotação simultânea, e algo contraditória, da mulher como ser puro e puramente sexual:

Upon the female as a biological entity, a sexed body, nineteenth-century theorists imposed a socially and culturally constructed “femininity”, a

gender identity derived from ideas about what roles were appropriate for women. This collapsing of sex and gender – of the physiological organism with the normative social creation – made it possible for women to be construed as at once pure and purely sexual; although paradoxical, these definitions excluded women from participation in the public sphere and rendered them subordinate to men in the private sphere as well.⁴¹

A preocupação da sociedade Vitoriana com a necessidade de separação das esferas de intervenção, nomeadamente no interior da classe média, sugere uma hipotética intenção de afastar a mulher do plano das questões sociais e políticas da época por receio das modificações que a mulher, se permitida fora da esfera privada, pudesse vir a introduzir na esfera pública. O “Anjo do Lar” é, durante a maior parte deste período e de acordo com alguma literatura da época, transformado no modelo feminino ideal, pilar moral da sociedade, figura maternal, obediente, dedicada e assexuada que Christina Crosby, em *The Ends of History: Victorians and "the Woman Question"* (1991), define como “(...) an originary site of total love and complete satisfaction that must be found again.”⁴²

Segundo Twells (2007), a ideologia das *separate spheres* fixava e dava estabilidade às bases do liberalismo burguês, tanto dentro do país como fora, no contexto imperialista. Neste culto da domesticidade cabia à mulher Vitoriana de classe média criar um refúgio de paz, perfeição e moralidade contra o tumulto provocado pela industrialização, i.e., o lar representava um pequeno paraíso face à brutalidade do quotidiano e dependia da mulher cultivar nele as características da sua feminilidade – passividade, altruísmo, submissão e dependência.

O século XIX terá sido, assim, o período histórico em que os papéis de género se tornaram mais definidos. Apesar de a descrença na fragilidade emocional e a discordância face à infantilização feminina existirem já anteriormente - como se pode verificar em obras como *Jane Eyre* (1847), *Agnes Grey* (1847) ou *The Tenant of Wildfell Hall* (1848) de Charlotte e Anne Brontë, por exemplo, foi a década de 1860 que assistiu ao despontar do debate e da preocupação feminina em relação às questões ligadas à igualdade de direitos à medida que parte do universo feminino analisava a precariedade da sua posição na sociedade – a *Woman Question*.

⁴¹ Kent, Susan Kingsley. *Gender and Power in Britain, 1640-1990*. London: Routledge, 1999, p.179.

⁴² Crosby, Christina. *The Ends of History: Victorians and "the Woman Question"*. New York: Routledge, 1991, p.9.

As questões de género levantavam-se, sobretudo, pelas limitações sentidas pela sociedade feminina que se via privada de eleger os seus representantes políticos, definir os moldes da sua educação, ou escolher uma determinada profissão. A classe média feminina discordava particularmente das imposições legais a que estava sujeita depois do casamento e que a privavam de uma efetiva cidadania.

A campanha para reformular a lei do casamento partiu de um movimento da mulher de classe média que, depois do casamento, via o inteiro controlo dos seus ganhos, propriedades e da sua pessoa, i.e., do seu corpo ser transmitido ao seu marido, ao contrário da mulher da aristocracia que, de acordo com Perkin (1993), tinha a seu favor um sistema legal que lhe conferia o controlo das suas propriedades e bens. A mulher Vitoriana de classe média não existia para além do marido, salvo vontade expressa do mesmo. O movimento das mulheres de classe média queria, assim, ver alargada a todas as mulheres a proteção legal conferida à aristocracia.

Lydia Becker, membro proeminente do movimento sufragista feminino, célebre pela publicação do *Women's Suffrage Journal*, foi também bióloga, astrónoma e botânica, mantendo troca de correspondência ocasional com Charles Darwin entre 1863 e 1877. Joan Perkin cita Becker em *Victorian Women* (1993):

What I most desire, is to see the married women of the middle classes stand on the same terms of equality as prevail in the working classes and the highest aristocracy. A great lady or a factory woman are independent persons – personages – the women of the middle classes are nobodies, and if they act for themselves they lose caste.⁴³

Foi Barbara Leigh Smith, líder inglesa do movimento para os direitos educacionais e políticos da mulher e membro fundador da *Girton College*, uma universidade então para mulheres, que deu início à campanha para a reforma legal respeitante aos direitos das mulheres de classe média. Filha de um membro do Parlamento, Barbara Smith era então solteira, com um rendimento anual de £300. Não sendo uma vítima circunstancial, era movida pela empatia pelas mulheres menos afortunadas. Em *Brief Summary in Plain Language of the most Important Laws of England Concerning Women* (1869), Smith tem por objetivo dar a conhecer e fazer notar a disparidade de direitos legais entre mulheres solteiras e casadas, disparidade essa que, de acordo com Perkin (1993), era desconhecida de muitas mulheres:

⁴³ Perkin, Joan. *Victorian Women*. New York: New York University Press, 1993, p.89.

(...) A single woman has the same rights to property, to protection from the laws, and must pay the same taxes to the state, as a man. ⁴⁴(...) A man and wife are one person in law; the wife loses all her rights as a single woman, and her existence is, as it were absorbed in that of her husband. He is civilly responsible for her wrongful acts, and in some cases for her contracts; she lives under his protection or cover, and her condition is called coverture. (...) ⁴⁵

Como salienta Susan Kingsley Kent (1999), a solução para estas disparidades residia na reforma da educação, na melhoria das oportunidades de trabalho concedidas às mulheres e na aprovação de leis que possibilitassem à mulher casada o controlo dos seus bens e a gestão dos seus rendimentos, precisamente da mesma forma que uma mulher solteira tinha a possibilidade de fazer. Todavia, referindo-se ao contexto do casamento, Carole Pateman declara em *The Sexual Contract* (1988) que a mulher Vitoriana de classe média era fundamentalmente forçada a casar. Os costumes sociais e a lei privavam-na de oportunidades de independência. De acordo com a autora, o casamento representava a única solução de uma mulher para uma vida digna:

If marriage were a proper contract, women would have to be brought into civil life on exactly the same footing as their husbands. ⁴⁶

Kent (1999) salienta que a situação da mulher casada de classe média viria a conhecer alguma melhoria após a aprovação da lei do divórcio em 1857. Anteriormente, apenas os casamentos da classe alta podiam ser dissolvidos por determinação legal do Parlamento. Após esta data, o *Matrimonial Causes Act* criava um tribunal de divórcio e estabelecia formas de proceder, apesar de díspares entre os sexos. O homem poderia solicitar o divórcio apenas com base na suspeita de adultério; a mulher teria que provar o adultério do marido e adicionalmente o abandono, a violação, a sodomia ou outros comportamentos desviantes condenados e considerados cruéis. De acordo com Perkin (1993), um marido via inclusive, ser-lhe reconhecido à luz da lei o direito a aplicar à sua esposa punições físicas moderadas.

Ao longo do século XIX, mulheres ativistas e os seus apoiantes tentaram demonstrar, estabelecendo uma ligação entre as esferas separadas e a legislação em vigor que, no seu conjunto, esta ideologia não só não as protegia do mundo exterior como ainda

⁴⁴ Bodichon, Barbara Leigh Smith. *Brief Summary in Plain Language of the most Important Laws of England Concerning Women*. London: Trübner and Co, 1869, p.1.

⁴⁵ Bodichon, Barbara Leigh Smith. *Brief Summary in Plain Language of the most Important Laws of England Concerning Women*. London: Trübner and Co, 1869, p.9.

⁴⁶ Pateman, Carole. *The Sexual Contract*. Cambridge: Polity Press, 1988, p.155.

empolava a realidade brutal em que muitas eram forçadas a viver aceitando sujeitar-se a maus tratos e crueldade de modo a não perderem o contacto com os seus filhos.

De acordo com Alison Twells (2007), Caroline Norton, escritora e poetisa inglesa cujas dificuldades matrimoniais a levaram a envidar esforços para melhorar a proteção legal para as mulheres, foi umas das primeiras mulheres de classe média a desafiar esta organização legal através da escrita de panfletos sobre o matrimónio e o direito à custódia das crianças. Alvo de acusações de adultério por parte do seu marido, George Norton, das quais foi ilibada, Caroline Norton viu-se privada de qualquer contacto com os seus filhos então com dois, quatro e seis anos, respetivamente. Após longa persistência e da influência exercida junto das suas ligações políticas, conseguiu, em 1839, uma vitória parcial que estatua que as crianças mantivessem contacto com as suas mães e que estas mantivessem alguns direitos de custódia até os filhos atingirem os sete anos. Em *Plain Letter to the Lord Chancellor on the Infant Custody Bill* (1839) Caroline Norton, assinando sob o pseudónimo Pearce Stevenson, afirmava:

It has been asserted, as I have before mentioned, both by Lord Brougham and others, that the admitted hardships and injustice to women in this instance, is not greater than in others; and that all such instances arise out of their general position as inferior members of the social and political body.⁴⁷

A modificação produzida não era ainda o suficiente, uma vez que, de acordo com Kent (1999), qualquer pai detinha autoridade total sobre os filhos. A autora compara a posição da mulher deste período à escravatura. A mulher de classe média, sem modo de subsistir, sem propriedade, sem direitos legais, sem dinheiro e sem liberdade, convertia-se, tal como John Stuart Mill salientava em *The Subjection of Women* (1857) numa escrava. Harriet Taylor Mill, filósofa inglesa, defensora dos direitos das mulheres, companheira e, mais tarde, esposa de John Stuart Mill sugeria que a ideologia da *separate spheres* atuava como elemento de camuflagem de um sistema de relações de poder desiguais em que o homem detinha o poder central em que gostava de fazer valer a sua vontade, não apreciando que a sua companheira doméstica tivesse uma vontade diferente da sua:

(...) As certain as it is that there is equality in nothing, now – all the pleasures such as there are being mens, and all the disagreeables and

⁴⁷ Stevenson, Percy. *A Plain Letter to the Lord Chancellor on the Infant Custody Bill*. London: James Ridgeway, 1839, p. 5.

pains being womens [,]as that every pleasure would be infinitely heightened both in kind and degree by the perfect equality of the sexes.

Women are educated for one single object, to gain their living by marrying (...) ⁴⁸

Também a sexualidade feminina, alvo de cuidadosa atenção, como mencionado anteriormente, gerava opiniões extremas. Segundo Susan Kingsley Kent (1999), a sociedade patriarcal Vitoriana do século XIX optava por agrupar as mulheres numa de duas classes: aquelas que não possuíam qualquer interesse sexual e as ninfomaníacas, i.e., as puras e as impuras.

A falta de paixão apontada à mulher no início do século XIX foi, de início, vista pela mesma como uma ideologia que podia ser seguida, controlada e passada às gerações seguintes. Contudo, a partir de meados do século e sob o olhar clínico de alguns médicos, a este conceito de *passionlessness* foi retirada a componente moral e espiritual voltando a ser-lhes atribuída uma conotação puramente sexual.

A medicina negava, na sua maioria, a existência de desejo sexual feminino. Ao reconhecerem a falta de desejo sexual na mulher, os médicos contribuíam para a construção de uma ideia de pudicidade que deveria prevalecer nas relações sociais. Encorajavam-se as famílias a manterem as jovens num estado de pura ignorância quanto à sua sexualidade, à natureza da sua função reprodutiva e a evitarem a autoestimulação sexual. Esta ignorância forçada e a conotação da mulher como ser puro e assexuado potenciavam uma relação oposta entre os sexos, uma relação de poder em que o homem era apaixonado e agressivo e a mulher vítima dessa agressão.

Os médicos asseveravam que a mulher não possuía desejo sexual, mas afirmavam simultaneamente que a mesma era dirigida e motivada pelos seus impulsos sexuais e órgãos reprodutores. Assim, a figura feminina era de tal modo definida por um modelo de sexualidade que o demonstrar de uma atitude fora do padrão de comportamento-tipo de obediência, de esposa e mãe seria classificado como *unsexed*. Para a maioria da comunidade médica, o desenvolvimento dos órgãos sexuais de uma jovem era algo muito delicado, tão delicado, que caso a energia dedicada a esse desenvolvimento fosse direcionada, por exemplo, para o estudo, a jovem poria em risco a sua saúde, bem como a capacidade de gerar descendência e dar continuidade à espécie. Segundo Alison Twells

⁴⁸ Jacobs, Jo Ellen. Ed. *The Complete Works of Harriet Taylor Mill*. Bloomington: Indiana University Press, 1998, p.22.

(2007), Henry Maudsley, médico psiquiatra inglês, pretendia através desta argumentação, justificar as sucessivas tentativas de afastamento da mulher da esfera pública, de uma educação correta e da escolha de uma profissão. Maudsley (1873) argumentava que durante a puberdade não deveria ser permitida à mulher nenhum tipo de educação que a tornasse assexuada, uma vez que a mulher que recusava a sua função natural recusava também a sua definição como indivíduo:

While woman preserves her sex, she will necessarily be feebler than man, and, having her special bodily and mental characters, will have to a certain extent her own sphere of activity; where she has become thoroughly masculine in nature, or hermaphrodite in mind, — when, in fact, she has pretty well divested herself his work; but she will have lost her feminine attractions, and probably also her chief feminine functions.⁴⁹

Todavia, para Elizabeth Garrett Anderson, a primeira mulher a formar-se em medicina em Inglaterra, em *Sex and Mind in Education* (1874), uma feminilidade saudável requeria a existência de atividade, tanto física como mental, defendendo que as causas que perturbavam a saúde feminina não se prendiam com questões psicológicas, mas sim com questões sociais. O afastamento social conduzia ao tédio e muitas vezes à loucura:

(...) There is no tonic in the pharmacopoeia to be compared with happiness, and happiness worth calling such is not known where the days drag along filled with make-believe occupations and dreary sham amusements.⁵⁰

A preocupação com a sexualidade, ou mais especificamente com a função sexual feminina tomava sérias proporções à medida que clitoridectomias iam sendo executadas como forma de eliminar variantes como a masturbação – estimulação periférica que, na opinião médica e de acordo com o descrito por Kent (1999), potenciavam a desobediência, o mau-humor ou o desagrado pelo marido.

A análise das particularidades enumeradas nesta breve caracterização da noção de género no século XIX remete-nos para Michel Foucault. Em *The History of Sexuality* (1976) Foucault estabeleceu a hipótese repressiva: desde a ascensão da classe média Vitoriana, a energia despendida em atividades de puro prazer apenas passou a ser olhada com desconfiança tendo o sexo sido convertido numa questão privada a ser reprimida. O

⁴⁹ Maudsley, Henry. *Body and Mind: an inquiry to their connection and mutual influence, specially in reference to mental disorders*. London: Macmillan & Co., 1873, p.32-33.

⁵⁰ Twells, Alison. *British Women's History - A Documentary History from the Enlightenment to World War I*. London: I.B.Tauris & Co Ltd., 2007, p.240.

autor estabelece uma relação entre o desejo de controlar o discurso e o conhecimento do outro sobre sexo e o desejo de controlar o poder. Assim, como interpreta Chloë Taylor (2017), o sexo torna-se uma ferramenta de conhecimento, algo que pode ser compreendido, controlado e utilizado. Michel Foucault define sexualidade como:

(...) an especially dense transfer point for relations of power: between men and women; young people and old people; parents and offspring; teachers and students; priests and laity; an administration and a population. Sexuality is not the most intractable element in power relations but rather one of those endowed with greatest instrumentality; useful for the greatest number of maneuvers and capable of serving as a point of support, as a linchpin, for the most varied strategies.⁵¹

Nesta ótica de pensamento será passível de considerar que a privação de conhecimento ou de discurso sobre o sexo era aliada a outras condicionantes abordadas anteriormente, uma forma de exercer o poder sobre a mulher.

Também a prostituta era entendida como um ser depravado, símbolo oposto a tudo que a mulher, nomeadamente, a mulher Vitoriana de classe média deveria representar. Alison Twells (2007) denota que a prostituta era observada como um mal necessário uma vez que, enquanto a sexualidade feminina se expressava através da maternidade, o impulso sexual masculino era inato e teria de ser satisfeito. Tornava-se assim necessário que existissem prostitutas “limpas”, livres de doenças contagiosas tanto para amenizar as necessidades masculinas como para manter a pureza da esposa.

A garantia de que as prostitutas se mantinham saudáveis era dada pelo *Contagious Diseases Act* de 1864, alargado posteriormente em 1866 e 1869. De acordo com Jane Jordan (2003), o primeiro *Contagious Disease Act* foi introduzido como legislação experimental cujo objetivo primário era a contenção de doenças sexualmente transmissíveis nas forças armadas. A última revisão, de 1869, estendeu a sua aplicação a dezoito cidades que albergavam guarnições militares, aí colocadas de forma permanente, e a portos navais, tanto no sul de Inglaterra como na Irlanda. Num raio de 10 milhas qualquer mulher suspeita de prostituição poderia ser presa pela polícia, sujeita a uma inspeção genital com espéculo e medicada recorrendo ao uso de mercúrio. Jordan afirma que, caso fossem encontrados indícios de doença venérea, a mulher poderia ser impedida de se prostituir por um período de três a nove meses sendo mantida em internamento num

⁵¹ Foucault, Michel. *The History of Sexuality*. New York: Pantheon Books, 1978, p.103.

hospital. De acordo com a autora, os *Contagious Diseases Acts* deram origem às primeiras campanhas, no âmbito da discussão sobre a prostituição, a serem integradas por mulheres.

A *Ladies' National Association for the Repeal of the Contagious Diseases Act*, fundada em 1869, lançava uma campanha através da publicação do *Ladies' Protest against the Contagious Diseases Act*, no jornal *Daily News*, no primeiro dia do ano de 1870, afirmando entre outras razões:

(...) Because it is unjust to punish the sex who are the victims of a vice, and leave unpunished the sex who are the main cause, both of the vice and its dreaded consequences; and we consider that liability to arrest, forced medical treatment, and (where this is resisted) imprisonment with hard labour, to which these Acts subject women, are punishments of the most degrading kind. (...) ⁵²

Segundo Jordan (2003), Josephine Butler, líder da *Ladies' National Association*, reconhecia a humanidade destas mulheres, tendo dedicado a vida ao seu resgate, à tentativa de lhes proporcionar uma vida digna através de uma educação que lhes concedesse a oportunidade de um trabalho respeitável ou a que pudessem restabelecer-se ou a terminar os seus dias em paz. Reclamava para elas, também vítimas da industrialização e das oscilações da economia, o direito à humanização, insistindo que a prostituição era um assunto de grande importância para todas as mulheres.

Alison Twells (2007) salienta que a *Ladies' National Association* expunha uma legislação dúbia com parâmetros duplos que colocava apenas sobre a prostituta a responsabilidade do contágio de doenças venéreas, não contemplando os homens que a procuravam. Criticava também o modo como a liberdade de todas as mulheres era posta em causa pelos métodos de detenção utilizados pela polícia em que qualquer mulher, prostituta ou não, poderia ser forçada a submeter-se a inspeção. De acordo com Kent (1999), a prostituta era considerada pela sociedade um ser libertino que atuava na esfera pública vendendo sexo em troca de ganhos materiais, sem decência, pelo que era merecedora das iniquidades a que estava sujeita. Contudo, a prostituição era também uma consequência das imposições da sociedade. Esta não era só uma questão da classe mais baixa, mas também da classe média, como demonstrava Josephine Butler numa carta datada de 09 de maio de 1868 dirigida a Frederic Harrison, autor inglês, que popularizou o Positivismo do sociólogo francês Auguste Comte, tendo exercido também advocacia a

⁵² Twells, Alison. *British Women's History - A Documentary History from the Enlightenment to World War I*. London: I.B.Tauris & Co Ltd., 2007, p.241.

partir de 1858, defensor da ideia de que a mulher deveria permanecer restringida ao trabalho do lar dentro da sua esfera social:

Men do not marry invariably, and women cannot ask them or force them to marry them. According to your theory of shutting them out from all trades, and not suffering them to work at all for their subsistence, you have two million and a half of women for whom there is the alternative of starvation or prostitution.⁵³

Susan Kingsley Kent (1999) ressalva que para as feministas deste período, a posição do patriarcado refletida no padrão de duplo de modelo comportamental entre homem e mulher, a prostituição e os *Contagious Diseases Acts* encorajavam a visão de que a mulher era escrava, um objeto ao dispor para satisfação masculina. A prostituição representava uma metáfora elevada ao seu expoente máximo da posição social da mulher e da relação de poder entre géneros que prevalecia neste período.

A participação das mulheres de classe média no movimento do *Repeal* atuou, segundo Joan Jordan (2003), também como um veículo para quebrar as barreiras das *separate spheres*. A mulher Vitoriana de classe média, fazendo uso do seu epíteto de baluarte moral da sociedade inglesa, optou por integrar assim uma campanha contra o abuso moral das mais socialmente desfavorecidas entre as mulheres.

⁵³ Jordan, Jane. Ed. *Josephine Butler and the Prostitution Campaigns. Diseases of the Body Politic*. New York: Routledge, 2003, p.18.

CAPÍTULO III

A MULHER VITORIANA COMO TRABALHADORA DA CLASSE MÉDIA.

LES ACTUALITÉS.



Figura 3 - 'Miss Nightingale in the Hospital in Scutary [sic]', 1856 (c). National Army Museum.

How delightful it would be to be a governess! To go out into the world; to enter upon a new life; to act for myself; to exercise my unused faculties; to try my unknown powers; to earn my own maintenance, and something to comfort and help my father, mother and sister, besides exonerating them from the provision of my food and clothing; to show papa what his little Agnes could do (...)

Anne Brontë.

No contexto atual, em que o trabalho assume uma importância crescente, a profissão da mulher e a respetiva preparação para o seu desempenho, pode ser observada, sobretudo no mundo ocidental, como uma questão banal. Contudo, na Era Vitoriana, a perspetiva do trabalho, quando aplicado à figura feminina, não se apresentava como algo tão linear.

A mulher de classe média casada, cuja pretensão fosse trabalhar fora de casa auferindo o seu próprio rendimento, seria geralmente olhada com desconfiança pela sociedade Vitoriana uma vez que, com esta atitude pouco natural para a época, punha em causa o modelo familiar que alicerçava o patriarcado. Como descrito anteriormente, não é que a mulher casada não trabalhasse, pelo contrário, auxiliava frequentemente o marido nos seus negócios ou nas suas funções; porém, esse não era um trabalho remunerado e não era frequentemente sequer considerado um trabalho. Como refere Iolanda Ramos em *Matrizes Culturais* (2014), o homem é considerado pelo seu comportamento económico, adotando-se o conceito de *Homo oeconomicus*, designação que, porém, não é extensiva à mulher. Algumas mulheres, por exemplo escritoras, obtinham dividendos da sua atividade pagos aos seus maridos. Assim, a não ser que o marido optasse por lhe conceder acesso aos seus fundos, a mulher não teria retorno material imediato do seu trabalho.

Uma das características mais marcantes do período Vitoriano, refletida no plano social, traduz-se no elevado número de mulheres existente quando relacionado com o número de homens. Anthony James Hammerton refere-se em *A Study of Middle-Class Female Emigration from Great Britain, 1830 – 1914* (1968) à questão da mulher de classe média solteira como um “tema familiar” na história social Vitoriana. Esta questão social derivava, ela também, da diferente educação concedida desde cedo a rapazes e raparigas. Enquanto os meninos eram educados e devidamente preparados para uma profissão, às meninas era fornecida uma educação caracterizada por ferramentas que lhe permitiam ser donas de casa, esposas e mães competentes. Esta educação não só não as preparava para sobreviver com base nas suas totais capacidades, como acentuava também a sua fragilidade e dependência de terceiros.

O autor afirma que, chegado o dia do casamento, as filhas deixariam de ser responsabilidade dos pais tornando-se dependentes e responsabilidade dos maridos. O casamento transformava homens em seres responsáveis e mulheres em fardos. Como salientava Betty Rayner Parkes, poetisa, escritora, jornalista feminista e ativista dos direitos da mulher na Era Vitoriana, em *Essays on Women's Work* (1866):

It is of this material that our forlorn single women are made: thousands utterly destitute save for charity; thousands more who, insufficiently provided for, eke out a miserable income by rigid and painful economy. We may lay it down as a primary social law, conceded by all political economists, that a father ought to provide for all his children, or give them the means of providing for themselves. For their sons they perform this duty with anxious care; but for their daughters they neglect it, because they hope and expect that someone else will do it for them.

⁵⁴

À luz do pensamento Vitoriano, segundo afirma Joan Perkin (1993), uma mulher só, por opção ou não, era vista como uma anomalia, um exemplo de falhanço social, uma vez que, desde muito jovem, era preparada para contrair matrimónio.

Segundo Perkin (1993), para a classe média, a situação ideal seria aquela em que a mulher não trabalhava de todo, permanecendo em casa e exercendo os seus deveres domésticos. Contudo, ficavam por contemplar as situações em que os maridos estavam doentes, incapacitados, faleciam ou abandonavam as esposas deixando-as sem apoio financeiro. Muitas destas mulheres, sem qualquer outra qualificação, sobreviviam *by the needle* executando trabalhos de costura que eram penosos e mal pagos.

Ativistas dos direitos da mulher como Bessie Rayner Parkes defendiam a possibilidade da mulher de classe média trabalhar e, igualmente, que à jovem de classe média deveria ser concedida a oportunidade de escolher uma profissão que lhe propiciasse uma remuneração justa. Parkes, que tal como outras ativistas suas contemporâneas, atuava dentro do sistema social estabelecido, tentava obter a mudança, mas não se opondo diretamente às normas. Consequentemente, defendia que a mulher casada de classe média deveria continuar a ser sustentada pelo marido em virtude das repercussões que a sua ausência do lar traria:

(...) the inevitable results of non-domestic labour for women, and to the special duties it imposes on those of a higher class. In the first place, there are the obvious results of the absence of married women from their homes, — an absence which I believe we may fairly state should, in the majority of instances, be discouraged by every possible moral means, since the workman must be very wretched indeed before his wife's absence can be a source of real gain.⁵⁵

De acordo com Joan Perkin (1993), o Censo de 1851 demonstrava que existia meio milhão de mulheres a mais do que homens e que cerca de um milhão de mulheres

⁵⁴ Parkes, Bessie Rayner. *Essays on Woman's Work*. London: Alexander Strahan Publisher, 1866, p.79.

⁵⁵ Parkes, Bessie Rayner. *Essays on Woman's Work*. London: Alexander Strahan Publisher, 1866, p.35.

permanecia por casar. De acordo com Josephine Butler (1868), uma grande percentagem de homens optava pelo celibato e Perkin (1993) salienta que, a par desta escolha, aceitável para a sociedade da época, estava ainda o facto de o homem assim decidir por considerar não ter meios suficientes para casar e sustentar uma família. Todavia, apesar de representar uma noção contraditória sobre um facto inevitável, uma mulher solteira permanecia mal-aceite aos olhos dos Vitorianos.

Algumas permaneciam solteiras por opção, preferindo viver com o pai ou com um irmão, a casar. Viver só, para aquelas que não tinham parentes que as pudessem receber e proporcionar alguma segurança, conduzia frequentemente a dificuldades financeiras graves e à marginalização pela sociedade. Surgia, assim, a necessidade urgente de um meio de subsistência. Porém, a mulher Vitoriana de classe média não tinha ao seu dispor muitas opções para exercer uma profissão durante grande parte do século XIX.

Wanda E. Neff (1929) salienta em *Victorian Working Women: An historical and literary study of Women in industries and professions 1832-1850* como a mulher se via discriminada quanto à entrada no mercado de trabalho, não só através da diferença salarial, mas também porque os empregadores preferiam escolher homens a mulheres para trabalhar.

Em 1868, na carta a Frederic Harrison, Josephine Butler criticava o fecho do mercado de trabalho às mulheres que acabava por condená-las, sem outra saída, à prostituição:

Thousands are actually now starving: I do not mean of the lower classes, but of the middle classes. Thousands are driven to prostitution, a profession which theories such as yours do more to encourage than any amount of profligacy. (...) Here in Liverpool, there are 9.000 women who follow this profession, because there is none other open to them.⁵⁶

Algumas mulheres de classe média viam também na emigração uma possibilidade de melhorar a sua situação. No entanto, segundo Hammerton (1968), esta possibilidade controversa ia, uma vez mais, contra o ideal, as expectativas e as crenças sobre o que deveria representar a mulher Vitoriana de classe média.

Um pequeno número de mulheres de classe média trabalhava como escritora, muitas delas de sucesso. No entanto, como afirma Perkin (1993), a maioria destas

⁵⁶ Jordan, Jane. Ed. *Josephine Butler and the Prostitution Campaigns. Diseases of the Body Politic*. New York: Routledge, 2003, p.18.

mulheres tinha apenas disponíveis três ocupações consideradas respeitáveis, ainda que sobrelotadas e mal pagas: perceptora, professora numa pequena escola ou dama de companhia de uma senhora idosa ou doente. As professoras mais afortunadas seriam aquelas que, detentoras de fundos, conseguiam abrir e manter a sua própria escola. As mulheres de classe média baixa poderiam ainda ser donas de uma loja, de uma hospedaria de qualidade superior ou casa de chá, ocupações que, segundo Perkin (1993), não lhes trariam grande retorno financeiro.

Entre as opções já referidas destaca-se aqui a profissão de perceptora que, pelos seus traços únicos, inspira ainda atualmente o debate e a produção literária em que frequentemente a personagem principal é esta figura solitária e sombria. Wanda E. Neff (1929) salienta que muito poderia ser conhecido da sociedade Vitoriana ao analisar o estatuto socioeconómico da perceptora referindo-se à profissão como:

(...) a firmly established Institution. Her importance is proved both by the census figures and by her frequent appearance as heroine or minor figure in the novels of the period.⁵⁷

Neff (1929) salienta igualmente que, em 1850, existiriam cerca de 21.000 perceptoras e um número incerto de aspirantes à profissão. Muitas mulheres de classe média aderiam a esta ocupação sem qualquer inclinação para o ensino ou gosto por crianças, mas apenas por não terem alternativa. Era esta a única profissão que lhes permitia manter a dignidade, a posição e o relacionamento com os membros da sua classe social. Em *Industrial and Social Position of Women in the Middle and Lower Ranks* (1857), Milne escrevia sobre as circunstâncias da perceptora:

The situation of governess is the only other ordinarily available to anyone wishing to retain her position in the middle ranks; and to it every young woman of spirit, intelligence, and education, turns herself, when from unforeseen calamities she is driven to earn her own subsistence. Indeed, it forms the chief support of all that have a shadow of education.⁵⁸

Segundo Neff (1929), que cita um escritor do *Quarterly Review*, a perceptora deveria ser uma mulher de classe média, detentora de uma boa educação, apesar das já referidas limitações da educação feminina deste período:

⁵⁷ Neff, Wanda E. *Victorian Working Women: An historical and literary study of Women in industries and professions 1832-1850*. New York: Routledge, 2010, p.153.

⁵⁸ Milne, J.D. *Industrial and Social Position of Women in the Middle and Lower Ranks*. London: Chapman and Hall, 1857, p.130.

The real definition of governess; in the English sense, is a being who is our equal in birth, manners, and education, but our inferior in worldly wealth. (...) we need the imprudences, extravagances, mistakes, or crimes of a certain number of fathers to sow that seed from which we reap the harvest of governesses. (...) ⁵⁹

Numa sociedade rigidamente estruturada, a perceptora via-se numa situação constrangedora em que, não estando ao nível da criadagem da casa, também não estava à altura dos empregadores. Era frequentemente posta de lado por ambas as partes. As tarefas não eram fáceis e incluíam, além da educação das crianças, também a responsabilidade da higiene, das refeições, dos tempos de lazer dos seus pupilos ou ainda todas as outras tarefas que os seus patrões entendessem atribuir-lhes. Charlotte Brontë descrevia, numa carta à sua irmã Emily, a insatisfação e o desagrado com a posição em que se encontrava, bem como as dificuldades de ser perceptora no lar dos Sidgwick:

The children are constantly with me, and more riotous, perverse, unmanageable cubs never grew. As for correcting them, I soon quickly found that was entirely out of the question: they are to do as they like. A complaint to Mrs. Sidgwick brings only black looks upon oneself, and, unjust, partial excuses to screen the children. (...) I see now more clearly than I have ever done before that a private governess has no existence, is not considered as a living and rational being except as connected with the wearisome duties she has to fulfil. While she is teaching the children, working for them, amusing them, it is all right. If she steals a moment for herself she is a nuisance. ⁶⁰

Também Anne Brontë descreve em *Agnes Grey* (1847):

The name of governess, I soon found, was a mere mockery as applied to me: my pupils had no more notion of obedience than a wild unbroken colt. The habitual fear of their father's peevish temper, and the dread of the punishments he was wont to inflict when irritated, kept them generally within bounds in his immediate presence. The girls, too, had some fear of their mother's anger; and the boy might occasionally be bribed to do as she bid him by the hope of reward; but I had no rewards to offer, and as for punishments, I was given to understand, the parents reserved that privilege to themselves; and yet they expected me to keep my pupils in order. ⁶¹

Além da posição social desconfortável e ambígua em que estas mulheres se encontravam retratada nos relatos das irmãs Brontë, era igualmente notória a

⁵⁹ Neff, Wanda E. *Victorian Working Women: An historical and literary study of Women in industries and professions 1832-1850*. New York: Routledge, 2010, p.154.

⁶⁰ Smith, Margaret. Ed. *Selected Letters of Charlotte Brontë*. New York: Oxford University Press, 2007, p. 12.

⁶¹ Brontë, Anne. *Agnes Grey*. London: Arcturus Publishing Limited, 2010, p.30.

ambivalência entre os baixos salários oferecidos – de onde eram deduzidas posteriormente despesas com a lavagem de roupa – e as competências exigidas para o desempenho da profissão. O rendimento de uma perceptora variava entre as 10 e as 30 libras anuais, inferior ao que um homem auferia como professor ou tutor. A propósito Wanda E. Neff (1929) cita novamente o *Quarterly Review*:

Conversant with several languages – skilled in many accomplishments – crammed with every possible fact in history, geography, and the use of the globes – and scarcely the daily bread to put in their mouth (...) ⁶²

Discriminada por empregadores de cultura inferior, quando os seus serviços deixavam de ser necessários, a perceptora tornava-se um fardo para os patrões sendo com frequência sumariamente despedida, ficando subitamente sem casa e sem forma de subsistir.

De acordo com Perkin (1993), numa tentativa de minimizar o impacto que estas situações causavam a um elevado número de mulheres foi fundado, em 1843, o *Governesses' Benevolent Fund*. Este fundo tinha o intuito de ajudar na procura de um novo emprego, providenciando alívio temporário entre empregos e auxiliando na velhice, quando a perceptora deixasse de ter condições para exercer a profissão. O fundo criou um banco de poupanças, casas de repouso e passou a atribuir pensões a algumas das perceptoras mais velhas que já não poderiam trabalhar para se sustentar, representando o princípio de uma reforma, tanto na vida como na profissão da perceptora. Como descrito na obra de Sampson Low, *The Charities of London* (1861):

(...) Governesses' Benevolent Institution, established 1843, incorporated 1848, for affording temporary assistance to governesses in distress; granting annuities to aged governesses; and to afford a home for governesses during the intervals between their engagements, on their paying a small sum weekly for board and lodging. An asylum for aged governesses in connection with the above. The following forms a brief summary of the report of the entire for the past year — I annuitant at £18; 80 at £20; 1 at £22; 14 at £25; 3 at £30; 1 at £32; 1 at £100. There are 21 inmates of the asylum, and 1,110 provident annuitants. The governesses for whom savings' bank received into the house, 211; provided with engagements without charge, 810; free pupils educated at Queen's College, 16; loans, 10; provident advances, 14; making a total of 3,240. The number assisted in periods of temporary difficulty during the year has been 409, with an amount of £1,318. The amount

⁶² Neff, Wanda E. *Victorian Working Women: An historical and literary study of Women in industries and professions 1832-1850*. New York: Routledge, 2010, p.164.

invested by governesses in provident annuities, to the close of 1860, is £199,058. (...) ⁶³

O fundo foi também responsável pela criação de uma faculdade que, com a permissão da rainha Vitória, passou a designar-se por *Queen's College* e em devido tempo, viria a tornar possível que todas as perceptoras obtivessem um certificado atestando o seu treino formal para a profissão.

Apesar de serem instituições modestas, o *Queen's College* e o *Bedford College*, fundados em 1848, marcavam a importância de melhor educação e de treino profissional para as mulheres que aspiravam a uma carreira.

Igualmente, é necessário salientar a importância da *Society for Promoting the Employment of Women* – contemporaneamente designada por *Futures for Women* e que existe ainda nos dias de hoje com o mesmo objetivo nuclear de auxiliar a mulher a obter uma profissão – fundada em 1859 pelas senhoras do *Langham Place Circle*, particularmente Jessie Boucherett, cujo propósito principal era incentivar a independência e a emancipação da mulher através do trabalho. Para concretizar o seu objetivo, começou por conceder empréstimos livres de taxas para custear a formação profissional, uma prática que manteve até aos dias de hoje.

Quer necessitassem, ou não, de trabalhar para a sua subsistência, quer o fizessem com o propósito de auferir o seu próprio dinheiro, o trabalho remunerado tornou-se uma paixão manifesta das mulheres oitocentistas. Segundo Perkin (1993) era uma forma de fugir ao confinamento forçado do lar abraçando a aventura e a liberdade do mundo exterior.

No fim do século algumas vitórias tinham já sido alcançadas à medida que algumas profissões eram abertas às mulheres: um quarto das professoras das escolas de Londres eram mulheres casadas, algumas da classe trabalhadora e outras da classe média baixa. Porém, muito havia ainda a alcançar uma vez que a discriminação entre homens e mulheres continuava evidente, nomeadamente nos salários e no respeito pelo trabalho das mulheres.

⁶³ Low, Sampson. *The Charities of London in 1861, Comprising an Account of the Operations, Resources, and General Conditions of the Charitable, Educational, and Religious Institutions of London*. London: Sampson Low, Son and Co., 1861, p. 134.

PARTE II

**A EMANCIPAÇÃO ATRAVÉS DO TRABALHO:
PROTAGONISTAS FEMININAS NA FICÇÃO DE ANNE BRONTË.**

Oh, I would take my precious charge at early dawn, take the coach to M-, flee to the port of -, cross the Atlantic, and seek a quiet, humble home in New England, where I would support myself and him by the labour of my hands.

Anne Brontë.

TÁBUA CRONOLÓGICA

1812 – Casamento de Patrick e Maria Branwell;

1814 – Nascimento de Maria Brontë a 23 de abril;

1815 – Nascimento de Elizabeth Brontë a 8 de fevereiro;

1816 – Nascimento de Charlotte Brontë a 21 de abril;

1817 – Nascimento de Patrick Branwell Brontë a 26 de junho;

1818 – Nascimento de Emily Jane Brontë a 30 de julho;

1820 – Nascimento de Anne Brontë a 17 de janeiro;

Mudança da família Brontë para a Paróquia de Haworth em abril;

1821 – Morte de Maria Branwell Brontë a 15 de setembro;

1825 – Morte de Maria e Elizabeth Brontë de tuberculose contraída na Clergy School;

1839 – Anne inicia-se como perceptora ao serviço da família Ingham;

1846 – Publicação da compilação *Poems* sob os pseudónimos Currer, Ellis e Acton Bell;

1847 – Publicação de *Jane Eyre*, *Wuthering Heights* e *Agnes Grey*;

1848 – Publicação de *The Tenant of Wildfell Hall* de Anne Brontë;

Morte de Patrick Branwell a 24 de setembro e de Emily a 19 de dezembro;

1849 – Publicação de *Shirley* de Charlotte Brontë;

Morte de Anne Brontë;

1853 – Publicação de *Villette* de Charlotte Brontë;

1855 – Morte de Charlotte Brontë;

1857 - Publicação póstuma de *The Professor* de Charlotte Brontë;

1861 – Morte de Patrick Brontë.

NOTA INTRODUTÓRIA

Numa dissertação cuja temática apresenta uma relação direta com a vida pessoal da autora das obras em análise, torna-se pertinente antes de mais contextualizar. O recurso a um breve enquadramento sociocultural, que permita uma visão mais abrangente, dará a possibilidade de compreender como a experiência pessoal influenciou o pensamento e a escrita de Anne Brontë. Para além de efetuar este enquadramento é igualmente necessário que se execute em simultâneo um exercício de distanciamento dos estigmas e mitos que foram sendo atribuídos, tanto à autora como às suas irmãs, ao longo do tempo. Só deste modo será possível analisar a sua escrita de forma abrangente e estudar o seu trabalho sem o peso de ideias pré-concebidas.

Deve manter-se presente a noção de que, as obras das irmãs Brontë são lidas há já tanto tempo que, naturalmente, no contexto socioeconómico atual, se torna por vezes difícil conceber a dimensão do impacto que obras como *The Tenant of Wildfell Hall* (1848) ou *Jane Eyre* (1847) teriam tido, uma vez que abordam temas controversos ou situações designadas à época como “peculiares”. De igual modo, entenda-se que Anne foi frequentemente a irmã esquecida, a “outra Brontë”. Todavia, e como se pretende demonstrar, Anne foi também uma jovem mulher com um pensamento avançado para a sua época e com preocupações genuínas com o estatuto da mulher, nomeadamente a da classe média, nas suas tentativas de emancipação e independência no seio de uma sociedade patriarcal. Como salienta Heather Glen (2002), para obter uma visão clara das irmãs Brontë é antes de mais necessário compreendê-las na sua diferença cultural.

Em *The Life of Charlotte Brontë* (1857), obra que contribui para a construção do “mito Brontë”, Elizabeth Gaskell tomando para si a apologia da imagem de Charlotte Brontë, descreve as irmãs como vítimas: vítimas de um pai tirano e meio enlouquecido que as impedia de se relacionar em sociedade, vítimas de uma infância infeliz e retidas contra a sua vontade numa cidade hostil e remota do Yorkshire. Gaskell tentava assim justificar ao público a escrita de *Jane Eyre* (1847)⁶⁴ e as personagens masculinas rudes e frequentemente cruéis de Charlotte, Emily e Anne. Juliet Barker (2010) declara, contudo, que Gaskell não poderia estar mais errada.

⁶⁴Quando surgiu em 1847 foi tida como uma obra de má influência. A sociedade Vitoriana ficou chocada com os eventos descritos: a tentativa de bigamia de Rochester, o comportamento impróprio do casal durante a corte ou a descrição de pormenores de relacionamentos anteriores de Rochester a uma Jane adolescente.

O PAI – REVERENDO PATRICK BRONTË

Na obra *The Brontës* (2010), Barker descreve o Reverendo Patrick Brontë, de origem irlandesa humilde, como um homem perseverante e de fortes convicções. Responsável pelo presbitério de Haworth durante cerca de 41 anos, Brontë surge na cidade no papel de reformador incansável cuja preocupação fundamental eram os paroquianos, a sua evangelização e as suas condições de vida que, muito por culpa da rápida e descontrolada industrialização, eram frequentemente precárias. Brontë apoiava ativamente a luta dos que procuravam reduzir as longas horas de trabalho das crianças nas fábricas e fez campanha para melhorar a qualidade da rede de fornecimento de água e o saneamento, o que conduziu a alguns conflitos com proprietários das fiações, membros poderosos da sua congregação.

Desde Cambridge que o Reverendo se interessava pelos estudos clássicos e pelas ciências naturais. A sua pequena biblioteca em casa povoava-se de alguns volumes de obras clássicas, como a *Ilíada* de Homero, que trazia consigo desde estudante⁶⁵ e outros, como por exemplo, a *Ornithological Biography* do ornitologista norte-americano John James Audubon, *The History of British Birds* de Thomas Bewick ou ainda, *The Lay of the Last Minstrel* de Sir Walter Scott, que refletia o seu gosto pelo romance. Estas obras acessíveis aos jovens Brontës viriam, em conjunto com outras⁶⁶, a constituir a base da sua formação como leitores, a moldar as suas próprias ideias e criações futuras. Um outro autor habitava ainda as estantes dessa mesma biblioteca: o próprio Patrick Brontë. Era comum na época que alguns responsáveis da Igreja publicassem textos de cariz religioso procurando nesse exercício literário também uma forma de evangelizar, através da difusão de pequenas histórias e contos. Para Patrick, além dessa confessa utilidade, a escrita era paralelamente um amor que mais tarde viria a reconhecer nos filhos.

Juliet Barker (2010) descreve o Reverendo como um homem para quem a educação era a chave de uma evolução moral e social. Seguindo essa mesma convicção, Patrick Brontë estabeleceu a catequese na sua paróquia e aulas de alfabetização para adultos. Segundo Terry Eagleton (2005), os jovens Brontë foram educados por um pai autocrático, simpatizante da ideologia Tory⁶⁷, numa “diet of heroic deeds and

⁶⁵ Atribuídas como prémio pelas suas boas classificações como estudante.

⁶⁶ Tanto em casa como noutras bibliotecas, nomeadamente, a biblioteca privada em Ponden Hall pertencente à família Heaton, uma das administradoras das propriedades da Paróquia de Haworth, e a biblioteca da Keighley Mechanics Institute.

⁶⁷ De ideologia Conservadora ou de acordo com o dicionário Merriam-Webster Online: “a member or supporter of a major British political group of the 18th and early 19th centuries favoring at first the Stuarts

mythological figures”⁶⁸. Foram ensinados a admirar o Duque de Wellington e aquilo a que correspondesse uma moral elevada e de propósito nobre.

Viúvo de Maria Branwell Brontë pouco após o nascimento da sexta filha de ambos, Anne, demonstra a preocupação em garantir que as suas filhas teriam uma forma de subsistir por si próprias. Como refere Barker (2010), o Reverendo, que se via confrontado com sérias dificuldades pecuniárias, não seria capaz de garantir a estabilidade financeira futura da família. Era claro para ele que um casamento com um dos intervenientes sendo a filha de um Reverendo empobrecido seria uma perspetiva que não atrairia muitos potenciais pretendentes ou atrairia pretendentes igualmente empobrecidos. Restava assim a possibilidade de uma profissão que lhes permitisse manter a independência. No entanto, a escolha teria que ser adequada à situação das jovens. Profissões como modista, costureira ou lojista estavam fora de questão por se direcionarem para as mulheres da classe trabalhadora. Brontë decidiu proporcionar às filhas a educação que mais tarde lhes permitisse enveredar pela profissão mais adequada a uma jovem de classe média da época: o ensino numa escola privada ou numa casa particular, ou ainda dama de companhia de uma senhora abastada. Para tal, era essencial que soubessem ler e escrever, mas não só. Era necessário andar, falar e agir corretamente num meio social que não tolerava falhas nos padrões de conduta aceitáveis à época. Dotes femininos como tocar piano, desenhar, bordar e coser, falar um pouco de italiano e francês eram também parte de uma prerrogativa de boa educação. De acordo com Barker (2010), Patrick Brontë, distanciando-se da imagem criada por Elizabeth Gaskell, optava por proporcionar às filhas uma educação que lhes a possibilitasse tornarem-se independentes através da profissão – do Trabalho.

A experiência educativa inicial foi pelas mãos do próprio pai, que instruía os filhos em temas que iam da história à política e também às línguas. A instrução formal era complementada com passeios pela charneca em que Patrick Brontë ministrava lições sobre ciências naturais. A cargo da Tia Branwell⁶⁹ ficava o ensino das tarefas domésticas: cozer, cozinhar e como gerir o lar. À noite havia a leitura das Escrituras e o pai dava lições orais acerca de temas variados sobre os quais os pequenos Brontë deveriam

and later royal authority and the established church, seeking to preserve the traditional political structure and defeat parliamentary reform”.

⁶⁸ Eagleton, Terry. *Myths of Power: A Marxist Study of the Brontës*. New York: Palgrave Macmillan, 2005, p. xii.

⁶⁹ Irmã solteira de Maria Branwell Brontë que optou, após a morte desta por ficar em Haworth ajudando o cunhado na educação dos seis filhos.

escrever na manhã seguinte. Uma pequena parte do seu já reduzido rendimento era ainda dedicado ao ensino da música às crianças.

Este método de ensino distanciava-se significativamente do modelo praticado na época baseado na memorização e mera repetição de listas de factos geográficos e históricos. Contudo, futuras senhoras em busca de uma profissão adequada à sua classe social necessitavam de uma educação mais abrangente. Crofton Hall foi a escolha recomendada pelas madrinhas de Anne, com base na sua própria experiência, escola onde Maria e Elizabeth, as duas Brontë mais velhas, haviam estudado durante um breve primeiro período. Infelizmente, a propina, paga por uma das madrinhas de Anne, era cara. O pai sentindo-se na obrigação de não continuar a constituir um fardo para Elizabeth e, tendo ouvido falar numa outra escola gerida pelo Reverendo Carus Wilson, tomou a decisão de mudar para lá as filhas.

A *Clergymans' Daughters School* em Cowan Bridge, um estabelecimento de ensino para as filhas dos religiosos gerido pelo Reverendo Carus Wilson, que seguia a doutrina Calvinista⁷⁰, viria a revelar-se um local extremamente austero, com condições precárias, onde as infrações eram punidas com severidade e não havia lugar à tolerância. Castigos infligidos às crianças que se apresentassem sujas, mesmo que a justificação para isso fosse o facto de a água ter congelado durante a noite e não existir forma de a aquecer, dias de chuva passados com frio de meias molhadas e calçado inadequado, uma alimentação insuficiente ou punições a crianças doentes acusadas de preguiça por demorarem demasiado tempo a apresentarem-se pela manhã eram apenas alguns dos relatos da época. Esta experiência deixou marcas profundas no seio da família que perdeu as duas filhas mais velhas, vítimas de tuberculose contraída na *Clergy's School*. Possivelmente, apenas graças à intervenção do Reverendo Brontë que rumou a Cowan Bridge no dia em que Elizabeth regressou a casa doente, para trazer consigo Charlotte e Emily, não se perderam mais duas vidas. Charlotte Brontë imortalizou toda a profundidade da experiência retratando-a com notório ressentimento através da Lowood School em *Jane Eyre* (1847). A recompensa chegaria mais tarde na figura da Roe Head School que, segundo Juliet Barker (2010), representava tudo aquilo que a Clergy School

⁷⁰ Segundo definição do dicionário Merriam-Webster Online: “the theological system of Calvin and his followers marked by strong emphasis on the sovereignty of God, the depravity of humankind, and the doctrine of predestination.”

não era e onde as irmãs, apesar de sofrerem profundamente com o afastamento de casa e de Haworth, receberam finalmente uma educação digna.

Terry Eagleton (2005) salienta o facto de que, a entrada na escola de Cowan Bridge e depois em Roe Head assinala o momento transitório entre a existência da liberdade criativa e imaginativa permitida no Presbitério de Haworth e um regime de disciplina inflexível, autoritário e restritivo que deixou marcas nas irmãs e nas obras que foram produzindo ao longo do tempo.

HAWORTH – A CASA

Terry Eagleton aborda, em *Myths of Power: A Marxist Study of the Brontës* (2005), a relação entre a ficção das irmãs Brontë e a sociedade do seu tempo, referindo simultaneamente como a família testemunhou a transformação de Haworth, para onde se mudou em abril de 1820, e da sua sociedade. De acordo com Eagleton, a Revolução Industrial desenrolou-se praticamente à porta do Presbitério de Haworth e as irmãs podiam observar as mudanças na cidade da janela dos seus quartos.

No início do século XIX, a cidade já não era apenas uma pequena vila rural com fiações de lã artesanais instaladas em pequenas casas nas colinas, como descreve Elizabeth Gaskell, mas sim uma cidade que se industrializava rapidamente conduzindo paralelamente à ruína inúmeros dos seus artesãos. Barker afirma que Haworth não era um mero local de passagem do comércio de lã, antes desempenhando um importante papel na transformação da matéria prima nas fiações industriais. Mesmo em 1820 existiam já na cidade treze fiações que continuaram a multiplicar-se nos anos seguintes e que foram convertendo uma pacata vila do Yorkshire numa cidade em pleno progresso industrial.

Como sublinha Eagleton (2005), as questões que assolavam Haworth e com as quais a família Brontë terá convivido de perto, eram as de uma típica cidade inglesa, constituída principalmente pela classe trabalhadora, em plena industrialização: o cheiro nauseabundo nas ruas, as doenças contraídas sistematicamente por falta de condições de higiene e ventilação, o saneamento praticamente inexistente, a insuficiência de fontes limpas de água potável e a pobreza. Como exemplo, em 1850, quando o Reverendo Patrick Brontë solicitou com insistência uma investigação na cidade ao *General Board of Health*, o relatório executado por Benjamin Herschel Babbage, reportou a existência de vinte e cinco caves que haviam sido transformadas em habitações independentes das

habitações existentes em cima. Estas encontravam-se vários níveis abaixo do nível da rua e, conseqüentemente, o ambiente era húmido não existindo ventilação. Reuniam-se assim as condições ideais para a propagação de doenças. Além disso, muitos dos trabalhadores eram cardadores, que levavam consigo trabalho para casa. A lã devia ser cardada em ambiente húmido, não ventilado, condições propícias a levarem famílias inteiras a adoecer com doenças pulmonares, nomeadamente tuberculose cuja taxa de incidência era geralmente alta nesta profissão.

Haworth recebia um número crescente de famílias da classe trabalhadora, que se deslocavam dos seus locais de origem para trabalhar nas fiações e que eram, tal como descrito, frequentemente forçadas a condições de vida e de habitação extremas. Porém, chegavam também as famílias de classe média: médicos, advogados, comerciantes que traziam consigo, igualmente, a possibilidade de uma vida social e cultural na qual a família Brontë participava eventualmente. Como descreve Barker (2002), Haworth era culturalmente rica, sendo notável o seu culto pela música. Contudo, Haworth era ainda também representada pela charneca, titular de uma paisagem austera e sombria de colinas rochosas. Uma terra alta, de tempestades violentas onde o mito coloca Charlotte, Emily e Anne caminhando contra o vento, em busca de inspiração para a sua escrita. Ao crescer ter-se-ão possivelmente sentido frustradas pelas limitações de uma cidade pequena, mas isso apenas porque desde tenra idade aprenderam a ter ambição e, mais do que isso, a sonhar.

O MITO

O investigador depara-se frequentemente com a expressão “o mito Brontë”. Este mito provém da conjugação de uma série de fatores ou, como define Patsy Stoneman (2006), é a conjugação de uma série de mitos menores, histórias, imagens e atmosferas emocionais que conduzem à criação do mesmo. Stoneman (2006) descreve o mito Brontë como proteano, isto é, detentor da capacidade de se modificar de acordo com as circunstâncias em que é analisado. No caso do mito recente em que a existência dos seus intervenientes pode ser documentada, esta designação assume frequentemente uma conotação negativa. Constatamos assim que o mito Brontë assume amiúde estes contornos de negatividade: histórias sobre um pai excêntrico e eremita, um filho corrompido pelo vício, filhas fechadas sobre si mesmas que deambulam contra o vento na charneca em busca de

inspiração são frequentes, especialmente quando alimentadas por biografias pouco documentadas. Todavia e ainda de acordo com Patsy Stoneman, o mito sobrevive igualmente na ideia de que as obras de Charlotte, Emily e Anne são autobiográficas: que Lowood é na verdade Cowan Bridge e que as experiências de Charlotte e Anne são as de *Jane Eyre* (1847) e *Agnes Grey* (1847) confundindo-se ficção com realidade.

Originalmente, as irmãs concordaram em manter o anonimato, essencialmente porque Emily recusava o reconhecimento público, o que nos remete para o mito de uma Emily Brontë tímida, reclusiva e que abominava as relações sociais. Muitos leitores do século XIX assumiam que as obras haviam sido escritas não por três, mas por um ou no máximo dois autores. Esta ideia, com o propósito de vender mais, foi divulgada por Thomas Newby, editor das obras com menos sucesso de Emily e Anne, como sendo escritas pelo mesmo autor de *Jane Eyre* (1847) – Charlotte Brontë. A mesma Charlotte, que na tentativa de justificar a escrita de Anne, a descreveu como sensível e reservada, mas inadequada à crítica social descomprometida que se propôs fazer em *Agnes Grey* (1847) e em *The Tenant of Wildfell Hall* (1848) criando assim, apesar de não intencionalmente, o mito de uma terceira irmã pouco assertiva e desafiadora.

De acordo com Stoneman (2006), a natureza do mito é a sua permanente mudança na medida em que vai assimilando ou rejeitando o necessário a cada momento. O mito Brontë, pela sua permeabilidade, foi-se alterando ao longo do tempo tornando-se algo mais real, mais perto da clara realidade documentada. É essa clareza que permite ao leitor ou investigador observar que, apesar da proximidade em que coabitavam e do exercício constante de partilha de ideias sobre a escrita individual, que facilmente poderia gerar obras semelhantes, Charlotte, Emily e Anne criaram uma escrita de contornos muito distintos, onde o leitor encontra espelhadas as suas experiências pessoais enquanto mulheres e trabalhadoras da classe média do século XIX.

Note-se que, cada uma das autoras, particularmente Anne Brontë, produziu obras literárias com marcas nítidas do contexto onde cresceu e do modo como recebeu a sua educação. Nelas, as personagens nucleares são mulheres de convicções e valores morais fortes que optam pela sua independência, mesmo correndo o risco de não serem inteiramente bem-sucedidas nessa tarefa, enquanto lutam para preservar a dignidade numa sociedade dominada pelo poder patriarcal.

CAPÍTULO IV

BREVE NOTA BIOGRÁFICA DE ANNE BRONTĚ



Figura 4 - Anne Brontë por Charlotte Brontë (1833). Brontë Parsonage Museum.

I have no horror of death: if I thought it inevitable I think I could quietly resign myself to the prospect ... But I wish it would please God to spare me not only for Papa's and Charlotte's sakes, but because I long to do some good in the world before I leave it. I have many schemes in my head for future practice—humble and limited indeed—but still I should not like them all to come to nothing, and myself to have lived to so little purpose. But God's will be done.

Anne Brontë.

Anne Brontë é, das três irmãs Brontë, aquela de que menos se conhece. Até aos dias de hoje sobreviveram apenas algumas cartas e notas para além da poesia e das duas obras literárias publicadas – *Agnes Grey* (1847) e *The Tenant of Wildfel Hall* (1848).

Nascida em Thorton, a 17 de janeiro de 1820, Anne foi a última filha de Patrick e Maria Branwell Brontë que, já depois da mudança da família para Haworth, após cerca de sete meses de sofrimento e dor, viria a falecer na sequência de um cancro uterino ou, de acordo com estudos mais recentes, como afirma Elizabeth Langland (1989), possivelmente de sequelas resultantes das sucessivas gravidezes e partos por que passou num muito curto espaço de tempo.

Na obra *Anne Brontë – The Other One* (1989), Elizabeth Langland refere a profunda influência que a morte da mãe, quando Anne tinha apenas vinte meses, poderá ter exercido na sua personalidade. Langland (1989) sugere que a par desta perda, i.e., do pilar natural do desenvolvimento da sua personalidade, também a perda da sua irmã mais velha, Maria, figura substituta da mãe, terá moldado as preocupações de Anne com a vida e a morte, a sua insegurança e o seu sentimento de culpa e de responsabilidade para com os outros. Juliet Barker afirma, no entanto, em *The Brontës* (2010) que, em verdade, Anne seria dos irmãos remanescentes, quem menos sentiria o impacto do falecimento de Maria e Elizabeth. Segundo Barker (2010), fora Charlotte que sentira mais dolorosamente a morte das irmãs, uma vez que tinha também assistido ao seu sofrimento e rápido declínio na *Clergy Daughters' School* em Cowan Bridge, que todas frequentavam em simultâneo. Anne, a benjamim dos Brontë, tinha ainda duas irmãs mais velhas a quem tomar como modelos maternos. Contudo, no poema autobiográfico *Self-Communion* (1848), como sugere Edward Chitham em *The Life of Anne Brontë* (1993) Anne deixa transparecer, a par da sua revolta contra um tempo que considera passar demasiado depressa, o quão frágil as memórias de infância a faziam ainda sentir-se:

(...) "Time steals thy moments, drinks thy breath,
Changes and wastes thy mortal frame;
But though he gives the clay to death,
He cannot touch the inward flame.
Nay, though he steals thy years away,
Their memory has left thee still,
And every month and every day
Leaves some effect of good or ill.
The wise will find in Memory's store
A help for that which lies before
To guide their course aright;

Then, hush thy plaints and calm thy fears;
Look back on these departed years,
And, say, what meets thy sight?"

"I see, far back, a helpless child,
Feeble and full of causeless fears,
Simple and easily beguiled
To credit all it hears. (...)"⁷¹

No mesmo poema, vemos também como Anne se auto avalia: uma mulher de coração terno, de choro fácil e capaz de amor sincero, forte e profundo:

More timid than the wild wood-dove,
Yet trusting to another's care,
And finding in protecting love
Its only refuge from despair, –
Its only balm for every woe,
The only bliss its soul can know; –
Still hiding in its breast.
A tender heart too prone to weep,
A love so earnest, strong, and deep (...)"⁷²

Em 1825, após o falecimento das duas irmãs mais velhas, Maria e Elizabeth, na sequência de tuberculose contraída no colégio de Cowan Bridge, Charlotte e Emily regressaram a casa. Elizabeth Branwell, irmã de Maria Branwell Brontë optou também por permanecer em Haworth, juntamente com a família, na tentativa de auxiliar Patrick Brontë na educação das crianças. Langland (1989) refere que a Tia Branwell viria a constituir uma figura maternal de grande importância para Anne, ao longo da sua infância. Anne, que desde cedo revelou ser uma criança frágil propensa a doenças do foro respiratório, dormia com a Tia Branwell, de quem se tornou muito próxima, e não com Charlotte ou Emily.

Ellen Nussey, amiga de infância de Charlotte, que visitou Haworth em 1833, descrevia assim a relação de Anne com a Tia Branwell:

"Anne, dear gentle Anne was quite different in appearance from the others, and she was her aunt's favourite. Her hair was a very pretty light brown, and fell on her neck in graceful curls. She had lovely violet-blue eyes, fine pencilled eyebrows and a clear almost transparent complexion. She still pursued her studies and especially her sewing, under the surveillance of her aunt." ⁷³

⁷¹ Benson, A.C. Ed. *Brontë Poems*. New York and London: G.P. Putnam's Sons, The Knickerbocker Press, 1915. p. 304.

⁷² Benson, A.C. Ed. *Brontë Poems*. New York and London: G.P. Putnam's Sons, The Knickerbocker Press, 1915. p. 305.

⁷³ Chitham, Edward. *The Life of Anne Brontë*. Oxford: Blackwell Publishers, 1981, p.39.

Elizabeth Langland (1989) sugere que o carácter austero e as crenças religiosas da Tia Branwell terão possivelmente contribuído também para a construção da personalidade de Anne. Provavelmente, a influência da sólida figura maternal da Tia Branwell ter-se-á ainda refletido, como Juliet Barker (2010) ressalva, no facto de que Anne era a única das irmãs Brontë que nas suas obras literárias optava por criar famílias absolutamente normais e não disfuncionais, como as imaginadas por Charlotte e Emily. Por outro lado, como sugere Edward Chitham (1993), quando a mãe faleceu, Anne era a mais nova da família. É assim possível que tenha recebido influências de todos eles:

Maria Brontë died on 15 September 1821, and Anne can have known little of her. But there remained seven members of the family to influence her, each a clearly defined personality.⁷⁴

Quando, em 1831, Charlotte partiu novamente para estudar, desta vez no colégio de *Roe Head*, Anne e Emily estreitaram a sua relação. Elizabeth Langland (1989) afirma, a propósito da grande proximidade entre as duas irmãs:

The major influence in Anne's childhood and adolescence was her sister Emily. When Emily returned from Cowan Bridge, the proximity in ages made the two sisters natural companions. To this nearness in ages was added a shared delight in roaming over the neighbouring countryside. With Emily, Anne discovered a joyous natural world, and her keen delight in that world is recorded in her earliest poems. (...)

(...) She and Anne were like twins - inseparable companions, and in the very closest sympathy, which never had any interruption.⁷⁵

A propósito desta aproximação, Langland (1989) afirma que a escrita dos irmãos Brontë, em que Branwell, o irmão, também participava, começou desde tenra idade. A autora aborda a criação e transcrição manuscrita das obras de fantasia passadas nos reinos de Angria – que Langland (1989) atribui sobretudo a Branwell e Charlotte – e de Gondal, composto com detalhes mais femininos, possivelmente, produto das mentes de Emily e Anne.

Em 1835, Charlotte conseguiu emprego no colégio de *Roe Head*, desta vez como professora, levando consigo Emily para estudar no mesmo colégio. Anne permaneceu em Haworth, mas por pouco tempo, uma vez que Emily sentia uma enorme dificuldade em lidar com as imensas saudades de casa. Desde o período na *Clergy Daughters School*, Emily nunca tinha deixado a sua casa por longos períodos. Além disto, segundo Juliet

⁷⁴ Chitham, Edward. *The Life of Anne Brontë*. Oxford: Blackwell Publishers, 1981, p.16.

⁷⁵ Langland, Elizabeth. *Anne Brontë: The Other One (Women Writers)*. London: Macmillan Education Ltd, 1989, p.9-10.

Barker (2010), o tempo de estudo passado em *Roe Head* impedia Emily de trabalhar nas histórias de Gondal. Consequentemente, Emily não tinha praticamente forma de aligeirar a rotina diária de modo a torna-la suportável. De acordo com Barker (2010), incapaz de aceitar esta privação da sua liberdade, Emily regressou a casa e foi imediatamente substituída no colégio por Anne cuja passagem por *Roe Head* é definida pela autora como pouco relevante.

Em abril de 1839, Anne inicia-se no cargo de preceptora em Blake Hall, casa da família Ingham. Barker (2010) salienta que, a ser verídica a descrição autobiográfica presente em *Agnes Grey* (1847), Anne Brontë começou essa nova vida voluntariamente e com entusiasmo. Seria esta a primeira vez em que teria a oportunidade de ser independente, contando apenas consigo própria:

How delightful it would be to be a governess! To go out into the world; to enter upon a new life; to act for myself; to exercise my unused faculties; to try my unknown powers; to earn my own maintenance, and something to comfort and help my father, mother and sister, besides exonerating them from the provision of my food and clothing; to show papa what his little Agnes could do (...) ⁷⁶

De acordo com Elizabeth Langland (1989), Anne teria a seu cargo as duas crianças mais velhas dos Ingham: um menino de seis e uma menina de cinco anos. A autora menciona a possibilidade de que em Blake Hall, Anne teria reunido grande parte das suas experiências que lhe viriam a servir de base para a sua primeira obra literária. Em *Agnes Grey* (1847), Anne esboça um retrato severo de crianças maliciosas e desobedientes, com uma inclinação para a crueldade. Juliet Barker (2010) refere que, no fim de 1839, apesar de tudo ter feito para incutir alguma disciplina na aprendizagem nos seus pupilos, Anne foi culpabilizada pelos Ingham pela falta de progresso das crianças. Assim, os seus serviços foram dispensados e Anne Brontë regressou a Haworth.

Nos primeiros meses de 1840 que passou em Haworth, Anne terá conhecido William Weightman, o novo pároco auxiliar, do reverendo Brontë. Elizabeth Langland (1989) salienta em *Anne Brontë – The Other One* (1989):

Recent criticism of Anne Bronte has pointed to William Weightman as a significant love and loss in Anne's life. Whether Anne held her father's curate in any special regard - indeed, loved him - remains unclear; (...) ⁷⁷

⁷⁶ Brontë, Anne. *Agnes Grey*. London: Arcturus Publishing Limited, 2010, p.16.

⁷⁷ Langland, Elizabeth. *Anne Brontë: The Other One (Women Writers)*. London: Macmillan Education Ltd, 1989, p.15.

Juliet Barker (2010) refere que Weightman se tornou algo como uma lenda de um ser pleno de alegria e luz no seio da família. Weightman tornou-se, de acordo com Barker (2010), parte da história dos Brontë e ter-se-á tornado aceitável acreditar que Anne o amava e que a sua morte terá constituído uma tragédia da qual nunca recuperou, embora não existam provas para estas afirmações. Contudo, Langland (1989) refere:

Without further evidence we cannot know what the full relationship was between Anne and Weightman. But we can be sure that when he died quite suddenly in September of 1842 the affection between them was sufficiently strong that she experienced a deep sense of loss.⁷⁸

Anne Brontë consegue um novo emprego, em maio de 1840, junto dos Robinson, em Thorp Green. Ao que tudo indica, Anne foi uma perceptora de sucesso, mantendo-se em funções naquela família durante cinco anos e, mesmo após este período, continuou a relacionar-se com as filhas dos Robinsons. De acordo com Langland (1989), os Robinson tinham Anne em tão elevada consideração que, quando a família necessitou de um tutor, a sugestão dada por Anne de que Branwell seria uma boa escolha, foi aceite.

Cinco anos passados, em junho de 1845, Anne solicitava a sua demissão. Segundo Barker (2010), tudo aponta para que Anne Brontë tivesse conhecimento do envolvimento do irmão com a sua patroa, a senhora Robinson, situação que, para ela, seria eticamente insustentável.

Pouco tempo depois também Branwell veria terminadas as suas funções de tutor em Thorp Green, após a alegada descoberta pelo senhor Robinson da traição de que fora alvo. Como consequência e, ao ver-se afastado da sua alegada amante, Branwell entraria numa rota de destruição com o auxílio do álcool e de opiáceos, como refere Langland (1989):

Branwell's sense of loss and disappointment was so keen that for the rest of his life he destroyed any peace that might have subsisted in the parsonage. Alcohol and opium ultimately killed him.⁷⁹

Após descobrir os poemas de Emily, Charlotte viu nestes a possibilidade de publicação. Juliet Barker (2010) denota que Emily não terá gostado da invasão da sua privacidade por Charlotte; contudo, a ideia acabou por prevalecer e Anne ofereceu também os seus próprios poemas para acompanhar os das irmãs. Nascia assim um volume

⁷⁸ Langland, Elizabeth. *Anne Brontë: The Other One (Women Writers)*. London: Macmillan Education Ltd, 1989, p.16.

⁷⁹ Langland, Elizabeth. *Anne Brontë: The Other One (Women Writers)*. London: Macmillan Education Ltd, 1989, p.18.

de poesia, publicado às expensas das autoras sob pseudónimos masculinos em que cada uma preservava as suas iniciais: *Poems* (1846) de Currer, Ellis, and Acton Bell.

Aquando da publicação dos poemas, já as irmãs Brontë trabalhavam nas obras literárias *The Professor* (1857), *Wuthering Heights* (1847), *Agnes Grey* (1847). Em maio de 1847, as obras de Anne e de Emily foram aceites por Thomas Newby (editor) e Charlotte viu *The Professor* (1857) rejeitada. Enquanto Emily e Anne Brontë se mantiveram com Newby como seu editor, Charlotte procurou publicar junto de Smith, Elder & Co. que, igualmente, recusando *The Professor* (1857) pediu à escritora outra obra que tivesse escrita. *Jane Eyre* (1847) revelar-se-ia um verdadeiro sucesso.

Branwell continuava a piorar diariamente e, afirma Elizabeth Langland (1989), esgotava física e emocionalmente a família. De acordo com esta autora, algumas das particularidades da condição alcoólica do irmão terão sido retratadas por Anne na sua segunda e ultima obra literária, *The Tenant of Wildfell Hall* (1848).

The Tenant of Wildfell Hall (1848), obra de grande sucesso, era um romance ousado para a sua época. Expunha as situações delicadas que a sociedade Vitoriana considerava inconvenientes ou mesmo inaceitáveis e que o melhor seria que permanecessem na penumbra. Efectivamente, embora se tratasse de ficção, a obra abordava temas comuns, não a todos, mas possivelmente a muitos lares Vitorianos: a mulher de classe média, confrontada com a sua extrema dependência do marido, ficando à mercê da eventual bondade deste. Em *Victorian Women* (1993), Joan Perkin evidencia:

Charlotte Brontë described ‘the drunken, extravagant, profligant habits’ of a curate in the Church of England, whose wife came to Charlotte’s father for advice. She said he ‘treated her and her child savagely’.⁸⁰

Anne Brontë sentiu, assim, necessidade de esclarecer o público, no prefácio da segunda edição, acerca do motivo pelo qual havia escrito esta obra pouco convencional para a sua época, repudiando o desejo de fama em prol do que é próprio da escrita *engagée* – o empenho em denunciar algo de forma verídica:

While I acknowledge the success of the present work to have been greater than I anticipated, and the praises it has elicited from a few critics to have been greater than it deserved, I must also admit that from some other quarters it has been censured with an asperity which I was as little prepared to expect, and which my judgements, as well as my feelings, assures me is more bitter than just. (...)

⁸⁰ Perkin, Joan. *Victorian Women*. New York: NYU Press, 1993, p.120.

My object in writing the following pages was not simply to amuse the Reader; neither was it to gratify my own taste, nor yet to ingratiate myself with the Press and the Public: I wished to tell the truth, for truth always conveys its own moral to those who are able to receive it.⁸¹

A 24 de setembro de 1848, falecia Branwell. Terminava a sua própria dor e a da sua família. Pouco tempo depois, também Emily adoecia com tuberculose, recusando toda a ajuda médica e acabando por falecer a 19 de dezembro desse ano.

A Anne estava reservada uma provação semelhante. De acordo com Juliet Barker (2010), a saúde da filha mais nova do reverendo Brontë tinha vindo a revelar-se muito frágil desde há algum tempo. Desde o início de dezembro, antes ainda do falecimento de Emily, Anne já teria começado a sentir as características faltas de ar e dores nas costas. Ao contrário de Emily, Anne procurou sempre tratar-se e melhorar com a ajuda da medicina e, afirma Barker (2010), o senhor Teale, especialista em casos de tuberculose, foi chamado à casa da família em Haworth. Todavia, e segundo a autora, estando a doença numa fase muito avançada, não haveria muito mais a fazer.

Barker (2010) indica que Anne Brontë não sofria abertamente, optando por guardar os seus pensamentos mais profundos e trágicos para si. Mantinha uma imagem estóica, possivelmente à semelhança dos traços da sua Tia Branwell, talvez com o intuito de preservar quem a rodeava de mais sofrimento. Langland (1989) reforça esta ideia:

There was no miracle, but there was great heroism. Anne faced her death with equanimity.⁸²

Em maio de 1849, numa derradeira tentativa de conseguir alguma melhoria na sua condição, Anne viajou para Scarborough. A acompanhá-la seguia a sua, agora, única irmã, Charlotte e a amiga da família, Ellen Nussey. Elizabeth Langland (1989) descreve:

But Charlotte later wrote: 'I wanted her to die where she would be happiest. She loved Scarbro' (LL II 338). At the end, it was Anne who was exhorting Charlotte: 'Take courage, Charlotte, take courage!' (LL II 336).⁸³

Anne faleceu a 28 de maio de 1849, cerca das duas horas da tarde, aos 29 anos. Barker (2010) assegura que Anne se manteve lúcida até ao fim e faleceu tão pacificamente que ninguém daqueles que se encontravam em casa naquele momento, exceto as pessoas

⁸¹ Brontë, Anne. *The Tenant of Wildfell Hall*. London: Arcturus Publishing Limited, 2010, p.9.

⁸² Langland, Elizabeth. *Anne Brontë: The Other One (Women Writers)*. London: Macmillan Education Ltd, 1989, p.23.

⁸³ Langland, Elizabeth. *Anne Brontë: The Other One (Women Writers)*. London: Macmillan Education Ltd, 1989, p.23.

dentro daquela divisão, se aperceberam de que alguém tinha acabado de falecer. Foi sepultada em Scarborough e é a única dos Brontë sepultada fora de Haworth. Charlotte prestou-lhe homenagem no poema *On the Death of Anne Brontë* (1849).

There's little joy in life for me,
And little terror in the grave;
I've lived the parting hour to see
Of one I would have died to save.

Calmly to watch the failing breath,
Wishing each sigh might be the last;
Longing to see the shade of death
O'er those beloved features cast;

The cloud, the stillness that must part
The darling of my life from me;
And then to thank God from my heart,
To thank him well and fervently;

Although I knew that we had lost
The hope and glory of our life;
And now, benighted, tempest-tossed,
Must bear alone the weary strife.

Anne foi, ao longo dos anos, frequentemente ofuscada pela notoriedade das irmãs e pela polémica em que se encontravam envoltas as obras delas. Comparativamente, era acusada de escrever desapaixonadamente e sem originalidade. *Agnes Grey* (1847), o primeiro romance de Anne, foi quase obliterado pelo impacto de *Wuthering Heights* (1847) de Emily e, ocasionalmente, comparado a *Jane Eyre* (1847) de Charlotte, pelo facto de ambas as obras terem como personagens principais perceptoras.

Terry Eagleton salienta em *Myths of Power: A Marxist Study of the Brontës* (2005) que, aquilo que distingue as obras de Anne Brontë dos escritos das suas irmãs é sobretudo a barreira existente entre as questões sociais e o amor moral. Segundo o autor, tanto em *Agnes Grey* (1847) como em *The Tenant of Wildfell Hall* (1848), a intriga amorosa não é confrontada com questões de classe social como ocorre, por exemplo, em *Jane Eyre* (1847) de Charlotte Brontë, bem como no trágico conflito amoroso de *Wuthering Heights* (1847) de Emily Brontë:

The structure of Anne's novels, however, has neither the intriguing ambivalences of Charlotte nor the tragic contradictions of Emily. Charlotte's protagonists are not merely placed, spatially as it were, between two flanking sets of opposing values; they blend both worlds unevenly in their own life-styles, and so struggle self-tormentingly with

competing commitments. The irregular dramatic force of the novels springs from this structural complexity - from the 'impure*', ambiguous nature of social roles and the personal self-divisions they generate. Anne Bronte's work, by contrast, knows no such internal conflict between the flesh and the spirit.⁸⁴

Assim, de acordo com Eagleton (2005) as obras literárias de Anne ocupam uma terceira posição intermédia:

The language of Anne Bronte's work is that of morality rather than imagination: her fiction is concerned neither with submerged depths nor with far horizons, but with the criteria by which men and women should act well.⁸⁵

Na obra *The Brontës* (2010), Juliet Barker descreve Anne Brontë como consciente dos sacrifícios feitos para a manter a estudar e acreditava que era seu dever obter uma educação que lhe permitisse uma profissão e, conseqüentemente, a independência. Anne Brontë era possivelmente uma mulher com muito a fazer ainda pela causa das mulheres Vitorianas, não porque fosse uma ativista, mas porque estava ciente da importância de contar a verdade.

⁸⁴ Eagleton, Terry. *Myths of Power: A Marxist Study of the Brontës*. New York: Palgrave Macmillan, 2005, p.122-123.

⁸⁵ Eagleton, Terry. *Myths of Power: A Marxist Study of the Brontës*. New York: Palgrave Macmillan, 2005, p.137.

CAPÍTULO V

AGNES GREY E O DEVER



Figura 5 - *The Governess* por Richard Redgrave, 1844. Victoria and Albert Museum.

We often pity the poor because they have no leisure to mourn their departed relatives, and necessity obliges them to labour through their severest afflictions: but is not active employment the best remedy for overwhelming sorrow – the surest antidote for despair? It may seem a rough comforter; it may seem hard to be harassed with the cares of life when we have no relish for its enjoyments; to be goaded to labour when the heart is ready to break, and the vexed spirit implores for rest only to weep in silence: but is not labour better than the rest we covet?

Anne Brontë.

Como refere Elizabeth Langland em *Anne Brontë: The Other One* (1989), o período histórico em que Anne Brontë viveu e durante o qual escreveu as suas obras, foi também um período de debate em torno da *Woman Question*, i.e., o debate sobre o papel reservado à mulher no seio da sociedade Vitoriana. A autora sublinha que é possível ao leitor comprovar estas questões tanto sobre as *separate sheres*, como sobre a natureza feminina nas obras das irmãs Brontë que, apesar de isoladas no Yorkshire, demonstravam através da sua literatura, como estas ideias estavam bem presentes nas suas vidas. Langland(1989) salienta ainda que, com *Agnes Grey* (1847), Anne Brontë descobriu o poder de uma história contada por uma mulher: o poder de lhe dar uma voz:

Although Anne Brontë seems to have been largely oblivious of any feminist or ideological agenda, her commitment to women's activity and influence in the world and her suspicion of men as providers led her to promulgate a feminist thesis: that Women must look to their self-provision.⁸⁶

Betty Jay (2007) afirma que este romance de Anne Brontë representa uma das primeiras obras em que a condição da perceptora é abordada. A autora nota que a obra aborda igualmente o conjunto de pressupostos que, no período Vitoriano, moldavam esta profissão seguida por tantas mulheres de classe média, algumas por vocação, muitas por necessidade. Assim, observamos que a perceptora é uma figura surgida como consequência da instabilidade da economia da época.

Kathryn Hughes (2014) descreve a perceptora como uma mulher de classe média cuja educação preparou para ser uma senhora, i.e., esposa, mãe e cuidadora do lar, mas que, por força de inúmeras circunstâncias, se vê forçada a trabalhar em ambiente exterior ao seu lar e à sua família. Além desta, havia ainda aquelas mulheres que, tal como Agnes Grey, desejavam somente conhecer um pouco mais do mundo e, de certa forma, ser independentes.

Segundo Hughes (2014), a classe alta tinha recorrido aos serviços de perceptoras durante séculos; contudo, a partir do início do século XIX, também a classe média alta começou a fazê-lo. De acordo com a autora, contratar uma perceptora era simultaneamente enviar uma mensagem social sobre o estatuto da família. Tal como tinha serviçais para lidar com as tarefas domésticas, a senhora da casa tinha também alguém

⁸⁶ Langland, Elizabeth. *Anne Brontë: The Other One (Women Writers)*. London: Macmillan Education Ltd, 1989, p.98.

para educar e cuidar das suas crianças. Assim, talvez se possa subentender esta atitude como parte da cultura *genteel* em que a perceptora é uma figura representativa de um determinado estatuto social ainda que, curiosamente, se encontrasse ela própria numa situação de ambiguidade social. De igual modo, Betty Jay (2007) chama a atenção para a posição delicada fruída pela perceptora no âmbito do seu estatuto de classe média. A necessidade de procurar trabalho denunciava a perda de estatuto e a precariedade da sua situação. Quando entrava ao serviço de determinada família, a perceptora não estava ao nível da criadagem, mas também não se encontrava ao nível dos seus empregadores, sendo muitas vezes desprezada por ambos:

The servants, seing in what little estimation the governess was held by both parents and children, regulated their behaviour by the same standard. I have frequently stood up for them, at the risk of some injury to myself, against the tyranny and injustice of their young masters and mistresses, and I always endeavoured to give them as little trouble as possible; but they entirely neglected my comfort, despised my requests, and slighted my directions.⁸⁷

Para Jay (2007), *Agnes Grey* (1847) representa um retrato detalhado da profissão de uma perceptora enquadrando-se no *plight of the governess*, ou seja, a perceptora a quem é negada autoridade sobre os seus pupilos, desprezada, mal paga e sobrecarregada de tarefas. Baseando a sua conduta em fortes padrões morais e religiosos, *Agnes Grey* (1847) vai oferecendo ao leitor os pormenores quotidianos da vida de uma perceptora à medida que se debate com a tentativa de encontrar o seu lugar na sociedade enquanto se vê simultaneamente confrontada com questões de género e de classe, à luz das quais é desvalorizada enquanto indivíduo de forma recorrente.

Agnes Grey (1847) é o primeiro romance publicado de Anne Brontë cujas semelhanças com a vida da sua autora lhe valeram algumas vezes a conotação de obra autobiográfica. Juliet Barker (2010) salienta nesta obra alguns contornos da própria Anne que, segundo a autora, se sentia no dever de contribuir para o núcleo familiar trabalhando, mesmo que para tal fosse necessário fazer sacrifícios.

A obra narra a história de uma jovem vitoriana solteira, simples e de classe média, filha de um clérigo que, tal como Anne, movida pelo desejo de trabalhar escolhe a profissão de perceptora. Para a jovem Agnes, a possibilidade de trabalhar, daí auferindo

⁸⁷ Brontë, Anne. *Agnes Grey*. London: Arcturus Publishing Limited, 2010, p.71.

uma remuneração que lhe permita mostrar o seu valor, parece encerrar todo um mundo de novas possibilidades:

“How delightful it would be to be a governess!”⁸⁸

Assim, poder-se-ia sugerir que, através da procura da profissão, Agnes procura também a emancipação e a independência, numa tentativa de provar à família que a “pequena Agnes”⁸⁹ é mais capaz do que julgam. De acordo com Elizabeth Langland (1989), esta obra conta ainda uma história de crescimento feminino com alguns possíveis contornos de *bildungsroman* uma vez que, sublinha a autora, Agnes segue neste romance um padrão masculino de desenvolvimento:

The classic starting point for the male *Bildungsroman*, or novel of development, is the protagonist's dissatisfaction with home and a corollary desire to gain experience in the larger world. While Agnes cannot simply take to the open road like a male hero, she nonetheless longs 'to see a little more of the world'.⁹⁰

Steve Davies (2006), sublinha que a obra de Anne Brontë reflete a utilização da autobiografia ficcional, cujas raízes derivam da narrativa confessional Vitoriana e que se caracteriza pelo valor atribuído à autenticidade e à ética de trabalho. Davies (2006) afirma que *Agnes Grey* (1847) apresenta ao leitor uma abordagem feminista à ética profissional que confere ao trabalho uma importância no limbo do sagrado.

Langland (1989) salienta que, *Agnes Grey* é também uma personagem distinta das demais da sua época, mesmo de *Jane Eyre* – criação de Charlotte Brontë (1847) – que apesar de determinada e independente, acaba por ceder ao impulso amoroso por Rochester. Pelo contrário, Agnes parece ter bem presente a situação legal precária da mulher vitoriana de classe média casada e, portanto, reconhecer a vantagem de se manter solteira. Embora acabe por se casar com Weston, pretende viver o afeto de uma forma mais controlada e, hipoteticamente, tenta moldá-lo também aos seus padrões morais e de conduta, agindo como verdadeira companheira de vida, como, por exemplo, Daniel Defoe advogara no seu manual de conduta *The Family Instructor* (1715).

No início da sua história, Agnes, que aparenta sentir-se feliz e amada no seio familiar, descreve:

⁸⁸ Brontë, Anne. *Agnes Grey*. London: Arcturus Publishing Limited, 2010, p.16.

⁸⁹ Brontë, Anne. *Agnes Grey*. London: Arcturus Publishing Limited, 2010, p.16.

⁹⁰ Langland, Elizabeth. *Anne Brontë: The Other One (Women Writers)*. London: Macmillan Education Ltd, 1989, p.96.

I being the younger by five or six years, was always regarded as the child and the pet of the family: father, mother, and sister, all combined to spoil me – not by foolish indulgence, to render me fractious and ungovernable, but by ceaseless kindness, to make me too helpless and dependent – too unfit for buffeting with the cares and turmoils of life.⁹¹

Através desta descrição, Agnes dá a entender ao leitor como, apesar de protegida pela família, se sente incapacitada por ela. Além do que conta, a protagonista parece também desejar conhecer mais do mundo que a rodeia:

Sometimes our mother would amuse us with stories and anecdotes of her younger days, which while they entertained us amazingly, frequently awoke – in me, at least – a secret wish to see a little more of the world.⁹²

Elizabeth Langland (1989) refere-se a *Agnes Grey* (1847) como sendo um romance sobre educação em três vertentes: a educação de Agnes; a educação das crianças sob a tutela de Agnes e por fim, a educação do leitor. Agnes Grey, à semelhança da sua criadora, recebeu uma educação acima da fasquia tradicional, quando comparada com a educação habitualmente propiciada à mulher Vitoriana de classe média, tal como afirmava a sua mãe:

‘Your talents are not such as every poor clergyman’s daughter possesses, Agnes’, she would say, ‘and you must not throw them away.’⁹³

Assim, é possível observar que o desejo de conhecimento de Agnes vai além do que é necessário na época para desempenhar apenas o papel de Anjo-do-Lar na esfera particular, doméstica. O gosto da protagonista pela educação mantém-se, mesmo quando já não seria considerado tão necessário e Agnes parece ver na educação um instrumento útil para o seu futuro:

(...) and in the earnest prosecution of my studies, to recover what I had lost during my stay at Wellwood House, and to lay in new stores for future use.⁹⁴

Possivelmente, será esta educação de cariz abrangente, cuja necessidade foi amplamente debatida pelas ativistas dos direitos da mulher Vitoriana, que leva Agnes a desejar ver mais do mundo e a emancipar-se. No entanto, a protagonista não aparenta estar totalmente consciente do desafio que, em breve, lhe será apresentado. Nas suas

⁹¹ Brontë, Anne. *Agnes Grey*. London: Arcturus Publishing Limited, 2010, p.10.

⁹² Brontë, Anne. *Agnes Grey*. London: Arcturus Publishing Limited, 2010, p.10.

⁹³ Brontë, Anne. *Agnes Grey*. London: Arcturus Publishing Limited, 2010, p.55.

⁹⁴ Brontë, Anne. *Agnes Grey*. London: Arcturus Publishing Limited, 2010, p.53.

próprias palavras, é possível observar-se como acredita que o desempenho da sua profissão será relativamente fácil de levar a cabo:

I had but to turn from my little pupils to myself at their age, and I should know, at once, how to win their confidence and affections; how to waken the contrition of the erring; how to embolden the timid and console the afflicted; how to make Virtue practicable, Instruction desirable, and Religion lovely and comprehensible.⁹⁵

A questão da preparação formal para um correto desempenho profissional ou, por outro lado, a falta dessa mesma preparação talvez possa também ser encontrada nesta obra de Anne Brontë. Efetivamente, observa-se como, no seu primeiro emprego na casa dos Bloomfield, Agnes não se encontrava devidamente habilitada para lidar com as situações reais do quotidiano:

By these means I hoped, in time, both to benefit the children and to gain the approbation of their parents; and also to convince my friends at home that I was not so wanting in skill and prudence as they supposed. I knew the difficulties I had to contend with were great; but I knew (at least I believed) unremitting patience and perseverance could overcome them, and night and morning I implored Divine assistance to this end. But either the children were so incorrigible, the parents so unreasonable, or myself so mistaken in my views, or so unable to carry them out, that my best intentions and most strenuous efforts seemed productive of no better result than sport to the children, dissatisfaction to their parents, and torment to myself.⁹⁶

Betty Jay (2007) demonstra que o objetivo de Agnes Grey de se tornar perceptora acaba por se converter numa prova de como a figura da perceptora é duplamente diminuída, em primeiro lugar na sua condição de mulher e em segundo lugar, por ser uma mulher de classe média que se dedica a uma profissão considerada subalterna. É demonstrativo desta afirmação o permanente desagrado e a desaprovação que os Bloomfield manifestam a Agnes:

I am surprised that you should allow them to dirty their clothes in that manner! Don't you see how Miss Bloomfield has soiled her frock? And that master Bloomfield's socks are quite wet? And both of them without gloves? Dear, dear! Let me *request* that in future you will keep them *decent* at least!' So saying, he turned away, and continued his ride up to the house. This was Mr. Bloomfield. I was surprised that he should nominate his children Master and Miss Bloomfield; and still more so, that he should speak so uncivilly to me, their governess, and a perfect stranger to himself.⁹⁷

⁹⁵ Brontë, Anne. *Agnes Grey*. London: Arcturus Publishing Limited, 2010, p.17.

⁹⁶ Brontë, Anne. *Agnes Grey*. London: Arcturus Publishing Limited, 2010, p.31.

⁹⁷ Brontë, Anne. *Agnes Grey*. London: Arcturus Publishing Limited, 2010, p.28.

Betty Jay (2007) sublinha que Anne Brontë utiliza as crianças ao cuidado de Agnes para exemplificar as diferenças na educação administrada decorrentes das questões de género, visando a preparação adequada os seus respetivos papéis, masculino e feminino, numa sociedade patriarcal. No excerto acima estão presentes apenas alguns exemplos das relações de poder entre pais e filhos, homens e mulheres, patrões e empregados.

Jay (2007) salienta que, nesta obra, Anne Brontë demonstra preocupação com as injustiças infligidas à mulher trabalhadora da classe média do século XIX. Em *The Victorian Governess* (1993), Kathryn Hughes refere essa mesma desvantagem em que se encontrava a perceptora que, sem um contrato formal que definisse claramente quais as funções, os direitos e os deveres que lhe eram inerentes, ficava a mercê da boa vontade dos seus patrões. Segundo Hughes (1993), se esta boa vontade se revelasse inexistente, a mais pequena expectativa sairia frustrada, tal como acontece a Agnes Grey no gozo das suas férias:

About Christmas I was allowed to visit home; but my holiday was only of a fortnight's duration: 'For,' said Mrs. Bloomfield, 'I thought, as you had seen your friends so lately, you would not care for a longer stay.'⁹⁸

Elizabeth Langland (1989) afirma que, apesar das inúmeras más experiências em casa dos Bloomfield que culminam com o seu despedimento, Agnes sai fortalecida da experiência. Sempre apoiada nas suas crenças religiosas e nos valores morais pelos quais pauta a sua conduta, não se deixa vencer pelo desânimo. A autora sugere que, ao contrário do que poderia ser esperado, essas mesmas experiências acabam por contribuir para o crescimento da protagonista enquanto indivíduo. Steve Davies (2006) chama a atenção para o facto de que, em *Agnes Grey* (1847), as questões problemáticas são encaradas de frente, coadjuvadas por um forte compromisso com a verdade, produto da crença religiosa da protagonista. Já Elizabeth Langland (1989) classifica a protagonista como notável, pois, ao manter sempre presentes as suas convicções espirituais, regendo-se por elas sem vacilar, consegue manter o controlo das suas emoções e focar-se no desempenho das suas funções. Já Betty Jay (2007) considera que Agnes Grey é obrigada a moldar algumas das suas ideias e princípios para funcionar dentro de uma sociedade que lhe demonstra pouco respeito.

⁹⁸ Brontë, Anne. *Agnes Grey*. London: Arcturus Publishing Limited, 2010, p.37.

A necessidade de manter a sua honra de acordo com o compromisso que assumiu consigo mesma – o de trabalhar – e de um sentido do dever sempre latente, não forçado por terceiros, poderão representar outros dos fatores que levam Agnes a manter-se no seu posto de perceptora, apesar de todas as contrariedades:

Thus, the reader will see that I had no claim to be regarded as a martyr to filial piety, going forth to sacrifice peace and liberty for the sole purpose of laying up stores for the comfort and support of my parents: though certainly the comfort of my father, and the future support of my mother, had a large share in my calculations; and fifty pounds appeared to me no ordinary sum. (...) and then there would be thirty for the bank, or little less: what a valuable addition to our stock! Oh, I must struggle to keep this situation, whatever it might be! Both for my own honour among my friends and for the solid services I might render them by my continuance there.⁹⁹

Para o seu segundo emprego como perceptora, já na casa dos Murray, Agnes parece partir mais bem preparada sendo, possivelmente, a experiência anterior a sua melhor arma profissional.

Betty Jay (2007) afirma que em *Agnes Grey* (1847), as noções de classe e de gênero permanecem sempre presentes em cada aspeto da vida. Na descrição de Agnes é possível observar a posição desvantajosa de Agnes que, sendo a perceptora, não pode exercer a sua autoridade e deve cumprir o que lhe é dito pela sua patroa. Observa-se ainda as diferenças na educação que Agnes Grey deve proporcionar a raparigas e a rapazes:

After this she looked in upon me once or twice, during the absence of my pupils, to enlighten me concerning my duties towards them. For the girls she seemed anxious only to render them as superficially attractive and showily accomplished as they could possibly be made, without present trouble or discomfort to themselves; and I was to act accordingly – to study and strive to amuse and oblige, instruct, refine, and polish, with the least possible exertion on their part, and no exercise of authority on mine. With regard to the two boys, it was much the same; only instead of accomplishments, I was to get the greatest possible quantity of Latin grammar and Valpy's Delectus into their heads, in order to fit them for school – the greatest possible quantity at least *without* trouble to themselves.¹⁰⁰

As crianças dos Murray, mais velhas que as dos Bloomfield, embora não demonstrando a crueldade dos últimos, não deixam elas próprias de representar um desafio profissional para Agnes. Parecem ser indivíduos direcionados para a futilidade

⁹⁹ Brontë, Anne. *Agnes Grey*. London: Arcturus Publishing Limited, 2010, p.58.

¹⁰⁰ Brontë, Anne. *Agnes Grey*. London: Arcturus Publishing Limited, 2010, p.63-64.

que desprezam aqueles que se encontram numa posição social abaixo da sua. Elizabeth Langland (1989) sublinha:

Whereas the Bloomfields needed simple discipline before instruction could begin, the Murrays are sufficiently mature to have acquired some outward restraint and a concern for social reputation. Thus, Agnes can focus on much more subtle points of principle. She observes the sisters' want of discretion, of discrimination, of judgment, of compassion, of generosity. She delineates with precision their rage for attention that leads them to appropriate and use other people for their own amusement. Rosalie and Matilda condescend to the cottagers, treating them as 'stupid and brutish', yet expect the people to 'adore them as angels of light, condescending to minister to their necessities, and enlighten their humble dwellings'.¹⁰¹

A descrição que Agnes Grey faz das suas tarefas poderá levar o leitor a crer que, para a protagonista, o trabalho como perceptora, também devido às limitações que lhe são impostas e à impossibilidade de usar da sua autoridade, é exaustivo. Langland (1989) corrobora esta afirmação referindo que, enquanto esteve ao serviço dos Bloomfield, Agnes viu tanto a sua capacidade física como os seus valores morais serem postos à prova. Ao serviço dos Murray é a sua espiritualidade que é sujeita a um teste de resistência, como descreve Agnes Grey:

I sometimes felt myself degraded by the life I led, and ashamed of submitting to so many indignities; and sometimes I thought myself a fool for caring so much about them, and feared I must be sadly wanting in Christian humility, or that charity which 'suffereth long and is kind seeketh not her own, is not easily provoked, beareth all things, endureth all things'.¹⁰²

Com o passar do tempo, Agnes admite que as suas funções se tornaram um pouco mais fáceis, ficando apenas com as suas alunas que, gradualmente se tornam mais diligentes: “[they] became a little less insolent”¹⁰³.

Elizabeth Langland (1989) salienta que é Agnes Grey que opta por deixar este segundo emprego na casa dos Murray com o intuito de abrir uma escola em conjunto com a sua mãe. Possivelmente, será, por fim, nesta nova posição como professora que Agnes se torna verdadeiramente independente e que o trabalho surge para a protagonista como uma verdadeira ferramenta de emancipação:

¹⁰¹ Langland, Elizabeth. *Anne Brontë: The Other One (Women Writers)*. London: Macmillan Education Ltd, 1989, p.103.

¹⁰² Brontë, Anne. *Agnes Grey*. London: Arcturus Publishing Limited, 2010, p.71-72.

¹⁰³ Brontë, Anne. *Agnes Grey*. London: Arcturus Publishing Limited, 2010, p.72.

I set myself with befitting energy to discharge the duties of this new mode of life. I call it new, for there was indeed, a considerable difference between working with my mother in a school of our own, and working as a hireling among strangers, despised and trampled upon by old and young; and for the first few weeks I was by no means unhappy.¹⁰⁴

Langland (1989) sugere que Agnes parece também evitar o casamento, talvez consciente da ameaça que uma união com a pessoa errada poderia trazer à sua liberdade pessoal e à sua identidade. É facto que a protagonista acaba por se casar com Edward Weston; contudo, segundo afirma a autora, apenas após ter demonstrado ser capaz de assegurar a sua autossuficiência e com alguém que, tendo analisado bem, considera pautar-se por valores e virtudes muito próximos dos seus.

Ainda com base na abordagem de Elizabeth Langland (1989) sugiro que o trabalho como perceptora, tanto na casa dos Bloomfield como na casa dos Murray, apesar de árduo e da falta de preparação profissional prévia, tenha moldado a perspetiva profissional de Agnes Grey. Ambos os empregos terão representado um teste às capacidades de resistência de Agnes, criando simultaneamente os alicerces necessários à sua emancipação, não representando o caminho que a protagonista acreditava, no início da sua atividade profissional, estar já definido, mas sim o ponto de partida para a independência.

¹⁰⁴ Brontë, Anne. *Agnes Grey*. London: Arcturus Publishing Limited, 2010, p.160.

CAPÍTULO VI

HELEN GRAHAM E A FUGA

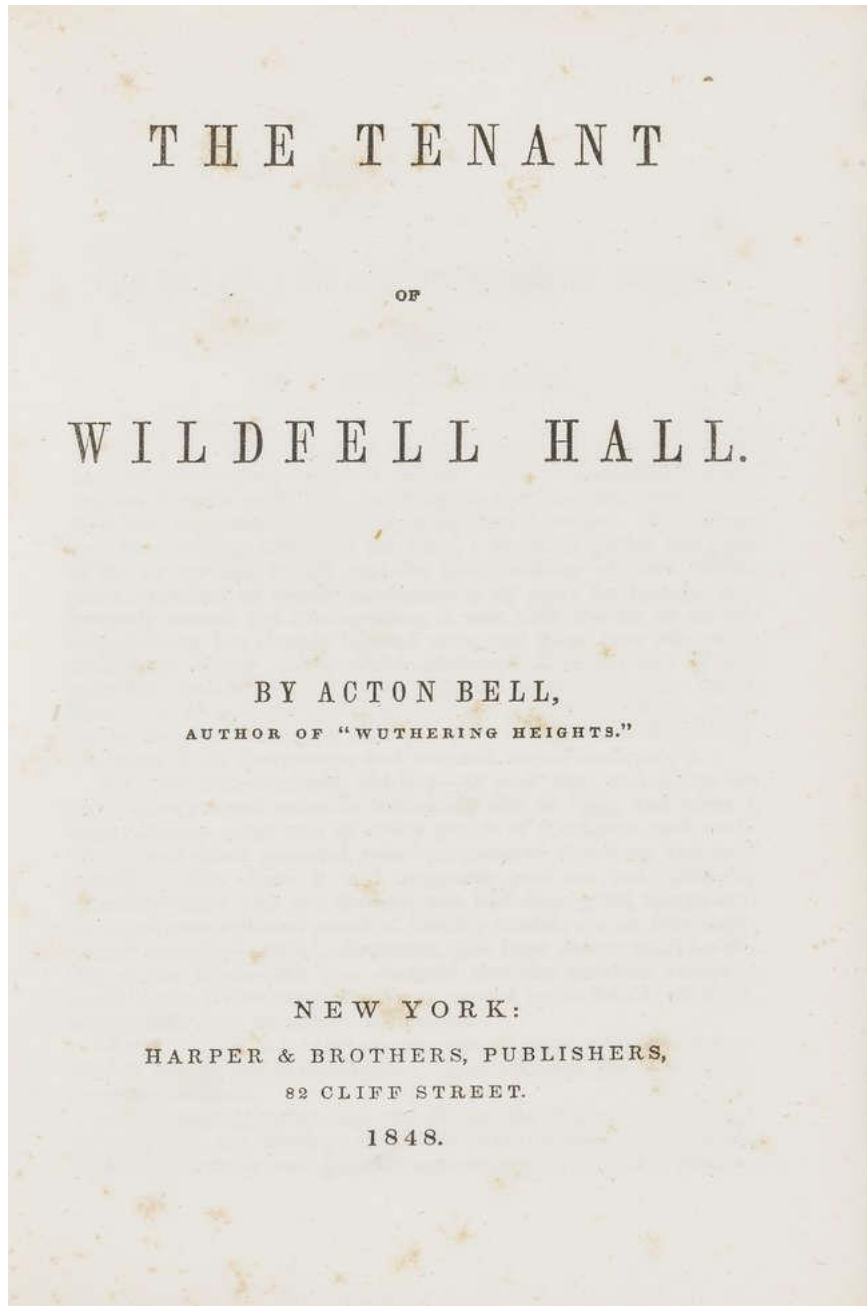


Figura 6 - Primeira edição Americana de *The Tenant of Wildfell Hall* (1848) que apresenta de forma errônea Acton Bell como o autor de *Wuthering Heights* (1847). Domínio público.

‘I see your heart is in your work, Mrs Graham’, observed I: ‘I must beg you to go on with it; for if you suffer our presence to interrupt you, we shall be constrained to regard ourselves as unwelcome intruders.’

Anne Brontë

The Tenant of Wildfell Hall (1848) é a segunda e última obra literária de Anne Brontë. Neste romance, segundo o que sugere Betty Jay (2007), Brontë explora os factos que se escondem no quotidiano de uma família Vitoriana de classe média, à medida que vai descrevendo a situação delicada de Helen Graham que, após a fuga a um marido violento e devasso, se instala com o filho de ambos na propriedade familiar de Wildfell Hall. Porventura Helen poderá ser tida aqui como mais do que a esposa evadida de Arthur Huntingdon; talvez possa ser considerada uma figura representativa da mulher Vitoriana de classe média, ícone da ideologia de género dominante que, privada de direitos e de estatuto legal pleno e autónomo, está à mercê da eventual tirania do marido enquanto permanece estoicamente ao seu lado num caminho moral e religioso, pleno de sentido do dever, que a impele a manter o casamento.

Em capítulos anteriores observámos como o casamento constituía parte do pressuposto tradicional da construção da identidade feminina de Oitocentos. Jill Matus (2006) menciona que, nesta obra, Brontë questiona qual o tipo de casamento possível a uma mulher de classe média que valoriza a sua integridade e independência.

Já Elizabeth Langland (1989) estabelece aqui uma relação com a crença social e cultural oitocentista que, considerando como missão da mulher ser o pilar da moral no seio da família, colocando-a, assim, acima do próprio marido, lhe atribuía a missão de o regenerar, resgatando-o da corrupção mundana:

There, a young and idealistic young woman marries a man whose character is already in need of reformation. Believing herself called to this task, she begins optimistically only to discover that she is powerless to effect any changes that cannot be wrought by the force of moral suasion. She has no social or legal leverage.¹⁰⁵

Como Langland dilucida, tal perspectiva resulta em fracasso perante o real poder económico, social e até provindo da esfera da igreja, que o marido possuía, podendo sempre conduzir-se, no âmbito matrimonial, como um proprietário e não como um companheiro. A propósito, Jill Matus (2006) atribui o oblívio e a falta de apreciação por esta obra precisamente ao facto de nela se contradizer a crença oitocentista da mulher como entidade regeneradora, social e moral, apesar de ter recentemente despertado a atenção de académicos especialistas em estudos sobre as mulheres, também em virtude do foco na violência doméstica e na questão da custódia infantil.

¹⁰⁵ Langland, Elizabeth. *Anne Brontë: The Other One (Women Writers)*. London: Macmillan Education Ltd, 1989, p.119.

Betty Jay (2007) recorda que, ao descrever as experiências de Helen às mãos de Huntingdon, Brontë quebra a tradição Vitoriana de manter o silêncio sobre um outro lado mais negro presente, não em todos, mas em muitos casamentos, de que todos tinham conhecimento, mas que ninguém mencionava. Jay (2007) nota ainda como a publicação de *The Tenant of Wildfell Hall* (1848) foi de tal ordem polémica, que Anne Brontë sentiu necessidade de se defender, justificando a escrita da mesma no prefácio da segunda edição com uma necessidade de, antes de mais, contar a verdade:

Let it not be imagined, however, that I consider myself competent to reform the errors and abuses of society, but only that I would fain contribute my humble quota towards so good an aim; and if I can gain the public ear at all, I would rather whisper a few wholesome truths therein than much soft nonsense.¹⁰⁶

Uma das maiores críticas a esta narrativa proveio de Charlotte Brontë que considerou a esta obra da sua irmã Anne como, um erro. Na célebre *Biographical Notice* (1850) que prefaciava uma edição¹⁰⁷ de *Wuthering Heights* (1847) e *Agnes Grey* (1847), Charlotte evidenciava a opinião de que Anne, por testemunhar o desperdício de vidas em virtude de comportamentos repressivos ou autoritários, empenhava-se de modo obsessivo em trazer à tona realidades tão perturbadoras como as descritas no seu romance:

She had, in the course of her life been called on to contemplate, near at hand, and for a long time, the terrible effects of talents misused and faculties abused; hers was naturally a sensitive, reserved, and dejected nature; what she saw sank very deeply into her mind; it did her harm. She brooded over it till she believed it to be a duty to reproduce every detail (of course with fictitious characters, incidents, and situations,) as a warning to others. She hated her work, but would pursue it.¹⁰⁸

Porém, para Antonia Losano (2016), a pouca notoriedade do romance deve-se tanto à crítica de Charlotte, bem como ao facto de, sendo esta a última sobrevivente aos irmãos, deter grande influência tanto na publicação, como na receção das obras das irmãs depois do seu falecimento. Charlotte declarava que, embora os motivos de Anne fossem nobres, eram também mórbidos. Esta condenação deu, de acordo com Matus (2006), o mote para a ostracização da obra.

¹⁰⁶ Brontë, Anne. *The Tenant of Wildfell Hall*. London: Arcturus Publishing Limited, 2010, p.9.

¹⁰⁷ Da qual Charlotte Brontë tinha, segundo Jill Matus (2006) omitido propositadamente *The Tenant of Wildfell Hall* (1848).

¹⁰⁸ Bell, Currer. "Biographical Notice of Ellis and Acton Bell". *Wuthering Heights by EMILY BRONTE; Agnes Grey by ANNE BRONTE*. London: Smith, Elder & CO., 1870, p.x-xi.

Elizabeth Langland demonstra em *Anne Brontë: The Other One* (1989) que, nesta segunda obra, Anne cresceu enquanto escritora, existindo entre este e o primeiro romance um intensificar da complexidade das temáticas. Segundo Langland (1989), enquanto em *Agnes Grey* (1847) Brontë apresentava ao leitor uma história de crescimento individual contada na perspectiva da protagonista, em *The Tenant of Wildfell Hall* (1848) é apresentada a evolução ou regressão de mais do que uma personagem, apresentando cada uma alternadamente a sua perspectiva subjetiva da verdade. A autora afirma ainda que o diário de Helen – rotulada pela sociedade como uma mulher perdida – contendo a descrição do seu quotidiano ao lado de Huntingdon e o relato dos abusos sofridos às mãos deste, é uma peça-chave para a interpretação dos seus atos. De igual modo, a forma narrativa escolhida é algo novo em Brontë, alternando entre personagens e pontos de vista. Ora se centra no da protagonista, mais subjetivo porque na primeira pessoa como é próprio da escrita diarística, ora nas vozes de vários elementos pertencentes à comunidade que a alberga durante o período da separação. Constrói, assim, o juízo que a sociedade faz de uma mulher que ousa viver sem depender de uma figura masculina e se arvora em principal educadora do filho, pelo que aliás, é duramente criticada:

And my dear Mrs. Graham, let me warn you in good time against the error—the fatal error, I may call it—of taking that boy's education upon yourself. Because you are clever in some things, and well informed, you may fancy yourself equal to the task; but believe me, you will bitterly repent it when the mischief is done.” “I am to send him to school, I suppose, to learn to despise his mother's authority and affection!” said the lady, with a rather bitter smile. “Oh, *no!* But if you would have a boy to despise his mother, let her keep him at home, and spend her life in petting him up, and slaving to indulge his follies and caprices.”¹⁰⁹

Simultaneamente, dá-lhe a possibilidade de apresentar a sua versão dos factos, como se de um ato tribunalício se tratasse.

A observação das variantes ao seu redor terá desempenhado um papel fundamental na escrita deste segundo trabalho literário. Juliet Barker (2010), sugere que algumas das características do comportamento de Huntingdon estavam associadas ao declínio do próprio irmão de Anne, Branwell. Huntingdon, possivelmente, à semelhança de Branwell, não agia movido por pura crueldade, mas sim, como consequência da sua fraqueza moral. A par do exemplo de Branwell Brontë, Joan Perkin menciona em *Victorian Women* (1993), um episódio sobre um pároco da Igreja de Inglaterra, descrito

¹⁰⁹ Brontë, Anne. *The Tenant of Wildfell Hall*. London: Arcturus Publishing Limited, 2010, p.35.

por Charlotte Brontë como tendo “drunken, extravagant, profligate habits”¹¹⁰ cuja esposa terá recorrido ao Reverendo Brontë para se aconselhar, afirmando que o marido a tratava a ela, bem como ao filho de ambos “savagely”¹¹¹. Jill Matus (2006) aborda a esta mesma possibilidade ao citar Juliet Barker (2010):

‘It is not possible to discover exactly when she began it’, says Juliet Barker, ‘but the likelihood is that it had been prompted by the sudden unexpected visit to the parsonage in April of Mrs Collins, the long-suffering wife of the former curate of Keighley.’¹¹²

Este método de narrativa baseada na observação das relações na esfera doméstica aparenta ser comum nas obras literárias femininas oitocentistas. Por um lado, enquadra-se na noção do romance (*novel*) como “a slice of life”, na expressão de Henry Fielding, embora o escopo da observação feminina estivesse restringido à esfera privada, não abrangendo, portanto, uma dimensão pública e com objetos mais variados. Mais tarde, em *A Room of One’s Own* (1929), Virginia Woolf descreveria como a mulher da classe média no século XIX elaborava a sua escrita, observando o ambiente que a circundava:

“(...) all the training that a woman had in the early nineteenth century was training in the observation of character, in the analysis of emotion. Her sensibility had been educated for centuries by the influences of the common sitting-room. People’s feelings were impressed on her; personal relations were always before her eyes. Therefore, when the middle-class woman took to writing, she naturally wrote novels (...)”¹¹³

Juliet Barker (2010) sublinha ainda a crítica que Anne constrói mais uma vez à diferença educativa entre homens e mulheres. Nessa mesma linha de pensamento, também as questões de género continuam bem patentes em *The Tenant of Wildfell Hall* (1848). A esse propósito, Jill Matus (2006) caracteriza Brontë como “nevertheless perceptive about prevailing constructions of gender, especially the way in which discourses of “manliness” produce men.”¹¹⁴ Confirmamos também a crítica de Anne patente na forma como as mães usavam as filhas como moeda de troca para casamentos financeiramente vantajosos:

Her mother sought out an excellent match for her, and even brought the gentleman to lay his heart and fortune at her feet; but Esther had the audacity to refuse the noble gifts. He was a man of good family and

¹¹⁰ Perkin, Joan. *Victorian Women*. New York: NYU Press, 1993, p.120.

¹¹¹ Perkin, Joan. *Victorian Women*. New York: NYU Press, 1993, p.120.

¹¹² Matus, Jill. ““Strong family likeness”: Jane Eyre and The Tenant of Wildfell Hall.” *The Cambridge Companion to the Brontës*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p.100.

¹¹³ Woolf, Virginia. *A Room of One’s Own*. London: Grafton, 1977, p.73.

¹¹⁴ Matus, Jill. ““Strong family likeness”: Jane Eyre and The Tenant of Wildfell Hall”. *The Cambridge Companion to the Brontës*, 2006, p.105.

large possessions, but the naughty girl maintained he was as old as Adam, ugly as sin, and hateful as—one who shall be nameless. “But, indeed, I had a hard time of it,” said she. “Mamma was very greatly disappointed at the failure of her darling project, and very, very angry at my obstinate resistance to her will—and is so still; but I can’t help it.”¹¹⁵

Virginia Woolf (1929) viria a comprovar mais tarde como na realidade este romance se tornou polêmico, uma vez que abordava questões com as quais a sociedade da época não pretendia ser confrontada. Embora não fazendo referência a *The Tenant of Wildfell Hall* (1848), Woolf (1929) notava:

Imaginatively she is of the highest importance; practically she is completely insignificant. She pervades poetry from cover to cover; she is all but absent from history. She dominates the lives of kings and conquerors in fiction; in fact she was the slave of any boy whose parents forced a ring upon her finger. Some of the most inspired words, some of the most profound thoughts in literature fall from her lips; in real life she could hardly read, could scarcely spell, and was the property of her husband.¹¹⁶

Anne Brontë critica ainda na obra a forma como a sociedade Vitoriana é complacente com o homem, permitindo-lhe quase tudo o que, conseqüentemente, o transforma num tirano para com as mulheres:

I was naturally touchy, or, it would not have vexed me so much. Perhaps, too, I was a little bit spoiled by my mother and sister, and some other ladies of my acquaintance; and yet, I was by no means a fop—of that I am fully convinced (...).¹¹⁷

Assim, observamos que Helen Graham, ou Huntingdon, é uma mulher que, outrora protegida pela sociedade através da ignorância em que foi mantida, inerente à sua condição feminina, se vê agora forçada a resistir a ameaças, a conviver com o preconceito alheio e a trabalhar pela sobrevivência própria e do filho. A Helen não é permitido o divórcio, não tem alegações suficientemente válidas aos olhos da lei e, uma vez que a ação decorre em 1839, antes de alguma alteração à lei da custódia, pode perder a guarda total do seu filho que, segundo a jurisprudência então vigente, pertence ao pai. Conseqüentemente, para se proteger, tem de fugir e esconder-se com a criança.

O trabalho, objeto central desta dissertação, parece ganhar relevância no momento em que Helen planeia a sua fuga. Apesar de pouco mencionado de forma direta, quando

¹¹⁵ Brontë, Anne. *The Tenant of Wildfell Hall*. London: Arcturus Publishing Limited, 2010, p.329.

¹¹⁶ Woolf, Virginia. *A Room of One's Own*. London: Grafton, 1977, p.49.

¹¹⁷ Brontë, Anne. *The Tenant of Wildfell Hall*. London: Arcturus Publishing Limited, 2010, p.37.

comparado a *Agnes Grey* (1847), é no trabalho, traduzido no desempenho artístico da protagonista, outrora considerado apenas um passatempo, que Helen aposta para se manter. Assim, ao longo da obra, o leitor vai-se deparando com a importância que os materiais de pintura adquirem na casa de Helen:

To our surprise, we were ushered into a room where the first object that met the eye was a painter's easel, with a table beside it covered with rolls of canvas, bottles of oil and varnish, pallet, brushes, paints, &c. Leaning against the wall were several sketches in various stages of progression, and a few finished paintings—mostly of landscapes and figures.¹¹⁸

Em *The Brontës in the World of the Arts* (2016), Antonia Losano nota que Anne é a única da família que transpõe o conhecido interesse dos Brontë pelas artes visuais para uma obra literária sendo também a única a apresentar a pintura como profissão. Ao longo da história, o leitor observa frequentemente Helen a pintar. Helen dedica-se à pintura paisagística como género pictórico de eleição, género este que, embora iniciado na pintura flamenga do sec. XVII, voltava a popularizar-se no século XIX. Losano (2016) afirma que Anne Brontë desenvolve nesta obra uma teoria da arte em que sugere o perigo da mulher fazer refletir os sentimentos através da arte. Assim, Brontë opta por levar Helen a retratar a Natureza. O empenho da protagonista na reprodução autêntica e realista na sua pintura une-se, deste modo, ao compromisso de Anne em contar a verdade através da literatura.

Hipoteticamente, à semelhança de *Agnes Grey* (1847), também em *The Tenant of Wildfell Hall* (1848) a protagonista passa por um processo evolutivo, todavia acompanhada agora da sua arte. Aquilo que começa por ser apenas uma atividade de lazer realizada por uma jovem despreocupada evolui transformando Helen numa pintora profissional que desempenha a sua atividade artística profissional lucrativa para conseguir ser financeiramente independente. Betty Jay (2007) sugere que a vontade de Helen em utilizar as suas capacidades artísticas produz nela um efeito libertador, uma vez que representa a sua independência económica:

I am working hard to repay my brother for all his expenses on my account; not that there is the slightest necessity for anything of the kind, but it pleases me to do so: I shall have so much pleasure in my labor, my earnings, my frugal fare, and household economy, when I know that I am paying my way honestly, and that what little I possess is

¹¹⁸ Brontë, Anne. *The Tenant of Wildfell Hall*. London: Arcturus Publishing Limited, 2010, p.47.

legitimately all my own; and that no one suffers for my folly—in a pecuniary way at least.¹¹⁹

No ensaio *A Room of One's Own* (1929), Virginia Woolf estabelece uma relação entre a manifesta importância do dinheiro e a liberdade da mulher, afirmando: “Money dignifies what is frivolous if unpaid for.”¹²⁰. Deste modo, observamos refletida na obra de Brontë que aquilo que representou apenas um passatempo para preencher horas ociosas se transformava agora numa atividade séria de subsistência, um negócio:

The palette and the easel, my darling playmates once, must be my sober toil-fellows now.¹²¹

No romance, *The Tenant of Wildfell Hall* (1848), Brontë parece reconhecer novamente a necessidade de treino, de construção da proficiência, mantendo a consciência de que um trabalho de qualidade implica também crescimento, aperfeiçoamento profissional:

But was I sufficiently skilful as an artist to obtain my livelihood in a strange land, without friends and without recommendation? No; I must wait a little; I must labour hard to improve my talent and to produce something worthwhile as a specimen of my powers, something to speak favourably for me, whether as an actual painter or a teacher.¹²²

Porém, sugiro que se encontra nesta passagem uma mensagem subliminar: a diferença e a dificuldade acrescida para uma mulher que tem de trabalhar sem ter o gênero a seu favor e sem amigos que a recomendem. Neste caso concreto, Helen recorre à influência do irmão para colocar as obras no circuito comercial e à utilização de um pseudônimo masculino que, à semelhança factual do sucedido com as próprias irmãs Brontë, lhe dava uma maior aceitação no mercado. Assim, notando a disparidade entre a idealização da mulher ficcional e a mulher real, Virginia Woolf (1929) descrevia:

Imaginatively she is of the highest importance; practically she is completely insignificant. She pervades poetry from cover to cover; she is all but absent from history. She dominates the lives of kings and conquerors in fiction; in fact she was the slave of any boy whose parents forced a ring upon her finger. Some of the most inspired words, some of the most profound thoughts in literature fall from her lips; in real life she could hardly read, could scarcely spell, and was the property of her husband.¹²³

¹¹⁹ Brontë, Anne. *The Tenant of Wildfell Hall*. London: Arcturus Publishing Limited, 2010, p.346.

¹²⁰ Woolf, Virginia. *A Room of One's Own*. London: Grafton, 1977, p.71.

¹²¹ Brontë, Anne. *The Tenant of Wildfell Hall*. London: Arcturus Publishing Limited, 2010, p.311.

¹²² Brontë, Anne. *The Tenant of Wildfell Hall*. London: Arcturus Publishing Limited, 2010, p.311.

¹²³ Woolf, Virginia. *A Room of One's Own*. London: Grafton, 1977 p.49.

Deve-se ainda sublinhar como Anne Brontë retrata o modo como o trabalho era avaliado quando significava o caminho escolhido por uma jovem de classe média oitocentista: uma desgraça, uma vergonha para a família. As jovens eram preferencialmente forçadas a fazer bons casamentos, entendendo-se como “bom” um matrimónio com um indivíduo da mesma classe social e provido de estabilidade financeira a nível condicente; trabalho, para jovens que pretendessem manter boas relações sociais dentro da sua própria classe, não era aceitável, tal como não o seria recusar o chamado “bom partido”:

“Mamma does all she can,” said she, “to make me feel myself a burden and incumbrance to the family, and the most ungrateful, selfish, and undutiful daughter that ever was born; and Walter, too is as stern, and cold, and haughty as if he hated me outright.”¹²⁴

Helen acaba por se tornar herdeira do seu tio, aliás, ironicamente da propriedade que pertencia à sua tia antes do casamento. Jill Matus (2006) constata o facto de que o casamento retira poder à mulher. Ao devolver a propriedade a uma mulher da família, de certa maneira, Anne Brontë repõe o que era de justiça e, de acordo com Matus (2006), relembra ao leitor que uma mulher pode capacitar outra mulher apesar do instituído pelo patriarcado. Como já sugerido, possivelmente, Brontë fá-lo também ao conceder às protagonistas o poder de contar a sua história.

Assim, sugiro que no romance *The Tenant of Wildfell Hall* (1848) observamos de que modo a idealização feminina, social e cultural, se opunha à realidade factual e esse é, talvez, também um dos motivos pelos quais a obra gerou celeuma. Efetivamente, a sociedade patriarcal Vitoriana não desejava ser confrontada com a confirmação de uma verdade desconfortável que, sendo do conhecimento geral, era dissimuladamente ignorada de forma mais ou menos consciente. Conforme afirma Houghton, no capítulo *Hypocrisy*, em *The Victorian Frame of Mind, 1830-1870* (1985):

They said the ‘right’ thing or did the ‘right’ thing: they sacrificed sincerity to propriety. Second and worse, they pretended to be better than they were. They passed themselves off as being incredibly pious and moral; they walked noble sentiments and lived – quite otherwise.¹²⁵

Confirmava-se aqui aquilo de que não se falava: a submissão a que a mulher era sujeita pelo homem, uma espécie de escravatura a que John Stuart Mill se viria mais tarde

¹²⁴ Brontë, Anne. *The Tenant of Wildfell Hall*. London: Arcturus Publishing Limited, 2010, p.383.

¹²⁵ Houghton, William E. *The Victorian frame of mind, 1830-1870*. New Haven and London: Yale University Press, 1985, p. 394-395.

a referir em *The Subjection of Women* (1869), verificando-se simultaneamente que, inerente ao predomínio social da figura masculina, residia uma liberdade, ou impunidade, praticamente total no que respeitava à esfera do *domus*.

NOTA CONCLUSIVA

O trabalho é, nas sociedades ocidentais modernas, uma das componentes fundamentais que simboliza, não só a sobrevivência do indivíduo, mas também a sua identidade, a sua independência e a validação externa da sociedade. Será possível afirmar que, atualmente, o trabalho ocupa uma posição central num contexto social cujos membros, homens e mulheres, possuem desde cedo o objetivo de ter uma “boa” profissão que, os faça sentir realizados e lhes permita auferir uma remuneração justa, ou seja, que lhes permita a emancipação.

A força de trabalho apresenta-se cada vez menos homogénea. A globalização e a conseqüente redução das fronteiras, a par das oscilações económicas mundiais, são apenas alguns dos fatores que permitem o aumento e a diversificação do fluxo de trabalhadores, grupo no qual se insere uma percentagem significativa de mulheres.

A mulher trabalhadora, e refiro-me neste ponto à mulher ocidental, parece revelar um ímpeto crescente de construir carreira e de se mostrar profissionalmente competente, a par do seu congénere masculino. Porém, a sociedade continua paralelamente, ainda que talvez de forma involuntária, a imputar à mulher a responsabilidade do lar ou a projetar nela uma responsabilidade maior do que a sua *separate sphere*, na designação da Era de Oitocentos.

A educação aparenta ser, mesmo no contexto atual, um dos fatores com maior peso nesta linha conservadora de pensamento, em que, apesar de toda a evolução cultural e social que, entretanto, se veio a verificar, algumas das mulheres mais velhas vão ainda transmitindo às mais jovens a noção de que a mulher, não obstante a sua participação ativa na esfera pública, deve manter o seu “dever” tradicional, nomeadamente no apoio ao bem-estar da sua família. É também refletindo sobre a dimensão da influência que a educação exerce, mesmo no século XXI, na forma como a mulher ajusta a sua vida pessoal e profissional, de modo agora a conciliar os diversos papéis que desempenha que nos é talvez possível distinguir uma herança, passada de geração em geração e na qual, os Vitorianos desempenharam um papel essencial.

Na presente dissertação, procurou apresentar-se o século XIX, em Inglaterra, como uma Era de metamorfismos em que a afirmação da classe média, provida dos seus valores, padrões de comportamento e cultura próprios, terá tido a responsabilidade de atribuir ao trabalho uma nova significação e relevância. Até então, o trabalho restringia-se maioritariamente, à classe trabalhadora, sendo visto como uma via de prover às

necessidades essenciais, mas equivalente ao estatuto menos prestigiante da escala social. Durante o período Vitoriano, o valor do trabalho, elevado por Samuel Smiles, escritor e reformador inglês, incitava o homem de classe média a ajudar-se a si mesmo como caminho para o sucesso. Esta ajuda vinda de dentro do indivíduo modificá-lo-ia, transformando-o num ser mais capaz e, sob a ótica de Smiles, uma sociedade constituída por indivíduos mais capazes seria, conseqüentemente, uma sociedade mais eficiente e próspera:

The government of a nation itself is usually found to be but the reflex of the individuals composing it. The government that is ahead of the people will inevitably be dragged down to their level, as the government that is behind them will, in the long run, be dragged up. (...) If this view be correct, then it follows that the highest patriotism and philanthropy consist not so much in altering laws and modifying institutions as in helping and stimulating men to elevate and improve themselves by their own free and independent individual action.¹²⁶

Assim, parte preponderante da transformação na sociedade Vitoriana inglesa parecia encontrar-se nas mãos do homem oitocentista, partindo de uma perspectiva singular, individual, para o coletivo social, tal como Matthew Arnold subscreve no seu célebre ensaio, *Culture and Anarchy* (1869). Conseguiria? Criou regras, normas sociais e distintos padrões de conduta de que se imbuía a sua cultura *genteel*. Idealizou esferas de intervenção distintas para homens e mulheres, para que os homens pudessem, ao que tudo indica, movimentar-se livremente sem distrações numa esfera pública fria, potencialmente corrupta porque orientada para a demanda do acúmulo de riqueza material, e maquinal porque industrializada e rotineira; tudo isto enquanto a mulher de classe média se mantinha distante, protegida na sua espiritualidade e na esfera particular: o Lar.

Ao longo da presente dissertação observou-se a forma como esta reinvenção social e cultural terá condicionado a vida das mulheres oitocentistas inglesas, em especial, as de classe média, diretamente afetadas a esta ideologia de género. Parecia recair sobre elas a responsabilidade de salvar moralmente a sociedade, em particular, os homens da sua família, o marido e os filhos, mais especificamente. É durante este período que surge a figura simbólica do Anjo-do-Lar, inspirada no poema de Coventry Patmore (1854): a mulher pura e perfeita cujo objetivo único era a felicidade familiar. A figura feminina

¹²⁶ Smiles, Samuel. *Self-Help; With Illustrations of Character, Conduct and Perseverance*. Nashville: A. H. Redford, 1873, p.18-19.

parecia suscitar sentimentos de dualidade: percebida como algo frágil, mas simultaneamente, como um ser regido por impulsos sexuais que seria imprescindível controlar. Por outro lado, ela era vista como a guardiã de um plano moral e religioso de que os contemporâneos masculinos pareciam correr o risco de se afastar, fosse pelas dúvidas provocadas pelas pesquisas científicas, fosse pela eterna cupidez.

Notou-se igualmente que as características que pautavam a educação feminina ao longo da Era Vitoriana evidenciavam o desejo de controlar e manipular a mulher de classe média, não lhe oferecendo informação sobre questões sérias e complexas que a poderiam orientar numa direção indesejável para o patriarcado, ao gerar nela um maior desejo de intervenção na esfera pública. Logo, as jovens eram, tradicionalmente, educadas apenas para se tornarem esposas e mães, para se ocuparem da família garantindo-lhe conforto e felicidade. A sua instrução baseava-se em labores domésticos, nas artes e nas línguas, mas geralmente deixando de lado, por exemplo, a matemática, matéria de estudo que a poderia masculinizar ou a debilitar emocionalmente, pondo em causa a capacidade de vir a dar filhos ao reino. Já anteriormente, no século XVIII, Mary Wollstonecraft (1796) referia a propósito da educação dada às mulheres:

I have turned over various books written on the subject of education and patiently observed the conduct of parents and the management of schools; but what has been the result? - a profound conviction that the neglected education of my fellow-creatures is the grand source of the misery I deplore; and that women, in particular, are rendered weak and wretched by a variety of concurring causes, originating from one hasty conclusion.¹²⁷

Verificou-se ainda que, a par de uma educação de contornos insuficientes, também os direitos legais da mulher eram praticamente inexistentes. Enquanto solteira dependia de pais e irmão, depois de casada deixava praticamente de existir como indivíduo. Porém, afigura-se necessário relembrar que nem todas as jovens oitocentistas de classe média pretendiam ou, mesmo, conseguiam casar, como indicava Frances Power Cobbe (1863):

The old assumption that marriage was the sole destiny of woman, and that, it was the business of her husband to afford her support, is brought up short by the state meant that one woman in four is certain not to marry, and that three millions of women earn their own living at this moment in England.¹²⁸

¹²⁷ Wollstonecraft, Mary. *A Vindication of the Rights of Woman*. London: J. Johnson, 1796, p-1.

¹²⁸ Cobbe, Frances Power. *Essays on the Pursuits of Women*. London: Emily Faithful, 1863, P.60.

Assim, o trabalho parece surgir resultante da necessidade tanto de sobrevivência como de emancipação, isto é, da necessidade sentida pela mulher de classe média em validar a sua existência como indivíduo, conferindo algum significado à sua vida. Talvez possamos sugerir que, a dado momento, a mulher (ou algumas mulheres) se apercebeu de forma gradual, de como a sua situação social, legal e económica era precária e como era metaforicamente escravizada pelo patriarcado, forçada a seguir as normas do *establishment*. Confrontada sistematicamente com todas estas limitações terá sentido a necessidade de questionar a razão de ser de todas elas, vindo conseqüentemente à tona o debate sobre a *Woman Question*.

A literatura da época surge, assim, nesta dissertação como uma importante ferramenta de análise da Era em estudo. Não sendo possível ao investigador presenciar os factos reais, mune-se de relatos literários que, apesar de não se constituírem como factos documentais, não deixam, no entanto, de parecer corroborar os mesmos.

A escolha de Anne Brontë como escritora-alvo na presente dissertação é justificada por se considerar que tanto Anne Brontë, como ambas as suas obras, representam exemplos característicos da mulher inglesa trabalhadora de classe média na Era oitocentista. Esta escolha, e não a de *Jane Eyre* (1847) de Charlotte Brontë, por exemplo, resultou não só do gosto particular da investigadora, mas também porque a escrita de Anne Brontë é, de acordo com a análise subjetiva da investigadora, uma escrita dotada de alguns contornos muito específicos que lhe conferem singularidade e lhes atribui um valor cultural, sob uma perspetiva feminina, de grande relevo. Esta especificidade pode ser observada, por exemplo, como salienta Edward Chitham (1993) na procura por um elemento de realismo que parece mantê-la focada na verdade contextual feminina, não permitindo que romantize em demasia aquilo que, sob pena de um arrependimento amargo, não deve ser romantizado: “her two novels are thus worlds away from Emily’s and even Charlotte’s.”¹²⁹

Anne Brontë contribui, em certa medida, para o delinear da noção de género e de feminismo do século XIX, pois apresenta ao leitor mulheres que lutam por serem seguras de si e da sua missão de vida. As protagonistas de Brontë aparentam ser mulheres marcadas por fortes normas de conduta morais alicerçadas em ensinamentos de cariz religioso; são mulheres autónomas que, através de processos de transformação e

¹²⁹ Chitham, Edward. *The Life of Anne Brontë*. Oxford: Blackwell Publishers, 1993, p.71.

crescimento, se tornam independentes da aprovação masculina. Elizabeth Langland (1989) sublinha como Anne Brontë renega a submissão à agressividade masculina, verbal ou física, e salienta que a sua inovação temática a coloca na vanguarda do pensamento feminista do século XIX. Para Langland (1989), mesmo Charlotte Brontë nunca possuiu a capacidade imaginativa da irmã mais nova.

Supõe-se deste modo que Anne Brontë recusa glorificar a figura masculina concedendo ao invés disso, poder às mulheres do seu tempo, através de Agnes Grey e Helen Huntingdon, permitindo-lhes contar a sua história na primeira pessoa. O legado de Brontë parece refletir-se nas vidas destas mulheres – na perceptora simples e na esposa abusada que, graças a si não foram esquecidas, apesar de supostas tentativas para que o fossem.

A noção feminista, ou proto-feminista de Anne Brontë, já que não discute explicitamente a questão dos direitos políticos das mulheres, parece centrar-se no culto da razão e no domínio das paixões. Em ambas as obras, apesar da história de amor presente, Brontë parece construir mulheres objetivas que preferem ser livres a deixar-se submeter. A emancipação e a compatibilidade de personalidade e temperamento são favorecidas em detrimento do ímpeto apaixonado e do desejo sexual. Também ao contrário do que, aparentemente, era construído por Charlotte e Emily, Anne tende a seguir o conceito do autocontrolo, o que talvez permita estabelecer uma relação com o *self-help* postulado por Samuel Smiles (1873); o autodomínio parece ser a âncora onde as protagonistas se vão apoiando, ao longo da narrativa, contra as vicissitudes a que estão sujeitas.

Na obra de Anne Brontë, o trabalho assume contornos de algo essencial, praticamente central e, em ambas as obras, é concedida oportunidade ao leitor de observar como o trabalho é caracterizado como ferramenta libertadora da mulher. Em *Agnes Grey* (1847), o trabalho é tema nuclear que se apresenta em permanente análise. Nesta obra, o leitor é confrontado com o crescimento profissional e individual de uma jovem mulher, Agnes Grey, que decide trabalhar enveredando pela profissão de perceptora. Agnes é uma mulher simples, que evoca sentimentos de *pathos* tanto noutras personagens, como no próprio leitor, porque aparenta estar mal preparada para todas as dificuldades que encontra. Graças à sua força de carácter, acaba por demonstrar que, mesmo tendo sido sujeita a grande inquietação e que, afinal, nada foi como ela imaginara, acabou por tornar-se livre graças à virtude da profissão.

Neste primeiro romance, enquanto a ação ainda se desenrola, o investigador pode ser levado a questionar por diversas vezes se Agnes Grey, enquanto perceptora, é uma mulher verdadeiramente emancipada. Será que como trabalhadora alcança verdadeiramente a liberdade ou, pelo contrário, será que o trabalho constitui apenas mais uma das prisões edificadas para a mulher Vitoriana de classe média? Talvez seja de recorrer às palavras de Virginia Woolf em *Room of One's Own* (1977): “I thought how unpleasant it is to be locked out; and I thought how it is worse perhaps to be locked in.”¹³⁰ Provavelmente, o investigador deverá assumir que a vida de perceptora trouxe a Agnes um certo alívio económico que lhe permitiu que se sentisse útil ao sustento da família, demonstrando, como era seu desejo, que era alguém capaz de contribuir para o bem-estar comum demonstrando à família, como era seu desejo, que era capaz. Contudo, esta não terá representado a libertação na real aceção da palavra, uma vez que Brontë foi descrevendo, ao longo da obra, a que ponto Agnes era submetida a provações e humilhações sucessivas até ter, por fim, deixado o seu segundo emprego. Em certa medida, o emprego de perceptora mais pareceu um prolongamento da situação familiar na estrutura relacional de género que reflete.

A verdadeira emancipação atingida por meio do trabalho parece chegar para Agnes Grey apenas quando esta decide, juntamente com a mãe, trabalhar para si mesma como professora numa escola particular, mais uma vez seguindo a máxima de Samuel Smiles. Neste sentido, a experiência pessoal e profissional ganha como perceptora veio a constituir um dos fatores essenciais para que Agnes não só esteja apta a lidar com as responsabilidades inerentes à gestão de uma escola, como, sobretudo, reconheça o real valor e a dimensão abrangente da sua emancipação.

Já em *The Tenant of Wildfell Hall* (1848), último romance de Anne Brontë, o trabalho parece adquirir contornos diferentes, mais subtis. Continua a manter-se presente, embora sem carácter nuclear, na medida em que o leitor tem repetidas oportunidades de se deparar com uma Helen que pinta ou que enfatiza os seus materiais de pintura; porém, a questão não é abordada de modo tão direto como na obra anterior. Enquanto Agnes Grey apenas se sente verdadeiramente livre no *terminus* da sua história, Helen Huntingdon serve-se desde logo da pintura como o seu meio de sustento e via para a liberdade. Para Helen Huntingdon, o seu trabalho sempre imbui uma dupla qualidade: quando representa ainda uma atividade meramente lúdica, ajuda-a a sentir-se mais

¹³⁰ Woolf, Virginia. *A Room of One's Own*. London: Grafton, 1977, p.29.

completa; em ocasiões de necessidade constitui um refúgio emocional, uma ocupação que a disciplina, além de constituir uma fonte de rendimentos. Nesta obra, Anne Brontë retrata o modo como primeiro Arthur, o marido agressivo e crescentemente devasso que a leva à fuga e depois Gilbert – o homem que conhece Helen como Helen Graham e, que mesmo quando ainda nada sabe sobre o seu passado, se sente intrigado por ela, reconhecem a relevância que a protagonista confere à sua arte. Propria assim que ambos observam o trabalho de Helen como um rival competidor, talvez como uma ameaça, tal a dimensão que Helen lhe parece conferir.

Para Helen Huntingdon, a emancipação através do trabalho surge no momento em que concebe os planos de fuga e, ao questionar-se sobre como poderá sustentar-se a si e ao seu filho encontra em si mesma a resposta que lhe irá garantir a almejada independência: “by the labour of my hands”¹³¹ Tal como em *Agnes Grey* (1847), podemos observar em *The Tenant of Wildfell Hall* (1848) que é necessário que haja lugar a alguma formação profissional, isto é, a experiência ganha pelo esforço repetido e a determinação em se aperfeiçoar, para que ocorra uma consequente evolução e ambas as personagens se possam tornar realmente proficientes nas suas respetivas áreas de ocupação. Em ambas as obras é possível ao leitor notar ainda que, apesar de descritas em momentos díspares, a preocupação com a capacidade de manter a sua situação de mulher emancipada, condição conquistada através do trabalho, está patente.

Atentemos que estas mulheres oitocentistas inglesas de classe média, que nos parecem agora tão distantes, são exemplos das pioneiras que no seu país fizeram sentir aos seus contemporâneos e contemporâneas a necessidade de outorgar direitos cívicos e políticos à mulher. Através dos modelos femininos retratados nas suas heroínas, é bem provável que Anne Brontë, caso não tivesse falecido tão cedo e a sua obra não tivesse sido relegada demasiadas vezes para segundo plano, viesse a contribuir de modo relevante para a causa feminina.

Desde o século XIX até à atualidade, um longo caminho tem vindo a ser percorrido pelas mulheres das várias classes sociais, incluindo obviamente as da classe média. No início do século XX, Wanda E. Neff (1929) afirmava que uma mulher capaz de se sustentar a si mesma através do seu trabalho constituía já parte das estruturas industrial e

¹³¹ Brontë, Anne. *The Tenant of Wildfell Hall*. London: Arcturus Publishing Limited, 2010, p.311.

social, tendo deixado de ser vista como a figura trágica e digna de pena de outrora. Passava a ser meramente aceite.

Assim, pode concluir-se que o trabalho, enquanto símbolo de valorização individual e validação social, parece ter representado um dos principais caminhos para a emancipação para a mulher de classe média. Contudo, sente-se que existem ainda outros obstáculos a enfrentar e ultrapassar tanto pela sociedade, como pela mulher tal como afirmava Virginia Woolf (2009):

You have won rooms of your own in the house hitherto exclusively owned by men. You are able, though not without great labour and effort, to pay the rent. You are earning your five hundred pounds a year. But this freedom is only a beginning; the room is your own, but it is still bare. It has to be furnished; it has to be decorated; it has to be shared. How are you going to furnish it, how are you going to decorate it? With whom are you going to share it, and upon what terms?¹³²

Hipoteticamente, um dos maiores desafios com que a sociedade ocidental se depara atualmente é talvez a capacidade de abandonar a distinção de trabalhadores como homens e mulheres passando a avaliá-los somente como profissionais, aos quais sejam atribuídas remunerações análogas e concedida igual possibilidade de aceder a determinados cargos. Relembrando Anne Brontë, conservemos presente que há ainda muito a conquistar, para que a mulher não se acomode apenas ao que a sociedade ainda, por vezes, parece tentar ditar na senda de velhas tradições que teimam em não se deixar morrer:

And when the blessed dawn again
Brought daylight to the blushing skies,
We woke, and not reluctant then.
To joyless labour did we rise;
But full of hope, and glad and gay,
We welcomed the returning day.¹³³

¹³² Woolf, Virginia. "Professions for Women." Bradshaw, David. Ed. *Virginia Woolf - Selected Essays*. Oxford: Oxford University Press, 2009. p.144.

¹³³ Brontë, Anne. "Past Days." *Poems by Currer, Ellis, and Acton Bell*. Philadelphia: Lea and Blanchard, 1848. p.124.

BIBLIOGRAFIA

BIBIOGRAFIA PRIMÁRIA

Brontë, Anne. *Agnes Grey*. London: Arcturus Publishing Limited, 2010.

Brontë, Anne. *The Tenant of Wildfell Hall*. London: Arcturus Publishing Limited, 2010.

BIBIOGRAFIA SECUNDÁRIA

Anderson, Elizabeth Garrett. *Sex and Mind in Education*. London: Chapman and Hall, 1874. [Disponível em <https://books.google.pt/bkshp?hl=pt-PT>]

Arnold, Matthew. *Culture and Anarchy: An Essay in Political and Social Criticism*. London: Smith, Elder and Co., 1869.

[Disponível em <https://books.google.pt/bkshp?hl=pt-PT>]

Barker, Juliet. *The Brontës*. London: Hachette Digital, 2010.

Beeton, Isabella. *Beeton's Book of Household Management*. London: S.O. Beeton, 1861. [Disponível em <https://books.google.pt/bkshp?hl=pt-PT>]

Bell, Currer. "Biographical Notice of Ellis and Acton Bell". *Wuthering Heights by Emily Brontë; Agnes Grey by Anne Brontë*. London: Smith, Elder & CO., 1870.

[Disponível em <https://books.google.pt/bkshp?hl=pt-PT>]

Bodichon, Barbara Leigh Smith. *Brief Summary in Plain Language of the most Important Laws of England Concerning Women*. London: Trübner and Co, 1869.

[Disponível em <https://books.google.pt/bkshp?hl=pt-PT>]

Brontë, Anne. "Past Days." *Poems by Currer, Ellis, and Acton Bell*. Philadelphia: Lea and Blanchard, 1848.

[Disponível em <https://books.google.pt/bkshp?hl=pt-PT>]

Chitham, Edward. *The Life of Anne Brontë*. Oxford: Blackwell Publishers, 1993.

Cobbe, Frances Power. *Essays on the Pursuits of Women*. London: Emily Faithful, 1863. [Disponível em <https://books.google.pt/bkshp?hl=pt-PT>]

Crosby, Christina. *The Ends of History: Victorians and "the Woman Question"*. New York: Routledge, 1991.

[Disponível em <https://books.google.pt/bkshp?hl=pt-PT>]

Daly, Nicholas. "Technology". *The Cambridge Companion to Victorian Culture*, Ed. Francis O 'Gorman. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, pp. 43-60.

Davies, Steve. 'Three distinct and unconnected tales': The Professor, Agnes Grey and Wuthering Heights. *The Cambridge Companion to the Brontës*. Ed. Heather Glen. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, pp. 72-98.

- Defoe, Daniel. *The Family Instructor: In three parts. With a recommendatory letter* (1715). London: Sold by Eman. Matthews at the Paternoster Row, and Jo. Button, in Newcastle upon Tine.
<https://archive.org/details/familyinstructor1715defo>. [Consulta a 25.09.2017]
- Eagleton, Terry. *Culture*. London: Yale University Press, 2016.
- Eagleton, Terry. *The Idea of Culture*. Oxford: Blackwell Publishing, 2000.
- Eagleton, Terry. *Myths of Power: A Marxist Study of the Brontës*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.
- Ellis, Sarah Stickney. *The Mothers of England: Their influence and responsibility*. London: Fisher, 1843. [Disponível em <https://books.google.pt/bkshp?hl=pt-PT>]
- Emerson, Ralph Waldo. *English Traits*. London: G. Routledge & Co, 1856.
 [Disponível em <https://books.google.pt/bkshp?hl=pt-PT>]
- Faria, Maria Luísa Leal de. *Sociedade e cultura inglesas*. Lisboa: Universidade Aberta, 1996.
- Foucault, Michel. *The History of Sexuality*. New York: Pantheon Books, 1978.
- Gaskell, Elizabeth. *The Life of Charlotte Brontë*. New York: Cosimo Classics, 2008.
- Gleadle, Kathryn. *British Women in the Nineteenth Century*. New York: Palgrave Macmillan, 2001.
- Glen, Heather, Ed. "Introduction". *The Cambridge Companion to the Brontës*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, pp. 1-12.
- Gutting, Gary, "Michel Foucault", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Edward N. Zalta Ed. <http://plato.stanford.edu/archives/win2014/entries/foucault/>. [Consulta a 23.07.2017].
- Hamilton, Susan. Ed. "Criminals, Idiots, Women, and Minors" *Victorian Writing by Women on Women*. Ontario: Broadview Press, 2004.
 [Disponível em <https://books.google.pt/bkshp?hl=pt-PT>]
- Hammerton, Anthony James. *A Study of Middle-Class Female Emigration from Great Britain, 1830 – 1914*. The University of British Columbia, 1968. [Disponível em http://open.library.ubc.ca/handle/bitstream/125126/UBC_1969_A1%20H35.pdf]
- Houghton, William E. *The Victorian frame of mind, 1830-1870*. New Haven: Yale University Press, 1985.
- Hughes, Kathryn. "The Figure of the Governess". *The British Library*.
 <<http://bl.uk/romantics-and-victorians/articles/the-figure-of-the-governess>>. [Consulta a 15.09.2017]

- Hughes, Kathryn. *The Victorian Governess*. New York: Hambledon and London, 1993.
[Disponível em <https://books.google.pt/bkshp?hl=pt-PT>]
- Humble, Nicola. “Domestic Arts”. *The Cambridge Companion to Victorian Culture*.
Ed. Francis O ‘Gorman. Cambridge: Cambridge University Press, 2010,
pp. 221-235.
- Jacobs, Jo Ellen. Ed. *The Complete Works of Harriet Taylor Mill*. Bloomington:
Indiana University Press, 1998.
[Disponível em <https://books.google.pt/bkshp?hl=pt-PT>]
- Jay, Betty. *Anne Brontë*. Devon: Northcote House Publishers, Ltd., 2000.
- Jordan, Jane. Ed. *Josephine Butler and the Prostitution Campaigns. Diseases of the
Body Politic*. New York: Routledge, 2003.
[Disponível em <https://books.google.pt/bkshp?hl=pt-PT>]
- Kent, Susan Kingsley. *Gender and Power in Britain, 1640-1990*. London: Routledge,
1999.
- Langland, Elizabeth. *Anne Brontë: The Other One (Women Writers)*. London:
Macmillan Education Ltd, 1989.
- Lightman, Bernard. “Science and Culture”. *The Cambridge Companion to Victorian
Culture*. Ed. Francis O ‘Gorman, Cambridge: Cambridge University Press,
2010, pp.13-42.
- Losano, Antonia. “Anne Brontë's Aesthetics: Painting in The Tenant of Wildfell Hall.”
Hagan, Sandra, Wells, Juliette. Ed. *The Brontës in the World of the Arts*. New
York: Routledge Taylor and Francis Group, 2016, pp. 45-48.
- Low, Sampson. *The Charities of London in 1861, Comprising an Account of the
Operations, Resources, and General Conditions of the Charitable, Educational,
and Religious Institutions of London*. London: Sampson Low, Son and Co.,
1861. [Disponível em <https://books.google.pt/bkshp?hl=pt-PT>]
- Matus, Jill. “‘Strong family likeness’: Jane Eyre and The Tenant of Wildfell Hall.” *The
Cambridge Companion to the Brontës*. Ed. Heather Glen. Cambridge:
Cambridge University Press, 2010, pp. 99-121.
- Maudsley, Henry. *Body and Mind: an inquiry to their connection and mutual influence,
especially in reference to mental disorders*. London: Macmillan & Co., 1873.
[Disponível em <https://books.google.pt/bkshp?hl=pt-PT>]
- Mill, Harriet Taylor. *Enfranchisement of Women*. London: Trübner and CO, 1868.
[Disponível em <https://books.google.pt/bkshp?hl=pt-PT>]

- Mill, John Stuart. *The Subjection of Women*. London: Savill, Edwards and Co., 1869.
[Disponível em <https://books.google.pt/bkshp?hl=pt-PT>]
- Milne, J.D. *Industrial and Social Position of Women in the Middle and Lower Ranks*. London: Chapman and Hall, 1857.
[Disponível em <https://books.google.pt/bkshp?hl=pt-PT>]
- Neff, Wanda E. *Victorian Working Women: An historical and literary study of Women in industries and professions 1832-1850*. New York: Routledge, 2010.
- Parkes, Bessie Rayner. *Essays on Woman's Work*. London: Alexander Strahan Publisher, 1866. [Disponível em <https://books.google.pt/bkshp?hl=pt-PT>]
- Pateman, Carole. *The Sexual Contract*. Cambridge: Polity Press, 1988.
- Perkin, Joan. *Victorian Women*. New York: NYU Press, 1993.
- Ramos, Iolanda Freitas. *Matrizes Culturais. Notas para um Estudo da Era Vitoriana*. Lisboa: Edições Colibri, 2014.
- Reid, Marion Kirkland. *A Plea for Woman: Being a Vindication of the Importance and Extent of her Natural Sphere of Action; with Remarks on Recent Works on the Subject*. London: W. Tait, 1843.
[Disponível em <https://books.google.pt/bkshp?hl=pt-PT>]
- Reid, Marion Kirkland. *Woman: An Education*. London: Fowlers, 1857.
[Disponível em <https://books.google.pt/bkshp?hl=pt-PT>]
- Rousseau, Jean-Jacques. Introduction. *Emile or On Education*. Translation and Notes by Alan Bloom. New York: Basic Books, 1979.
- Shoemaker, Robert E. *Gender in English Society 1650-1850: The Emergence of Separate Spheres?* New York: Routledge, 1998.
[Disponível em <https://books.google.pt/bkshp?hl=pt-PT>]
- Smiles, Samuel. *Self-Help; With Illustrations of Character, Conduct and Perseverance*. Nashville: A.H. Redford, 1873.
[Disponível em <https://books.google.pt/bkshp?hl=pt-PT>]
- Smith, Margaret. Ed. *Selected Letters of Charlotte Brontë*. New York: Oxford University Press, 2007.
- Stevenson, Percy. *A Plain Letter to the Lord Chancellor on the Infant Custody Bill*. London: James Ridgeway, 1839.
[Disponível em <https://books.google.pt/bkshp?hl=pt-PT>]
- Stoneman, Patsy. "The Brontë myth". *The Cambridge Companion to the Brontës*. Ed. Heather Glen. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, pp. 214-241.

- Taylor, Chloë. *The Routledge Guidebook to Foucault's the History of Sexuality*. New York: Routledge, 2017.
[Disponível em <https://books.google.pt/bkshp?hl=pt-PT>]
- Twells, Alison. *British Women's History - A Documentary History from the Enlightenment to World War I*. London: I. B. Tauris & Co Ltd., 2007.
- Tylor, Edward Burnett. *Primitive Culture: Researches into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Language, Art, and Custom*. London: Bradbury, Evans, and Co., Printers, 1871.
[Disponível em <https://books.google.pt/bkshp?hl=pt-PT>]
- Walker, Alexander. *Woman Physiologically Considered as to Mind, Morals, Marriage, Matrimonial Slavery, Infidelity and Divorce*. New York: J. & H. G. Langley, 1840. [Disponível em <https://books.google.pt/bkshp?hl=pt-PT>]
- Wilson, A.N., *The Victorians*. London: Arrow Books, 2003
- Wollstonecraft, Mary. *Thoughts on the Education of Daughters*. London: Johnson, 1782. [Disponível em <https://books.google.pt/bkshp?hl=pt-PT>]
- Wollstonecraft, Mary. *A Vindication of the Rights of Woman*. London: SWB Books, 2010.
- Woolf, Virginia. *A Room of One's Own*. London: Grafton, 1977.
- Woolf, Virginia. "Professions for Women." *Virginia Woolf - Selected Essays*. Ed. David Bradshaw. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- Young, Linda. *Middle Class Culture in the Nineteenth Century: America, Australia and Britain*. New York: Palgrave Macmillan, 2003.
[Disponível em <https://books.google.pt/bkshp?hl=pt-PT>]

WEBGRAFIA

- BBC History. www.bbc.co.uk/history/historic_figures/taylor_harriet.shtml.
[Consulta 10.08.2017]
- BBC Biographies. www.bbk.ac.uk/deviance/biographies/maudsley.html.
[Consulta 10.08.2017]
- BBC History. www.bbc.co.uk/history/historic_figures/butler_josephine.shtml.
[Consulta 10.08.2017]
- British Library. <http://www.bl.uk/romantics-and-victorians/articles>.
[Consulta a 24.05.2017]

British Library.

<https://www.bl.uk/victorian-britain/articles/the-great-exhibition#sthash.Ulm9Fg4g.dpuf>.

[Consulta a 24.08.2017]

Edinphoto.

http://www.edinphoto.org.uk/1_P/1_photographers_talbot_smm_latticed_window.htm.

[Consulta a 24.08.2017]

Editors of Encyclopedia Britannica. "Barbara Leigh Smith Bodichon". Encyclopedia Britannica. www.britannica.com/biography/Barbara-Leigh-Smith-Bodichon.

[Consulta 08.08.2017]

Editors of Encyclopedia Britannica. "Caroline Norton". Encyclopedia Britannica. www.britannica.com/biography/Caroline-Norton.

[Consulta 08.08.2017]

Editors of Encyclopedia Britannica. "Frederic Harrison". Encyclopedia Britannica. www.britannica.com/biography/Frederic-Harrison.

[Consulta 10.08.2017]

Editors of Encyclopedia Britannica. "Uniformitarianism". Encyclopedia Britannica. <https://www.britannica.com/science/uniformitarianism>.

[Consulta 10.08.2017]

English Oxford Living Dictionaries. <https://en.oxforddictionaries.com/definition/culture>.

[Consulta 03.08.2017]

Futures for Women. <http://futuresforwomen.org.uk/history/>.

[Consulta 17.08.2017]

History.com. <http://www.history.com/topics/inventions/alexander-graham-bell>.

[Consulta a 24.08.2017]

History.com. <http://www.history.com/topics/inventions/thomas-edison>.

[Consulta a 24.08.2017]

History House. "What was known as a 'Tax on Knowledge'?"

http://www.historyhouse.co.uk/articles/tax_on_knowledge.html.

[Consulta a 28.09.2017]

Jones, Claire. "Herstoria.com." <http://herstoria.com/womens-access-to-higher-education-an-overview-1860-1948/>. [Consulta a 23.06.2017]

Miller, Dale E., "Harriet Taylor Mill". *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*.

www.plato.stanford.edu/archives/win2015/entries/harriet-mill/.

[Consulta 10.08.2017]

Poem Hunter. <https://www.poemhunter.com/bessie-rayner-parkes>.

[Consulta 17.08.2017]

Quarterly Review. <http://www.quarterly-review.org/qr-history>.

[Consulta 16.08.2017]

The Brontë Society. The Brontë Parsonage Museum. <https://www.bronte.org.uk/the-brontes-and-haworth/family-and-friends/ellen-nussey>.

[Consulta 18.08.2017]

The Norton Anthology of English Literature.

<http://www.wnorton.com/college/english/nael/victorian/review/summary.htm>.

[Consulta 13.06.2017]

The University of Virginia Press. <http://www.upress.virginia.edu/title/1670>.

[Consulta 16.08.2017]

University of Cambridge. www.darwinproject.ac.uk/lydia-becker.

[Consulta 10.08.2017]

University of Pennsylvania. <http://digital.library.upenn.edu/women/bronte/bronte.anne.html#biography>.

[Consulta a 06.09.2017]

